

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2022



GPEARi

Gabinete de Planeamento, Estratégia,
Avaliação e Relações Internacionais
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

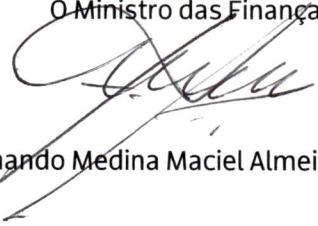
•
Office for Economic Policy
and International Affairs
MINISTRY OF FINANCE

DESPACHO Nº 6 /2024/ MF

Considerando a análise crítica e os resultados evidenciados pelo Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças (GPEARI), no âmbito do seu Relatório de atividades de 2022, bem como, do seu Balanço Social, nos termos do artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua versão atual, que estabelece o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP), aprovo e homologo a menção de “Bom” proposta pelo seu dirigente máximo em resultado da auto-avaliação do respetivo serviço.

DATA:

O Ministro das Finanças,



24/1/2024
Fernando Medina Maciel Almeida Correia

Entrada: 2961/2023

GABINETE DO MINISTRO DAS FINANÇAS

Av. Infante D. Henrique, 1
1149-009 Lisboa, PORTUGAL
(+351) 21 881 6800
portugal.gov.pt



Gabinete de Planeamento, Estratégia,
Avaliação e Relações Internacionais •
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Office for Economic Policy
and International Affairs •
MINISTRY OF FINANCE

FICHA TÉCNICA

Título

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO GPEAR • 2022

Data

JUNHO • 2023

Edição

Gabinete de Planeamento, Estratégia e Avaliação e Relações Internacionais • Ministério das Finanças

Rua da Alfândega, 5A - 1100 - 016 Lisboa • Telefone: +351 218 823 390 • Fax: +351 218 823 399

Índice

ÍNDICE DE FIGURAS	ii
ÍNDICE DE GRÁFICOS	ii
ÍNDICE DE QUADROS	ii
MENSAGEM DA DIREÇÃO	III
DESTAQUES DA ATIVIDADE	6
1. O GPEARI	19
MISSÃO, VISÃO, VALORES	19
ATRIBUIÇÕES	20
ESTRUTURA ORGÂNICA	22
PRINCIPAIS CLIENTES E SERVIÇOS	23
2. AUTOAVALIAÇÃO	26
2.1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	26
2.2. OBJETIVOS OPERACIONAIS - ANÁLISE DOS RESULTADOS E DESVIOS	27
2.3. PRINCIPAIS CONDICIONANTES DA ATIVIDADE	47
2.4. DESENVOLVIMENTO DE MEDIDAS DE REFORÇO DO DESEMPENHO ORGANIZACIONAL	48
2.5. AUDIÇÃO DE DIRIGENTES INTERMÉDIOS E DEMAIS TRABALHADORES	49
2.6. AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS CLIENTES E STAKEHOLDERS	52
2.7. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO	57
3. RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS	58
4. INFORMAÇÃO ADICIONAL À AUTOAVALIAÇÃO	63
4.1. MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	63
4.2. PERSPETIVA DE GÉNERO	65
4.3. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	66
4.4. CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DA LOE2022 NO ÂMBITO DO QUAR	66
CONCLUSÕES PROSPETIVAS E MENÇÃO PROPOSTA RESULTANTE DA AUTOAVALIAÇÃO	68
ANEXOS	70
A1. LISTA DE ACRÓNIMOS	70
A2. QUAR QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO	73
A3. RESULTADOS SINTÉTICOS DOS QUESTIONÁRIOS DE SATISFAÇÃO	76
A4. EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES POR UNIDADE ORGÂNICA	78
A5. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO	108
A6. MAPA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 2022	110
A7. BALANÇO SOCIAL	113

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1. ESTRUTURA ORGÂNICA DO GPEARI.....	22
FIGURA 2. UTILIZADORES E INTERLOCUTORES DO GPEARI	23
FIGURA 3. OBJETIVOS, INDICADORES E TAXA DE EXECUÇÃO DO PA.....	27
FIGURA 4. TAXA DE REALIZAÇÃO DO QUAR 2022	29

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1. TAXAS DE REALIZAÇÃO DOS PARÂMETROS E OBJETIVOS DO QUAR 2022	28
GRÁFICO 2. SATISFAÇÃO MÉDIA GLOBAL DOS/AS TRABALHADORES/AS.....	50
GRÁFICO 3. SATISFAÇÃO MÉDIA GLOBAL DOS UTILIZADORES	53
GRÁFICO 4. SATISFAÇÃO MÉDIA GLOBAL DOS UTILIZADORES, POR DIMENSÃO	53
GRÁFICO 5. COMPARAÇÃO DO GPEARI COM OUTROS ORGANISMOS PÚBLICOS.....	54
GRÁFICO 6. IMPACTO DO SERVIÇO/INFORMAÇÃO PRESTADA PELO GPEARI NO TRABALHO DOS OUTROS ORGANISMOS	55
GRÁFICO 7. SATISFAÇÃO MÉDIA GLOBAL DOS GABINETES DO MF.....	56
GRÁFICO 7. MAPA DE PESSOAL E EFETIVOS EM EXERCÍCIO DE FUNÇÕES – 2017 A 2022.....	58
GRÁFICO 8. EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DO GPEARI – FUNCIONAMENTO - GERAL POR RUBRICAS.....	60
GRÁFICO 9. EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DO GPEARI – FUNCIONAMENTO - COOPERAÇÃO POR RUBRICAS.....	61
GRÁFICO 10. EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO CORRIGIDO E EXECUTADO DO GPEARI.....	62

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1. OBJETIVOS OPERACIONAIS E INDICADORES EXTRA-QUAR.....	43
QUADRO 2. MAPA DE PESSOAL PARA 2022 – LUGARES PREVISTOS E OCUPADOS.....	58
QUADRO 3. RECURSOS FINANCEIROS EM 2022.....	60
QUADRO 4. EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DO GPEARI	62

MENSAGEM DA DIREÇÃO



A atividade do GPEARI, em 2022, foi fortemente condicionada pelas dinâmicas nacionais e internacionais, que se têm vindo a impor nos últimos anos, bem como por novas circunstâncias, que resultaram num elevado ritmo de trabalho e de pressão acrescida sobre a instituição.

De destacar, em particular, a ação do GPEARI no âmbito das medidas restritivas, exercendo o seu papel de Autoridade Nacional Competente nesta matéria, em conjunto com a Direção-Geral de Política Externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros, no contexto das sanções impostas pela União Europeia à Rússia e à Bielorrússia.

Assistiu-se também a uma forte participação nas discussões relativas à orientação da política orçamental europeia e aos mecanismos de coordenação das políticas económicas, orçamentais, laborais e sociais, e da revisão do quadro de governação económica, bem como nas discussões em matéria da reforma dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento.

O contexto de elevada incerteza quanto aos desenvolvimentos económicos tornou ainda mais exigente o acompanhamento analítico regular da economia portuguesa e da sua inserção internacional, bem como a respetiva cenarização prospetiva, consubstanciando a fundamentação macroeconómica dos principais documentos de política económica.

Para fazer face a todos estes desafios, o GPEARI continua a apostar na melhoria das práticas de gestão e de desenvolvimento organizacional, de forma a que o valor acrescentado da sua atividade vá ao encontro das expectativas dos seus principais clientes.

Um agradecimento final aos colaboradores do GPEARI, pelo seu espírito de missão e compromisso com o serviço público.

Rosa Maria Caetano

Subdiretora-Geral

José Carlos Azevedo Pereira

Diretor-Geral

Paula Fonseca Costa

Subdiretora-Geral





DESTAQUES DA ATIVIDADE

As atribuições do GPEARI enquanto gabinete de estudos e relações internacionais do Ministério das Finanças, traduzem-se no apoio à formulação, monitorização e avaliação de políticas públicas, tendo vindo a dar resposta a um conjunto de novas áreas de atuação, mantendo um forte compromisso na melhoria dos serviços prestados e no incremento do valor acrescentado da sua atividade.

Ao longo dos últimos anos, e não obstante a sua reduzida estrutura, o GPEARI tem mantido a sua atuação num patamar de elevada resposta técnica e de elevado compromisso no seio do Ministério das Finanças, sendo que os impactos decorrentes dos diversos contextos, nacional e internacional, se fazem sentir com especial evidência.

No documento que aqui se apresenta, relatam-se as principais atividades, bem como os resultados do esforço desenvolvido ao longo do ciclo de gestão de 2022. Mostra-se, ainda, quantitativa e qualitativamente a expressão dos resultados alcançados, constituindo-se, assim, este relatório como um instrumento efetivo de prestação de contas e de autoavaliação, potenciando uma análise prospetiva que permita antecipar transformações e desafios no seu ambiente de atuação.

Cumprindo as melhores práticas organizacionais, a elaboração deste relatório resulta de um processo colaborativo, contando com o contributo e a participação ativa das diversas unidades orgânicas deste Gabinete, atores potenciadores de mudança e fundamentais na implementação do sistema de melhoria contínua.

Enquadrado num contexto de grande exigência, o GPEARI registou uma taxa de execução do QUAR de 105,2%, em resultado da superação de quatro objetivos, três dos quais relevantes, e da execução total dos restantes seis. Os parâmetros de Eficácia, Eficiência e Qualidade foram superados, com um peso relativo de 35%, 40% e 25% respetivamente.

Destaque para o integral cumprimento das orientações plasmadas na Lei do Orçamento do Estado para 2022, designadamente relativas à implementação de práticas de boa gestão dos

trabalhadores, em particular nos domínios da participação dos trabalhadores na gestão dos serviços, da segurança e da saúde no trabalho, da conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar e da motivação, tendo o GPEARI assumido e integrado a melhoria das suas práticas de gestão e desenvolvimento organizacional como um vetor de atuação fundamental. A este respeito foi superado um dos objetivos que contribuíram para esta orientação, que se traduziu na melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo GPEARI, tendo ainda sido atingidos os objetivos relativos à promoção da inovação, modernização administrativa e desmaterialização de processos e à promoção da motivação e participação dos trabalhadores na gestão.



Para o ano de 2022, foram fixados de 19 objetivos, aferidos por 38 indicadores, dos quais 10 foram superados e 28 foram atingidos, verificando-se uma execução integral do plano de atividades, ao qual acresce um conjunto de atividades extra-plano que corresponderam a quase 6%, e que se traduzem, essencialmente, em atividades não previstas de representação em reuniões, resposta a pedidos de informação dos gabinetes ministeriais, entre outras solicitações.

O GPEARI continuou a apoiar os trabalhos relativos à recuperação económica europeia, assegurando os trabalhos relativos à implementação do Regulamento do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), o qual constitui o principal pilar do instrumento “Próxima

Geração UE" (*Next Generation EU* - NGEU), prevendo a disponibilização de fundos até 672,5 mil milhões de euros em subvenções e empréstimos para financiar reformas e investimentos que promovam a recuperação da economia após os impactos da crise pandémica e a resiliência dos países da União a choques económicos. O GPEARI contribuiu, assim, para a aceleração do processo de submissão e adoção célere dos restantes Planos de Recuperação e Resiliência, e processo de análise das avaliações da Comissão às metas e marcos estabelecidos nestes Planos e respetivos pedidos de pagamento apresentados pelos estados-membros, bem como para os trabalhos de continua adaptação do ciclo do Semestre Europeu, enquanto processo de coordenação das políticas económicas, orçamentais, laborais e sociais dos estados-membros, à cada vez mais exigente implementação do MRR.

O GPEARI continuou a assegurar o apoio técnico à elaboração de documentos de política económica e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF, atribuições que se traduziram, designadamente, na coordenação da elaboração do Programa de Estabilidade de 2022-2026, na contribuição para os Relatórios e na coordenação dos Elementos Informativos que acompanham a segunda proposta de Orçamento do Estado para 2022 e a proposta de Orçamento do Estado para 2023 (incluindo propostas de uma síntese bilingue e de um Guia do Cidadão), a estimação do impacto das medidas incluídas no Programa Nacional de Reformas e no Plano de Recuperação e Resiliência, os contributos para a Conta Geral do Estado de 2021 e para o Balanço da participação de Portugal na UE, bem como a elaboração de trabalhos de projeção das principais variáveis macroeconómicas e de finanças públicas.

No quadro do seu papel de acompanhamento e análise da conjuntura económica nacional e internacional, o GPEARI reforçou, consolidou e regularizou o respetivo manancial de publicações estatísticas e analíticas, sendo de referir a passagem a uma periodicidade trimestral do anterior Boletim Mensal da Economia Portuguesa (BMEP), agora intitulado Boletim Trimestral da Economia Portuguesa (BTEP), e que é realizado em parceria com o Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e do Mar.

A agenda climática nacional e internacional continuou a exigir – e cada vez mais – da parte do GPEARI um acompanhamento de perto das políticas de ação climática e a prestação de apoio técnico à participação do Ministério das Finanças nos *fora* dedicados a esta temática. Igualmente associado a esta esfera de ação, realce para a continuidade da formação em *Green Budgeting* por parte da Comissão Europeia, tendo sido efetuado o respetivo segundo módulo, com participação adicional de entidades parceiras relevantes.

Destaque, ainda, para a participação no Conselho para a Produtividade, órgão constituído pelo GPEARI e pelo Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e do Mar.

Em paralelo, em virtude do apoio do *Technical Support Instrument* da Comissão Europeia (DG Reform), o GPEARI beneficiou do desenvolvimento de um novo modelo macroeconómico para a economia portuguesa por parte do Banco Mundial, com base no qual igualmente assegurou três ciclos formativos (um virtual e dois presenciais) de formação e capacitação técnica de elementos do GPEARI e de entidades parceiras.



O GPEARI continuou a garantir a coordenação das missões de acompanhamento e supervisão Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, sendo que em 2022 realizaram-se duas missões, a primeira no mês de março e a segunda no mês de setembro. Em maio organizou também a missão do FMI no âmbito do Artigo IV. O GPEARI garantiu igualmente a missão técnica relativa ao Exame Económico da OCDE a Portugal, que ocorreu no mês de setembro. Em dezembro organizou também a missão anual da Comissão Europeia no âmbito do Semestre Europeu e do PRR.

Adicionalmente, o GPEARI coordenou a posição do Ministério das Finanças nas discussões relativas ao Semestre Europeu e respetivas alterações introduzidas neste processo de coordenação das políticas orçamentais, económicas, laborais e sociais dos estados-membros à luz das exigências e sobreposições com a implementação do MRR.

O GPEARI garantiu igualmente o acompanhamento das discussões associadas aos processos de supervisão orçamental que, durante o ano de 2022, se mantiveram ainda à luz da cláusula de derrogação de âmbito geral do Pacto de Estabilidade e Crescimento, tendo acompanhado e

participado igualmente nas discussões relativas à orientação da política orçamental. Adicionalmente, o GPEARI acompanhou e coordenou internamente as discussões relativas à revisão do quadro de governação económica da União. Os trabalhos focaram-se, no primeiro semestre do ano, em discussões de natureza geral, nomeadamente ao nível do Comité Económico e Financeiro e do Comité Económico e Financeiro de suplentes.

Neste contexto, foi debatida a importância de assegurar a sustentabilidade das dívidas públicas garantindo, ainda assim, um crescimento sustentável através de níveis adequados de investimento e de

Semestre europeu e Mecanismo de Recuperação e Resiliência

reformas, assegurando um maior foco nos desenvolvimentos orçamentais no médio prazo. Estas discussões permitiram contribuir para a Comunicação da Comissão que define orientações para um quadro de governação económica da União Europeia revisto, publicada em novembro de 2022. De acordo com este documento, a Comissão propõe um quadro de governação económica que considera como mais simples e transparente, em função dos riscos, que diferencia os países de acordo com os níveis de dívida pública individuais. No seguimento desta publicação, as discussões assumiram um carácter mais específico, com vista a obter uma convergência de pontos de vista sobre as principais esferas associadas a esta revisão, tal como definido no programa de trabalhos do Comité Económico e Financeiro relativo a esta temática.

Neste sentido, de uma forma global, o GPEARI salientou a relevância da discussão em curso e a importância de um acordo célere.

Durante o ano de 2022, o GPEARI garantiu também o acompanhamento e a coordenação das diversas discussões relativas à assistência macrofinanceira da União Europeia à Ucrânia, na sequência da guerra de agressão da Rússia contra este país, em curso desde 24 de fevereiro de 2022.

Neste âmbito, o GPEARI participou nas discussões de coordenação ao nível da UE referentes aos dois programas de assistência macrofinanceira disponibilizados à Ucrânia, e desembolsados durante o ano de 2022, e ainda nos debates relativos ao programa de assistência macrofinanceira excecional acordado no final do ano de 2022. O GPEARI coordenou, assim, a posição do Ministério das Finanças nesta importante temática, incluindo os diversos processos nacionais associados à concessão destes vários programas, nomeadamente no que concerne a prestação das garantias nacionais necessárias.

Continuou, igualmente, a ser garantido o desenvolvimento dos trabalhos relativos à posição portuguesa no âmbito do Brexit, coordenando no Ministério das Finanças a definição das orientações estratégicas, preparação e contingência para todos os potenciais impactos do Acordo de Saída e do Acordo sobre a relação futura entre a UE e o Reino Unido.

Quanto à concretização e aprofundamento da União Bancária, no âmbito da revisão do quadro de gestão de crises bancárias e sistemas de garantia de depósitos (CMDI), foi assumida uma postura construtiva durante todo o processo negocial, procurando, em particular, assegurar o rápido estabelecimento do Sistema de Garantia de Depósitos Europeu como elemento central para a sua completude. Não se mostrando possível avançar já com este pilar, foi apoiada e subscrita a necessidade de avançar com a proposta de revisão da CMDI, considerando a necessidade de melhorar o quadro de gestão de crises para os bancos de pequena e média dimensão, muito presentes em Portugal, enquanto se assegura igualmente um elevado nível de proteção dos depósitos e depositantes, os quais constituem o principal elemento de aforro das famílias portuguesas e empresas nacionais, em especial as PMEs.

Portugal participa nos Mecanismos Únicos de Supervisão e de Resolução. Neste contexto, na sequência da última atualização do quadro regulatório da resolução bancária, foram identificados elementos que mereciam ajustamento legislativo adicional. Assim, ao longo de 2022, decorreram as negociações com o Parlamento Europeu e os trólogos entre os legisladores, tendo a adoção formal do regulamento ocorrido no último trimestre. Ainda neste contexto, assegurou-se a participação nas negociações para a introdução do “*Output Floor*” a nível internacional, que pretende reduzir a excessiva variabilidade dos requisitos de capital e melhorar a comparação dos rácios de capital entre instituições de crédito, tendo acautelado as principais preocupações nacionais.

No âmbito da União dos Mercados de Capitais, prosseguiram os trabalhos relativos a iniciativas constantes do seu Plano de Ação, tendo sido alcançado o acordo para uma abordagem geral do Conselho relativamente ao pacote relativo à criação de um ponto de acesso único europeu, à revisão do Regulamento (UE) n.º 600/2014 relativo aos mercados de instrumentos financeiros – em que se destaca a adição de opções nacionais relativas à divulgação de informação sobre transações – à revisão da Diretiva (UE) n.º 2011/61 relativa aos Gestores de Fundos de Investimento Alternativos.

Foi também alcançado acordo em fase de trólogos relativo à revisão do Regulamento (EU) n.º 2015/760 relativo aos Fundos Europeus de Investimento a Longo Prazo.

Ainda relativamente ao referido Plano de Ação da Comissão Europeia para a União dos Mercados de Capitais, foi apoiada a concretização das iniciativas previstas, destacando-se (i) a facilitação do acesso a informação relevante sobre empresas europeias como forma de fomento do investimento nestas entidades; (ii) a melhoria do enquadramento para o investimento, designadamente para os investidores não profissionais, mediante o incremento da transparência relativa a transações no mercado de capitais; (iii) a transição para uma economia sustentável e digital por via da promoção do investimento em organismos de investimento coletivo constituídos para o efeito; e (iv) a harmonização a nível europeu de formas de financiamento alternativas ao financiamento bancário, em particular para as pequenas e médias empresas. Foram alcançados acordos, com o Parlamento Europeu, relativos ao pacote “Financiamento Digital”, no que respeita aos Regulamentos relativos aos mercados de criptoativos (MICA), à resiliência operacional digital (DORA) e ao estabelecimento de um regime piloto para infraestruturas de mercado que pretendam experimentar, negociar e liquidar transações de instrumentos financeiros sob a forma de criptoativos (DLT Pilot).

O ano de 2022 foi ainda pautado pela negociação de várias iniciativas no domínio do financiamento sustentável, nomeadamente no contexto da nova Estratégia de Financiamento Sustentável apresentada pela Comissão Europeia em 2021, que foi acompanhada pela apresentação de uma proposta de regulamento que estabelece o regime para as obrigações verdes europeias. De referir ainda, a conclusão da negociação da Diretiva relativa à comunicação de informações sobre a sustentabilidade das empresas (Corporate Sustainability Reporting Directive - CSRD). Outras iniciativas registaram também desenvolvimentos em 2022, nomeadamente, a proposta de diretiva que visa alterar a Diretiva Solvência II e a proposta de uma nova diretiva que visa criar um quadro para a recuperação e resolução das empresas de seguros e de resseguros (IRRD).

Importa, ainda, realçar a continuação do apoio prestado pelo GPEARI aos gabinetes governamentais do Ministério na análise de diplomas de transposição de diretivas da UE, bem como o envolvimento nos restantes trabalhos de aplicação da legislação da UE (nomeadamente, no que diz respeito ao exercício das opções previstas nos regulamentos) e nos trabalhos legislativos de iniciativa nacional.



TRANSPOSIÇÕES DE DIRETIVAS

No que concerne ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, foi dada continuidade à participação do GPEARI nos trabalhos do Grupo de Ação Financeira (GAFI), integrando a delegação portuguesa presente nos plenários de fevereiro, junho e outubro de 2022. De destacar também, neste domínio, os trabalhos de preparação da participação de Portugal na reunião Ministerial do GAFI, que se realizou em abril, em formato híbrido, e na *3rd Ministerial Conference on Counter-Terrorism Financing "No Money for Terror"*, que se realizou em novembro, em Nova Deli. Foi igualmente dada continuidade ao acompanhamento dos trabalhos do *Expert*

Group on Money Laundering and Terrorist Financing da Comissão Europeia e à coordenação dos trabalhos associados à negociação do novo pacote legislativo em matéria de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, apresentado pela Comissão Europeia em julho de 2021. De destacar, ainda, os trabalhos desenvolvidos no âmbito do exercício de avaliação da eficácia da implementação da quarta Diretiva sobre branqueamento de capitais, conduzido pelo Conselho da Europa por solicitação da Comissão Europeia, incluindo a organização e participação na visita *on-site* que se realizou entre 30 de maio e 2 de junho. Também neste âmbito, mas a nível nacional, foi dada continuidade à participação nos órgãos permanentes da Comissão de Coordenação das Políticas de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo (Plenário, Comité Executivo e Secretariado Técnico Permanente).

Paralelamente, foi elaborado pelas autoridades nacionais competentes¹, e apresentado ao Ministro das Finanças e ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, o quinto Relatório Anual sobre Medidas Restritivas, tendo sido produzidos, ao longo do ano, vários pareceres jurídicos e prestados esclarecimentos a cidadãos, entidades ou operadores económicos sobre a conformidade de determinadas relações comerciais ou financeiras com diferentes regimes restritivos em vigor, tendo também sido emitidas diversas autorizações para a concretização de negócios. Merece particular destaque o trabalho desenvolvido no âmbito dos regimes restritivos aplicáveis à Rússia e à Bielorrússia a partir de fevereiro de 2022, na sequência da invasão do território ucraniano pela Rússia, situação que conduziu à aprovação de sucessivos

¹ GPEARI do Ministério das Finanças e DGPE do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

pacotes de medidas por parte do Conselho da UE, que vieram ampliar e densificar os regimes já existentes, introduzindo novos tipos de medidas sem paralelo noutros regimes. Verificou-se igualmente um aumento da periodicidade das reuniões de grupos de trabalho já existentes neste domínio ao nível da UE (designadamente, o *Expert Group on Union restrictive measures and extra-territoriality*, criado em abril de 2021, que conta desde o seu início com a participação do GPEARI) e a criação de subgrupos, grupos de alto nível e novos grupos (designadamente, o *Subgroup on asset freezes and reporting* e o *Senior Sanctions Expert Group*, ambos na esfera do grupo de peritos acima mencionado e em que o GPEARI passou a participar, bem como a *Task Force "Freeze and Seize"* e seus subgrupos, para cujos trabalhos foi solicitada a colaboração do GPEARI) para apoiar os estados-membros na interpretação e execução das novas medidas aprovadas, assegurando uma melhor coordenação e reporte. Tratou-se, assim, de um período de acentuada exigência, dada a complexidade da situação e o incremento exponencial dos processos gerados face a anos anteriores.

Em matéria de auxílios estatais, de salientar o apoio prestado pelo GPEARI aos gabinetes governamentais na análise de processos da área das Finanças, alguns dos quais associados a processos de alteração legislativa, bem como a participação nos trabalhos desenvolvidos a nível da UE, sobretudo no âmbito do Quadro temporário relativo a medidas de auxílio estatal em apoio da economia no contexto do surto de COVID-19, bem como do Quadro temporário de crise e transição relativo a medidas de auxílio estatal em apoio da economia na sequência da agressão da Ucrânia pela Rússia.

De referir, ainda, os trabalhos do GPEARI enquanto representante de Portugal na esfera da OCDE, tais como a participação no Comité de Política Económica, Comité de Mercados Financeiros, *Advisory Task Force on the OECD Codes of Liberalisation*, *Global Forum on Productivity*, *Short-Term Economic Prospects*, *Economic and Development Review Committee*, *Survey de Portugal*, entre outros Grupos de Trabalho.

Em matéria de cooperação e relações internacionais, foi mantida a linha de atuação de promoção não só dos objetivos das políticas externa e de cooperação, mas também a internacionalização das empresas e consultores nacionais e o financiamento da economia portuguesa, no âmbito da defesa dos interesses nacionais ao nível da governação das instituições financeiras europeias e internacionais e do relacionamento com países terceiros.

O ano de 2022 foi marcado por importantes processos negociais no domínio multilateral. A este respeito é de destacar a participação do GPEARI nas negociações da 16.^a reconstituição de recursos do Fundo Africano de Desenvolvimento, janela de recursos concessionais do Grupo Banco Africano de Desenvolvimento, da qual inúmeros países parceiros de Portugal, nas mais diversas geografias, beneficiam. Este dossiê implicou também a participação em reuniões de coordenação europeia.

Na sequência da aprovação das conclusões do Conselho Europeu relativas à implementação da nova arquitetura europeia para o financiamento do desenvolvimento (EFAD), em 2022, o GPEARI preparou inúmeras reuniões técnicas e ministeriais, quer de âmbito europeu, quer ao nível de outros *fora* internacionais, com destaque natural para as Instituições Financeiras Internacionais, nas quais o tema foi debatido.

De igual modo, o GPEARI contribuiu para o debate sobre temáticas de interesse global, como as questões relacionadas com: i) o apoio aos países mais pobres no combate aos efeitos adversos da pandemia e da guerra, assim como no estímulo da recuperação económica global, e, em particular, à reconstrução da Ucrânia por via do apoio das IFI; ii) a Agenda Climática, iii) o acordo-quadro para o tratamento da dívida para além da DSSI - Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida dos países em desenvolvimento beneficiários - debate que ocorre não apenas nos *fora* europeus, mas também em sede do FMI e do G20 e G7.

Ainda no contexto multilateral, destaque para a:

- a participação e/ou preparação nas reuniões dos diversos órgãos (Comité Estratégico, Comité Permanente e Comités Locais) do Compacto Lusófono (iniciativa conjunta com o Banco Africano de Desenvolvimento, de que é parceira a IFC do Banco Mundial, para estimular o desenvolvimento do setor privado nos PALOP) e para a análise sobre instrumentos financeiros a criar no quadro do Compacto, em particular, tendo em vista a criação de um *Trust Fund* destinado a apoiar as atividades de assistência técnica a projetos.
- a realização do I Fórum Portugal – Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), pelo qual foi promovida uma aproximação institucional, empresarial e académica entre entidades nacionais e a CAF e, através dela, com os países da América Latina e Caraíbas em temas de interesse comum. Esta plataforma de diálogo, partilha de experiências e promoção de parcerias entre Portugal e os países da América Latina, funcionou como iniciativa-chapéu, que derivou em acordos e colaborações bilaterais em áreas específicas, algumas já concretizadas, outras em preparação.

Na esfera europeia, para além de assegurar a representação nacional como suplente por Portugal no Conselho de Administração, o GPEARI participou nos trabalhos relativos:

- à aprovação, pelo Comité de Contribuintes, das últimas operações no quadro do Fundo de Garantia Pan-Europeia, uma das principais medidas de emergência adotadas a nível europeu para mitigação dos impactos económicos negativos decorrentes da pandemia da COVID-19;

- à discussão do plano REPowerEU, cujo objetivo é acelerar a transição energética, mobilizando investimento adicional nas áreas de eficiência energética, renováveis, redes e armazenamento, infraestrutura de carregamento de veículos elétricos e tecnologia de ponta, contribuindo para terminar com a dependência energética da UE face aos combustíveis russos;
- ao lançamento do Programa InvestEU em Portugal, o qual tem o BEI como principal parceiro de implementação e visa financiar investimentos de interesse estratégicos para a recuperação sustentável das economias, apoiando prioridades da política europeia como o Green Deal e a transição digital para os países da UE, apoiando a sua recuperação da crise. Neste contexto o GPEARI passou a assegurar a representação nacional no Conselho Consultivo Fundo InvestEU²;
- ao lançamento do BEI Global, a nova sucursal do Grupo do BEI dedicada às operações fora da UE e que tem por objetivo o financiamento do desenvolvimento, ação climática, e investimentos inovadores e sustentáveis. Neste contexto, o GPEARI passou a assegurar a representação nacional no Advisory Group on EIB Global Operations;
- à contratualização, com o BEI, do terceiro contrato de financiamento que contempla a extensão, de EUR 300 milhões para EUR 500 milhões, referente ao projeto IFRRU 2014-2020, assim como de nova tranche no âmbito da operação "EU FUNDS CO-FINANCING 2014-2020" no montante de EUR 200 milhões, relativa ao financiamento da contrapartida nacional de operações aprovadas no quadro dos Programas Operacionais do Portugal2020. A nível interno, e para além das habituais atividades organizadas pelo Grupo de Trabalho das Multilaterais (que apesar do contexto pandémico continuaram a realizar-se), foi preparado o próximo Plano Estratégico do Mecanismo de Acompanhamento do Mercado das Multilaterais, destinado a orientar a atividade do Grupo de Trabalho GPEARI-AICEP no próximo triénio, mediante ações que potenciem as mais-valias do setor empresarial e banca nacionais, com maior potencial de interseção com os projetos financiados pelas Multilaterais.

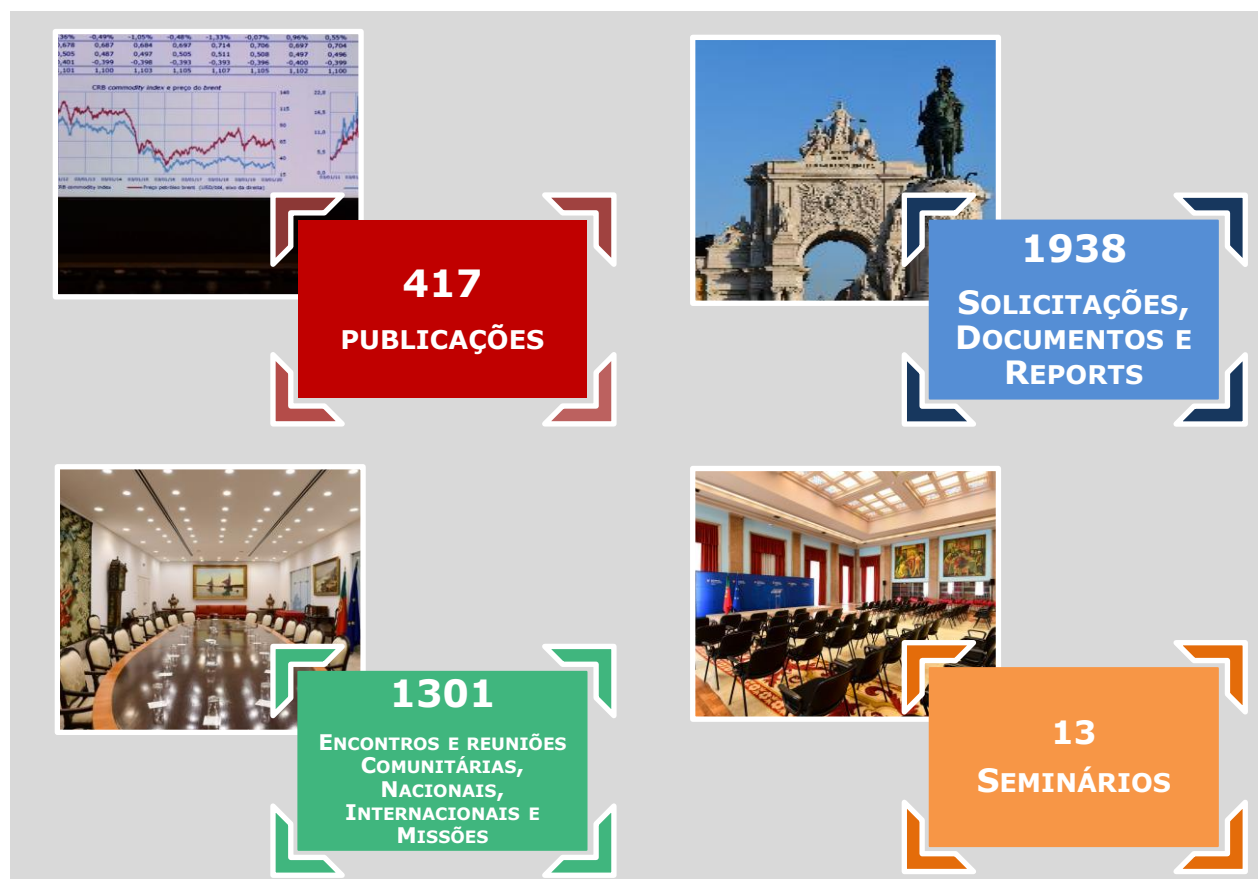
No que diz respeito ao relacionamento institucional com os países estratégicos para Portugal, manteve-se a forte dinâmica de apoio à preparação de conteúdos para diversos encontros de alto nível, incluindo Cimeiras, Comissões Mistas, Grupos de Trabalho Bilaterais e reuniões de Membros do Governo, na perspetiva de dinamizar temáticas de relevo na área das Finanças. Em 2022, foi prestado apoio técnico à preparação de reuniões com mais de 20 países, nas mais diversas geografias, com destaque para os PALOP, Brasil, EUA, Espanha, Argentina, Egito

² Uma das três componentes do Programa InvestEU, o qual visa reunir numa única estrutura os múltiplos instrumentos de apoio ao investimento disponíveis na UE.

Arábia Saudita, Bangladesh, China, Coreia do Sul, Costa Rica, Cuba, Japão, Jordânia, Marrocos, entre outros.

Especial nota para a participação do GPEARI nas reuniões de peritos preparatórias da I Reunião de Ministros da Economia, Comércio e Finanças da Comunidade, na qual veio a ser aprovado o documento negociado nas referidas reuniões de peritos - a Agenda Estratégica para a Consolidação da Cooperação Económica da CPLP – documento chapéu que define os eixos e prioridades de colaboração tendo em vista afirmar a CPLP como um espaço dinâmico promotor de quadros legais e regulamentares convergentes, de fluxos de negócios, investimentos e trocas comerciais e assente em princípios e valores comuns, nomeadamente de promoção dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável.

Na área do planeamento e gestão, foram consolidados os resultados decorrentes da concretização do projeto cofinanciado pelo SAMA2020, tendo em 2022 ocorrido os principais formalismos de reporte para encerramento da candidatura. Ainda no âmbito dos resultados do projeto, foi dada continuidade à implementação dos processos desmaterializados, bem como o desenvolvimento da newsletter mensal do GPEARI, através da crescente dinâmica do Portal GPEARI – www.gpeari.gov.pt, beneficiando, ainda da divulgação das publicações regulares através de plataforma customizada.



Destaque, ainda, para os grandes números relativos à atividade do GPEARI:

Na esfera da divulgação de informação, promoção da capacitação interna e partilha de conhecimento, destaca-se a dinamização de vários seminários, com especial o ciclo de seminários mensais sobre a economia portuguesa, em colaboração com o Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e do Mar, que conta já com quase oito dezenas de edições e a produção de publicações e relatórios estatísticos, com mais de quatro centenas de publicações, diárias, mensais e pontuais.

A resposta a solicitações, reportes e produção de documentos elaborados de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas pela Tutela, de resposta a organismos da Administração Pública, outras Entidades Nacionais e a instituições comunitárias e internacionais cifra-se perto de 2 mil documentos.

No âmbito da preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais, regista-se um volume muito alargado de reuniões e encontros, que o GPEARI assegurou a preparação e/ou participação, ascendendo a mais 1300, enquadradas: i) no apoio técnico à elaboração de instrumentos de política e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do Ministério das Finanças; ii) decorrentes das missões regulares de acompanhamento da Comissão Europeia, FMI e OCDE; iii) resultado da preparação e representação nos trabalhos dos órgãos de governação das Instituições Financeiras Internacionais; iv) fruto dos trabalhos no âmbito da cooperação bilateral com países terceiros; v) e participação e representação relativos à Revisão do Quadro de Governação Económica da União Europeia.

De destaque, igualmente, a satisfação manifestada pelos colaboradores, atingindo, em 2022, um valor de 3,91 (mantendo o valor de 2021). Paralelamente, e em resultado do esforço e empenho de toda a equipa, o grau de satisfação aferido junto dos gabinetes ministeriais da área das Finanças com o desempenho do GPEARI manteve-se num nível de excelente (4,52), bem como a satisfação dos demais utilizadores que registou uma subida de 4,36, para 4,46 (escala de 1 a 5), o que demonstra um alinhamento entre as expectativas dos principais clientes e o trabalho realizado.



1. O GPEARI

A atual orgânica do GPEARI foi estabelecida pelo Decreto-Regulamentar n.º 7/2018 de 13 julho, em conjugação com a Portaria n.º 227/2018, de 13 de agosto.

MISSÃO, VISÃO, VALORES



Missão

Garantir o apoio à **formulação de políticas e ao planeamento estratégico** e operacional, em articulação com a **programação financeira**, bem como assegurar, diretamente ou sob sua coordenação, **as relações internacionais** e acompanhar e **avaliar a execução de políticas, dos instrumentos de planeamento** e os resultados dos **sistemas de organização e gestão**, em articulação com os demais serviços do Ministério



Visão

Ser reconhecido como um ator de **referência na criação de conhecimento** para suporte à tomada de decisão
 Servir com **inegável competência** os interesses do Ministério das Finanças
 Ser um **centro de excelência e de valorização** de todos os colaboradores



Valores

Excelência e profissionalismo | autocrítica permanente, incentivando a competência e as boas práticas
Rigor e Integridade | qualidade e base científica
Responsabilidade e sentido de dever | promoção da imagem e dos interesses de Portugal
Criatividade e partilha do saber | inovação e capacidade técnica

ATRIBUIÇÕES³

- Prestar apoio em matéria de definição e estruturação de políticas, prioridades e objetivos do Ministério das Finanças e contribuir para a conceção e execução da sua política legislativa;
- Apoiar a definição das principais opções em matéria orçamental e assegurar a articulação entre os instrumentos de planeamento, de previsão orçamental, de reporte e de prestação de contas;
- Analisar o impacto da evolução dos agregados macroeconómicos relevantes na gestão e no controlo da política fiscal e orçamental e elaborar projeções das principais variáveis macroeconómicas, tendo em vista a programação orçamental de médio prazo;
- Contribuir para a elaboração da Lei das Grandes Opções;
- Elaborar, difundir e apoiar a criação de instrumentos de planeamento, de programação financeira e de avaliação das políticas e programas do Ministério das Finanças;
- Participar na elaboração de contributos para documentos oficiais, entre os quais, o Programa de Estabilidade, o Relatório que acompanha a Proposta de Lei do Orçamento do Estado, a Lei das Grandes Opções, o Programa de Recuperação e Resiliência e a Conta Geral do Estado;
- Elaborar estudos económico-financeiros que contribuam para a formulação, o acompanhamento e a avaliação de políticas;
- Assegurar e coordenar o processo de avaliação e quantificação do impacto macroeconómico das reformas estruturais decididas pelo Governo, envolvendo, se necessário, recursos externos devidamente habilitados;
- Analisar a evolução do Saldo Global das Administrações Públicas em Contabilidade Nacional, tendo em vista apoiar o Governo no cumprimento dos objetivos orçamentais;
- Garantir a produção de informação adequada, designadamente estatística, no quadro do sistema estatístico nacional, nas áreas de intervenção do Ministério das Finanças;
- Assegurar e coordenar a atividade do Ministério das Finanças no âmbito da União Europeia, garantindo a participação ativa e o acompanhamento, das obrigações decorrentes do enquadramento europeu em matéria de política orçamental e de governação económica;

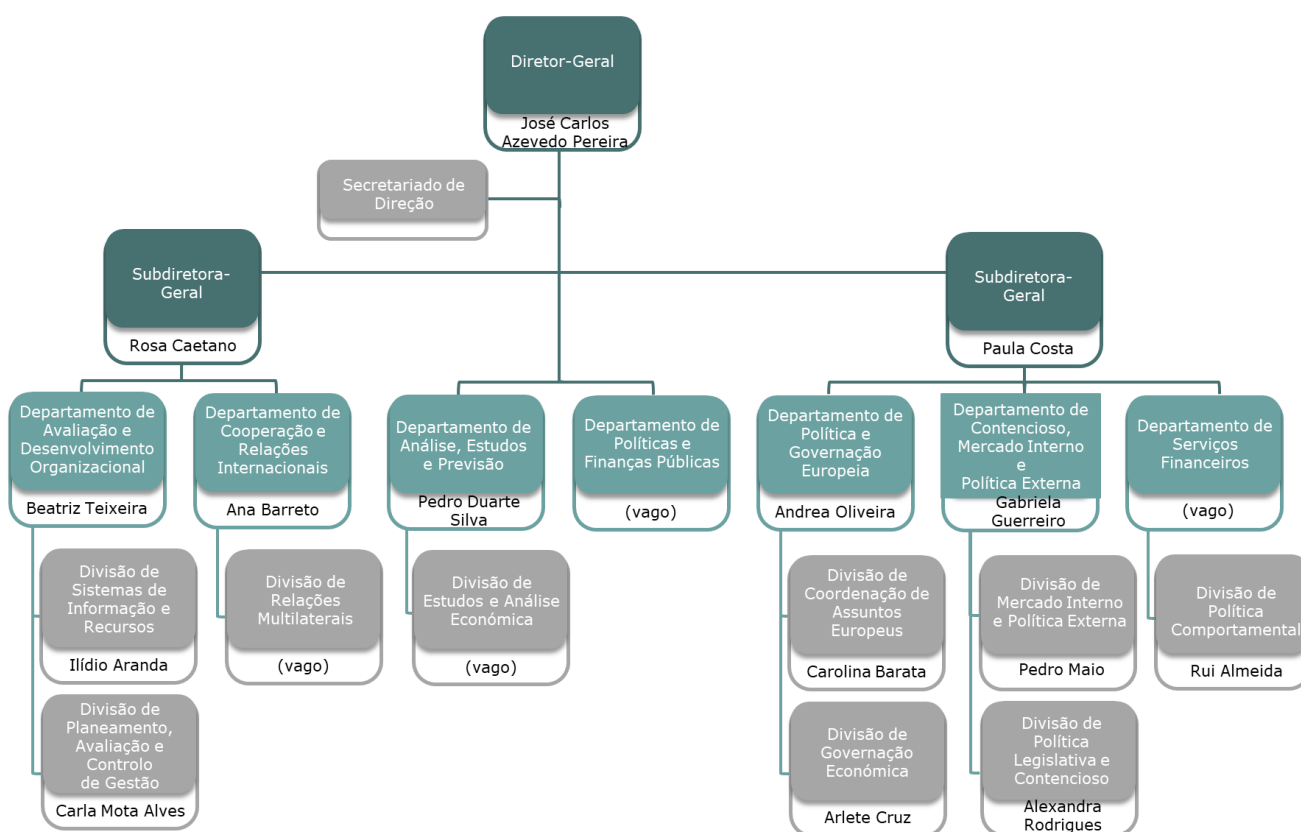
³ Alínea nº2 do Artigo 3.º do Decreto-Regulamentar n.º 7/2018, de 13 de junho.

-
- Assegurar o acompanhamento e monitorização das obrigações decorrentes do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, competindo-lhe ainda constituir-se como entidade técnica de ligação entre o Governo e os representantes da Comissão Europeia, do Banco Central Europeu, do Mecanismo Europeu de Estabilidade e do Fundo Monetário Internacional, centralizando a comunicação e a partilha de informação das várias áreas governativas, dos serviços e dos organismos envolvidos e promovendo a cooperação e a comunicação entre estes;
-
- Assegurar e coordenar a atividade do MF no âmbito das relações internacionais garantindo o relacionamento institucional com instituições pares em países estratégicos para Portugal, em coordenação com a área governativa dos negócios estrangeiros;
-
- Assegurar, em articulação com a área do planeamento e dos negócios estrangeiros, a atividade do MF no âmbito das relações com a União Europeia, garantindo o acompanhamento das obrigações decorrentes dos procedimentos de governação económica a nível da União Europeia no que se refere ao Programa Nacional de Reformas, integrado no Semestre Europeu;
-
- Acompanhar e promover, em conjunto com a área dos negócios estrangeiros, a representação portuguesa nas diversas instituições financeiras multilaterais de que Portugal é acionista, cabendo-lhe potenciar o retorno destas participações e promover o investimento e a internacionalização das empresas nacionais;
-
- Assegurar o desenvolvimento dos sistemas de avaliação dos serviços no âmbito do Ministério das Finanças, coordenar e controlar a sua aplicação e exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas na lei sobre esta matéria;
-
- Proceder ao levantamento de diplomas que incidam sobre matérias da competência do Ministério das Finanças que careçam de regulamentação;
-
- Coordenar a preparação de projetos de diplomas legislativos que adequem o direito nacional a instrumentos normativos da União Europeia, em matérias enquadradas nas áreas de atuação do Ministério das Finanças, e submetê-los ao membro do Governo competente.
-

ESTRUTURA ORGÂNICA

A estrutura orgânica do GPEARI ao longo do ano de 2022 foi a que abaixo se apresenta:

Figura 1. Estrutura Orgânica do GPEARI⁴



⁴ Estrutura Nuclear do GPEARI a 31.12.2018, de acordo com a Portaria n.º 227/2018, de 13 de agosto e o Despacho n.º 10003/2018, de 26 de outubro de 2018; Despacho 5906/2019, de 4 de junho.

PRINCIPAIS CLIENTES E SERVIÇOS

O GPEARI, enquanto serviço de apoio à governação do Ministério das Finanças, tem como principal utilizador dos serviços prestados a equipa dos gabinetes governamentais. Acresce que também os restantes organismos do Ministério das Finanças são clientes/utilizadores dos serviços do GPEARI.

Destacam-se ainda utilizadores e interlocutores externos, onde se incluem outros ministérios e serviços da Administração Pública, o Conselho das Finanças Públicas, a UTAO e organizações e instituições estrangeiras e internacionais, onde se incluem diversos serviços da Comissão Europeia, a OCDE, o FMI, o BCE, as Instituições Financeiras Internacionais, os Ministérios das Finanças de países terceiros, designadamente dos países da CPLP e várias entidades do sector privado.

Para além destes, e não só os que decorrem do acompanhamento do pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro e dos restantes processos regulares de supervisão a que Portugal está sujeito tal como os restantes estados-membros, existem ainda outros interlocutores do GPEARI, tais como: o Ministério da Economia e do Mar, o Ministério dos Negócios Estrangeiros (incluindo a REPER em Bruxelas), o Instituto Nacional de Estatística, o Banco de Portugal, a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, a aicep Portugal Global, Embaixadas de países terceiros com e sem representação em Portugal, bem como ordens profissionais e associações do setor financeiro e empresarial.

Figura 2. Utilizadores e interlocutores do GPEARI

Interlocutores

Da atividade do GPEARI destacam-se como os principais serviços prestados os seguintes:

- Elaboração de estudos económico-financeiros e outros documentos de natureza técnica que contribuam para a formulação, o acompanhamento e a avaliação de políticas e, em particular, o Modelo Anual Macroeconómico da Economia Portuguesa; o Modelo Trimestral Macroeconómico da Economia Portuguesa; o Modelo das Reformas Estruturais; o Modelo de Pensões (em articulação com o grupo de trabalho do *Ageing*); a determinação da evolução trimestral e anual do Saldo Global das Administrações Públicas em Contabilidade Nacional;
- Coordenação do Conselho para a Produtividade, em modelo rotativo com o GEE do Ministério da Economia e do Mar;
- Participação na elaboração de documentos oficiais, entre os quais, o Programa de Estabilidade, o Relatório e os Elementos Informativos que acompanham a Proposta de Lei do Orçamento do Estado, a Lei das Grandes Opções, o Programa de Recuperação e Resiliência e a Conta Geral do Estado;
- Recolha e centralização de informação, preparação de missões e reuniões, coordenação dos vários ministérios e entidades envolvidas e partilha de informação com as entidades internacionais, no âmbito do pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, do Semestre Europeu e de outros exercícios associados à participação nacional em instituições europeias e internacionais;
- Publicações periódicas, disponibilizadas na Internet, das quais se destacam:
 - Boletim Mensal de Economia Portuguesa, publicação mensal dedicada à análise de conjuntura nacional e internacional, contendo análises sobre os principais temas da economia nacional, elaborado em parceria com o Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e do Mar; esta publicação foi descontinuada em dezembro, para em 2022 ser substituída por uma congénere trimestral;
 - Indicadores Mensais de Conjuntura e Síntese Diária dos Indicadores de Conjuntura;
 - Nota Económica de Curto-Prazo;
 - Dossiers de Finanças Públicas (Portugal, Comparações Internacionais, Destaques);
 - Portugal Latest Key Developments;
 - Folheto sobre o Retorno para a Economia Nacional Resultante da Participação de Portugal nas Multilaterais.
- Contributos técnicos e coordenação da posição nacional, no âmbito da participação e colaboração em reuniões, comités e grupos de trabalho de organizações nacionais e da União Europeia, Instituições Financeiras Internacionais e Cimeiras ou Grupos de Trabalho Bilaterais;
- Acompanhamento e participação na transposição de Diretivas comunitárias que incidam sobre matérias enquadradas nas áreas de atuação do MF;

- Financiamento e coordenação da execução dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica com os Países de Língua Oficial Portuguesa e no âmbito da CPLP;
- Coordenação e participação nos órgãos que asseguram o bom funcionamento do Acordo de Cooperação Cambial com Cabo Verde e do Acordo de Cooperação Económica com São Tomé e Príncipe, vocacionados para a promoção da estabilidade macroeconómica em ambos os países e o fomento das suas relações económicas e financeiras com Portugal e com a UE;
- Promoção de iniciativas potenciadoras da internacionalização da economia nacional;
- Disseminação de informação seleccionada sobre oportunidades de *procurement* para empresas e consultores nacionais e informação geral sobre estratégias de abordagem das empresas nacionais ao mercado de *procurement* das IFI;
- Apoio técnico à implementação do SIADAP 1 e Avaliação do desempenho dos serviços do MF;
- Acompanhamento e monitorização do Programa "Pagar a Tempo e Horas";
- Coordenação da implementação da política de igualdade de género a nível do ministério.

2. AUTOAVALIAÇÃO

2.1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Em 2018, na sequência de alteração orgânica, o GPEARI redefiniu os seus objetivos estratégicos, alinhando-os com a missão e com as novas orientações e atribuições que lhe foram acometidas. Assim, tem vindo a prosseguir um conjunto de Objetivos Estratégicos (definidos para o período 2019-2023), desdobrados nos respetivos Planos de Atividades. A saber:

**OE
1**

CONTEXTO NACIONAL

Dinamizar a representação e o apoio técnico à definição, acompanhamento e avaliação de políticas do MF

Potenciar a criação e o aperfeiçoamento das bases e do conhecimento para a formulação e definição de políticas, contribuindo para tomada de decisão sustentada e para a melhoria contínua das políticas implementadas, gerando valor acrescentado, valorizando o apoio técnico e projetando o GPEARI como um centro de excelência.

**OE
2**

CONTEXTO INTERNACIONAL

Promover a representação e defesa dos interesses nacionais no contexto europeu e internacional

Reforçar a capacidade, conhecimento e sentido de análise para garantir a representação e defesa dos interesses envolvidos.

**OE
3**

CONTEXTO INTERNO - PESSOAS

Desenvolver uma política de gestão integrada de valorização do capital humano e de racionalização eficiente de recursos

Melhorar a capacitação, valorização, retenção e formação dos recursos, apostando em melhorias de eficiência e produtividade, fomentando a cultura organizacional, num contexto de exigente gestão de ativos.

2.2. OBJETIVOS OPERACIONAIS - ANÁLISE DOS RESULTADOS E DESVIOS

O modelo de acompanhamento e planeamento da atividade do GPEARI traduz uma visão holística, assentando numa estreita ligação entre os objetivos e indicadores que constituem o QUAR e o conjunto de atividades das unidades orgânicas. Assim, na elaboração dos instrumentos de gestão do GPEARI, são identificados os objetivos operacionais que refletem as prioridades para o ano em causa, permanecendo no âmbito do plano de atividades todas as restantes matérias que não se encontram plasmadas no QUAR, mas que contribuem para o total desempenho da missão do GPEARI.

Deste modo, para a concretização dos objetivos estratégicos definidos, foram identificados 19 objetivos operacionais, que traduzem as principais áreas de atuação das unidades orgânicas e constituíram o Plano de Atividades para 2022 do GPEARI. A identificação dos objetivos operacionais a constar do QUAR refletiu a aplicação de critérios de relevância e concretização da estratégia, associados às circunstâncias específicas para o ano de 2022, constando do QUAR os objetivos operacionais que melhor traduzem as prioridades para este ano, bem como os objetivos que relevam para melhorias de eficiência, eficácia e qualidade dos serviços prestados. Os restantes objetivos operacionais, que contribuem igualmente para a prossecução dos objetivos estratégicos, são considerados “extra-QUAR”.

Os 19 objetivos operacionais traduzem-se em 38 indicadores, dos quais 10 foram superados, e os restantes foram atingidos, não se verificando qualquer incumprimento de metas dos indicadores, não obstante a exigência e pressão colocada junto as áreas orgânicas. De referir que muitos dos objetivos operacionais são transversais a todas as unidades orgânicas, existindo um conjunto igualmente alargado de objetivos partilhados entre unidades.

Figura 3. Objetivos, indicadores e taxa de execução do PA



Em síntese, o plano de atividades definido para 2022 foi executado, atingindo uma taxa de realização de 100%. Ainda assim, e a acrescer à atividade prevista das unidades orgânicas foram executadas atividades extra-plano – representação em reuniões, resposta a pedidos de informação dos gabinetes ministeriais e outras solicitações – que corresponderam a 5,9% da atividade. Este acréscimo de atividades realizadas resulta de um esforço acrescido dos recursos humanos, uma vez que o mapa de pessoal está muito aquém da previsão inicial.

A. QUAR – Quadro de Avaliação e Responsabilização

O QUAR do GPEARI para 2022 procurou manter a perspetiva de maior transparência nas atividades desenvolvidas, focando nos objetivos que relevam para melhorias de eficiência, eficácia e qualidade dos serviços prestados, alinhados com as funções *core* (vide Anexo 2 – versão integral do QUAR).

Tal como nos anos anteriores, também em 2022 o GPEARI alcançou um resultado global acima do planeado (105,2%), inferior aos resultados de 2021 (taxa de realização do QUAR de 117,4%), de 2020 (112,6%), de 2017 (110,4%) e de 2016 (109,6%) mas superior ao resultado de 2019 (103,6%) e de 2018 (102,4%).

Gráfico 1. Taxas de realização dos parâmetros e objetivos do QUAR 2022

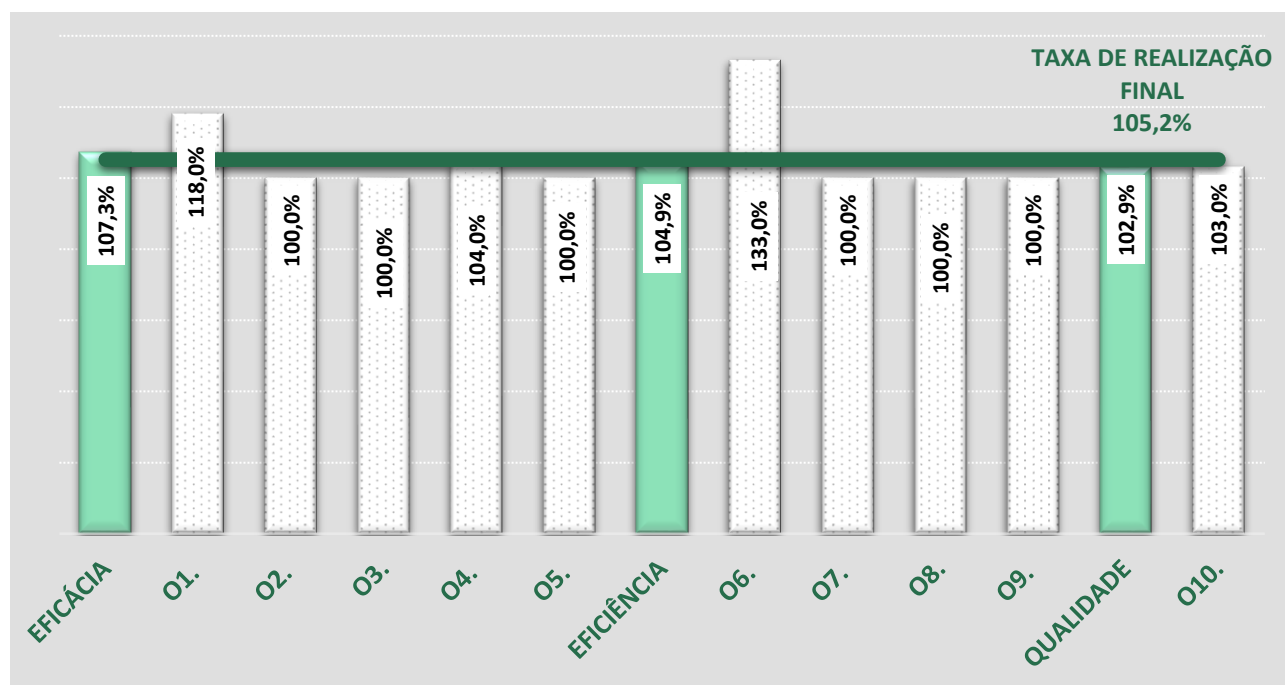


Figura 4. Taxa de realização do QUAR 2022

Taxa de Realização Parâmetros e Objetivos					Objetivos mais relevantes (vide Instruções)	
	Planeado	Realizado	Taxa de Realização Parâmetros/Objetivos	Classificação	Ponderação	Identificação
EFICÁCIA	35%	37,5%	107,3%	✓		
O1. Assegurar o apoio técnico à elaboração de documentos de política económica e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	35%	41,2%	118%	✓	12,3%	R
O2. Contribuir para o debate da economia nacional, do crescimento, da produtividade e das finanças públicas	7,5%	7,5%	100%	✓	2,6%	
O3. Reforçar a capacidade técnica e desenvolvimento de novas ferramentas preditivas para a economia portuguesa	7,5%	7,5%	100%	✓	2,6%	
O4. Garantir a preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais	30%	31,1%	104%	✓	10,5%	R
O5. Assegurar os trabalhos relativos à Revisão do Quadro de Governação Económica da União Europeia	20%	20,0%	100%	✓	7,0%	
EFICIÊNCIA	40%	42,0%	104,9%	✓		
O6. Contribuir para a prossecução e implementação dos Planos de Recuperação e Resiliência e da Estratégia 2030	15%	19,9%	133%	✓	6,0%	
O7. Apoiar os agentes nacionais e dos países alvo da cooperação portuguesa, privados e públicos, no acesso a soluções de financiamento e investimento mais vantajosas e inovadoras, através das Instituições Financeiras Internacionais e Europeias	22,5%	22,5%	100%	✓	9,0%	
O8. Promover a inovação, a modernização administrativa e a desmaterialização de processos	30%	30,0%	100%	✓	12,0%	R*
O9. Promover a motivação e a participação dos trabalhadores na gestão	32,5%	32,5%	100%	✓	13,0%	R*
QUALIDADE	25%	25,7%	102,9%	✓		
O10. Melhorar a qualidade dos serviços prestados	100%	102,9%	103%	✓	25,0%	R*
TAXA DE REALIZAÇÃO FINAL	100%	105,2%	105,2%	✓	72,8%	5/10

* cumprimento artigo 28.º LOE2021

Os três parâmetros de Eficácia, Eficiência e Qualidade foram superados, tendo obtido uma taxa de realização de 107,3%, 104,9% e 102,9%, respetivamente.

Foram superados quatro objetivos – três dos quais relevantes (O1, O4 e O10) – e atingidos os restantes. Abaixo podem ser aferidas as principais atividades desenvolvidas no âmbito de cada objetivo, bem como a justificação dos desvios verificados:

OBJETIVOS DE EFICÁCIA	PLANEADO	EXECUTADO	Superou
	35%	37,5%	

O1.	ASSEGURAR O APOIO TÉCNICO À ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS DE POLÍTICA ECONÓMICA E À FORMULAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS ECONÓMICO-FINANCEIRAS DO MF	PLANEADO	EXECUTADO
		35%	41,2% Superou

INDICADORES		2021	META 2022	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2022	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 1.1.	Número de documentos de política económica elaborados	9	[7;9]	25%	10	10	125% Superou

Este indicador traduz os contributos do GPEARI em trabalhos de coordenação e/ou participação na elaboração dos principais documentos de política económica, tais como o Programa de Estabilidade 2022-2026, relatórios que acompanham a segunda Proposta de Orçamento do Estado para 2022 e a Proposta de Orçamento do Estado para 2023 e respetivos Elementos Informativos, Plano Nacional de Reformas, Conta Geral do Estado para 2021 e Balanço da participação de Portugal na UE.

	INDICADORES	2021	META 2022	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2022	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 1.2.	Número de documentos técnicos elaborados de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas pela Tutela	287	[232;312]	25%	340	322	118% Superou

O GPEARI tem como principais clientes os gabinetes governamentais, sendo a preparação de um conjunto de documentos de política e demais solicitações como pareceres, notas de enquadramento, entre outros pedidos de natureza pontual e esporádica, a tradução evidente desta estreita ligação e correspondendo a um volume bastante significativo de atividade, acrescido da respetiva complexidade.

A superação do indicador face ao limite superior da meta, bem como em relação ao registado no ano anterior resulta de um conjunto inesperado de solicitações, essencialmente por via do conflito na Ucrânia.

São de destacar os seguintes âmbitos:

- Instituições Financeiras Internacionais (BEI, BERD, Banco Mundial, BAsD, BAfD, BID, AIIB, etc.)
- Processos EU Pilot
- Processos de pré-contencioso europeu
- Processos de contencioso europeu
- Questões de governação da UE
- Auxílios de Estado
- Serviços Financeiros
- Anteprojetos e outras solicitações
- Transposição de Diretivas / execução de Regulamentos
- Finanças Públicas
- Questões do Fundo Monetário Internacional
- Processos de negociação - Mercado Interno
- Branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e financiamento da proliferação
- Medidas Restritivas
- Relações bilaterais com países terceiros
- “Custa Quanto”
- Análise e a elaboração de projeções das principais variáveis orçamentais e da dívida pública
- Acompanhamento das políticas de ação climática

INDICADORES		2021	META 2022	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2022	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 1.3.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a organismos da Administração Pública e outras Entidades Nacionais	624	[490;590]	25%	675	600	111% Superou

Para além dos documentos técnicos elaborados de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas solicitados pela Tutela, o GPEARI tem idêntico compromisso na resposta a pedidos e solicitações apresentadas por outros organismos da Administração Pública e outras entidades nacionais.

Neste particular, verificou-se uma ligeira superação relativamente à meta, no entanto, registou um ligeiro decréscimo face ao ano de 2021. Neste enquadramento, destacam-se as seguintes temáticas dos documentos técnicos produzidos:

- Relacionamento económico e comercial bilateral, regional e multilateral da UE
- Processos de negociação - Mercado Interno
- Instituições Financeiras Internacionais (incluindo em temas como as estratégias das IFI para os países prioritários da cooperação portuguesa)
- Relações bilaterais com países terceiros em matérias na esfera de competências do Ministério das Finanças
- Auxílios de Estado
- Branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e financiamento da proliferação
- Medidas Restritivas
- Questões Europeias
- Finanças Públicas
- Grupo de Trabalho Multilaterais - Apoio aos agentes nacionais, privados e públicos, no acesso a soluções de financiamento e investimento mais vantajosas e inovadoras através das IFI
- Acompanhamento das políticas de ação climática
- Anteprojetos e outras solicitações
- Acordos / Protocolos / Convenções

INDICADORES		2021	META 2022	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2022	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 1.4.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a instituições comunitárias e internacionais	588	[545;665]	25%	756	703	116% Superou

Na sequência dos indicadores anteriores, o GPEARI regista ainda um crescente conjunto de pedidos e solicitações apresentadas por instituições comunitárias e internacionais, cujo volume em 2022 excedeu quer o realizado em 2021, quer a meta estimada para este tipo de pedidos. A este respeito, são de realçar as seguintes áreas de atuação:

- Instituições Financeiras Internacionais (incluindo em temas como as estratégias das IFI para os países prioritários da cooperação portuguesa, ou com respetivas políticas temáticas, como sejam as políticas de energia, de salvaguardas ambientais e sociais, entre outras)
- Processos EU Pilot
- Processos de pré-contencioso europeu
- Processos de contencioso europeu
- Procedimentos escritos de consulta
- Auxílios de Estado
- Serviços financeiros
- Processos de negociação - Mercado Interno
- Branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e financiamento da proliferação
- Medidas Restritivas
- Finanças Públicas
- Grupo de Trabalho Multilaterais - Apoio aos agentes nacionais, privados e públicos, no acesso a soluções de financiamento e investimento mais vantajosas e inovadoras através das IFI
- Acompanhamento das políticas de ação climática
- Questões Europeias
- Acompanhamento e projeção das regras europeias orçamentais e da dívida pública

02.	CONTRIBUIR PARA O DEBATE DA ECONOMIA NACIONAL, DO CRESCIMENTO, DA PRODUTIVIDADE E DAS FINANÇAS PÚBLICAS					PLANEADO	EXECUTADO
						7,5%	7,5% Atingiu
INDICADORES		2021	META 2022	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2022	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 2.1.	Prazo de elaboração do contributo para o Relatório sobre a Produtividade em Portugal	346	[335;365]	30%	300	365	100% Atingiu

Enquadrado no âmbito da coordenação rotativa do Conselho para a Produtividade, órgão constituído pelo GPEARI e pelo Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e do Mar, prevê-se a elaboração de uma análise regular sobre a Produtividade em Portugal, que contribui para o debate da economia nacional, do crescimento, da produtividade e das finanças públicas. Os contributos do GPEARI para o relatório foram entregues, no entanto foi decidido proceder à redação do relatório com periodicidade bienal, sendo a próxima publicação adiada para 2023.

INDICADORES		2021	META 2022	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2022	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 2.2.	Número de seminários organizados pelo GPEARI ou em conjunto com outras entidades	12	[9;13]	20%	19	13	100% Atingiu

A partilha de conhecimento e saber é um dos principais pilares de atuação do GPEARI, contribuindo para o seu posicionamento enquanto referencial para a Administração Pública, promovendo as suas capacidades e conhecimento, incrementando o apoio prestado à tomada de decisão e ao fomento da discussão dos principais temas económicos e financeiros em agenda. Com esse objetivo, ao longo de 2022, o GPEARI desenvolveu, maioritariamente em parceria com o GEE, um conjunto de seminários:

Seminários organizados em parceria com o GEE do Ministério da Economia

▪ COVID-19, Lockdowns and International Trade: Evidence from Firm-Level	28/01/2022
▪ Efeito das políticas da educação na produtividade	22/02/2022
▪ Digitalização, Qualificações E Cibersegurança em Portugal –Fatores críticos numa Economia Digital impulsionada pela Covid-19	23/03/2022
▪ Macroeconomic Impacts of COVID-19 Pandemic in some European Union Countries: A counterfactual analysis	27/04/2022
▪ Zombie-Lending in the United States -- Prevalence versus Relevance	24/05/2022
▪ Indicadores da economia do ambiente em Portugal	22/06/2022
▪ How is the Minimum Wage Shaping the Wage Distribution: Bite, Spillovers, and Wage Inequality	21/07/2022
▪ Conferência "O desafio da produtividade na economia portuguesa" CPP& CES	23/09/2022
▪ Impactos heterogéneos da pandemia da COVID-19 no setor do Turismo	27/09/2022
▪ Economia Azul	26/10/2022
▪ The Nowcasting Lab: GDP Forecasting and True Out-of-Sample Model Testing in Real Time	15/11/2022
▪ Are economic growth and climate action compatible? Does it matter?	15/12/2022

Outros seminários organizados

- Workshop Avaliação Políticas Públicas Novembro/2022

INDICADORES		2021	META 2022	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2022	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 2.3.	Número de estudos económicos e policy papers	8	[7;9]	50%	10	7	100% Atingiu

Ainda no âmbito da contribuição para o debate da economia nacional, do crescimento, da produtividade e das finanças públicas, o GPEARI destaca o desenvolvimento dos seguintes estudos económicos e *policy papers*:

- Comparação do Impacto do SIFIDE e do SI I&DT
- *The determinants of COVID Policy Support in Portugal*
- *Does information impact acceptability and support for green policies? Rhetoric vs. Action*
- Publicação Finanças Públicas - Destaques - jan22
- Publicação Finanças Públicas - Destaques - mar22
- Publicação Finanças Públicas - Destaques - jun22
- Publicação Finanças Públicas - Destaques - out22

03.	REFORÇAR A CAPACIDADE TÉCNICA E DESENVOLVIMENTO DE NOVAS FERRAMENTAS PREDITIVAS PARA A ECONOMIA PORTUGUESA	PLANEADO	EXECUTADO
		7,5%	7,5% Atingiu

INDICADORES		2021	META 2022	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2022	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 3.1.	Grau de execução do projeto "Novo Modelo Macroeconómico"	50%	[65%;85%]	50%	100%	85%	100% Atingiu

O reforço da capacidade interna e a qualidade metodológica dos exercícios de cenarização e previsão macroeconómica constitui fator crucial para o cabal desenvolvimento da missão do GPEARI neste campo, pelo que é necessária uma atualização substantiva de instrumentos e capacidade técnica no que tal se refere.

No âmbito do programa *Technical Support Instrument*, programa de assistência técnica da Comissão Europeia (DG Reform), foi desenvolvido pelo Banco Mundial um novo modelo macroeconómico para a economia portuguesa, que foi disponibilizado e se encontra em posse do GPEARI, tendo sido realizados três ciclos de formação e capacitação técnica de elementos do GPEARI (um virtual e dois presenciais), ao qual se associaram entidades parceiras.

INDICADORES		2021	META 2022	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2022	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 3.2.	Grau de execução do projeto "Formação em Green Budgeting"	60%	[90%;100%]	50%	100%	90%	100% Atingiu

Este indicador avalia o projeto de Formação em *Green Budgeting* que pretende fornecer ao GPEARI formação específica e capacitação para a implementação de um processo orçamental em que as receitas e despesas relevantes para as políticas ambientais são claramente identificadas e estão sujeitas a indicadores de desempenho específicos, com o objetivo de levar em consideração o impacto ambiental (incluindo riscos ambientais) na tomada de decisões orçamentais.

Esta formação incluiu a participação no *Green Budgeting Framework Training Programme*, apoiado pelo *Technical Support Instrument* da Comissão Europeia, tendo sido iniciada em 2021 e continuando em 2022, com a realização do respetivo módulo 2.

04.	GARANTIR A PREPARAÇÃO E DEFESA DA POSIÇÃO NACIONAL EM FORA EUROPEUS E INTERNACIONAIS E A REPRESENTAÇÃO E DEFESA DA POSIÇÃO DO MF EM FORA NACIONAIS	PLANEADO	EXECUTADO
		30%	31,4% Superou

INDICADORES		2021	META 2022	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2022	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 4.1.	Número de reuniões asseguradas em fóruns europeus e internacionais	561	[670;820]	60%	931	804	100% Atingiu

O GPEARI tem assumido, ao longo dos últimos anos, a representação e/ou preparação de reuniões aos mais diversos níveis e sobre matérias bastante diversificadas, tornando-se esta uma das atividades mais críticas e que consome maiores recursos – humanos e financeiros – tendo-se previsto a participação num conjunto alargado de reuniões em fóruns europeus e internacionais (entre 670 e 820) durante o ano de 2022.

Durante o ano de 2022 voltou a verificar-se um volume significativo de reuniões, em particular devido ao facto de se estar a meio do ciclo legislativo europeu, bem como às consequências do conflito na Ucrânia.

Do conjunto total de reuniões, mais de 600 foram **Reuniões no âmbito da União Europeia**, das quais fazem parte, entre outros, os encontros nos seguintes fóruns:

- Conselho ECOFIN, Eurogrupo, Comité Económico e Financeiro (titulares e suplentes) e Comité dos Serviços Financeiros
- Reuniões com a Comissão Europeia
- Conselho da União Europeia
- Semestre Europeu
- Grupo de trabalho SCIMF
- Comité de Política Económica e respetivos Grupos de Trabalho (Ageing Population and Sustainability, Output Gap, LIME, Energy and Climate Change Working Group)
- Grupo Informal de Peritos e Comité da Comissão relativos ao Mecanismo de Recuperação e Resiliência
- Grupos de Trabalho da União Europeia na área financeira (Grupo de Trabalho dos Serviços Financeiros e União Bancária do Conselho, Grupos de peritos da Comissão Europeia, etc.)
- Mecanismo Europeu de Estabilidade
- Banco Europeu de Investimento (Conselhos de Administração e de Governadores, bem como Comité de Contribuintes da Fundo de Garantia Pan-Europeu (EGF na sigla em inglês) e BEI Global)
- Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Conselho de Governadores)
- Grupos de Trabalho da União Europeia na área dos auxílios de Estado (*Working Group on State Aid Modernisation Implementation*, etc.)

- Expert Group on Late Payment Directive
- Expert Group on Money Laundering and Terrorist Financing (EGMLTF)
- Expert Group on Union restrictive measures and extra-territoriality
- Subgroup on asset freezes and reporting
- Senior Sanctions Expert Group
- Task Force “Freeze and Seize” e respetivos subgrupos

O GPEARI participou, ainda, mais de 200 **Reuniões Internacionais**, nos seguintes âmbitos:

- Fundo Monetário Internacional
- OCDE (Comité de Política Económica, Short-Term Economic Prospects; Advisory Task Force on the OECD Codes of Liberalisation, entre outros Grupos de Trabalho)
- Financial Action Task Force (FATF)
- Banco Mundial (Conselho de Governadores e reuniões Associação Internacional de Desenvolvimento)
- Banco Africano de Desenvolvimento (Conselho de Governadores e reuniões do Fundo Africano de Desenvolvimento, *Steering e Standing Committees* do Compacto Lusófono)
- Banco Interamericano de Desenvolvimento (Conselho de Governadores)
- Banco Asiático de Desenvolvimento (Conselho de Governadores)
- Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (Conselho de Administração e Conselho de Governadores)
- Banco de Desenvolvimento da América Latina (reunião anual de Acionistas)
- Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (Conselho de Governadores)
- Fundo Comum de Produtos de Base (Conselho de Governadores e Conselho de Administração)
- Comissões de Acompanhamento dos Acordos de Cooperação Cambial e Económica com Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, respetivamente, e Missões técnicas das Unidades de Acompanhamento Macroeconómico criadas no âmbito dos referidos Acordos
- Cimeiras e Grupos de Trabalho bilaterais com países terceiros
- Reuniões de Altos Funcionários preparatórias das Reuniões de Ministros da Economia, Comércio e Finanças da CPLP

INDICADORES		2021	META 2022	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2022	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 4.2.	Número de reuniões asseguradas em fóruns nacionais	266	[309;369]	40%	424	370	109% Superou

Relativamente às reuniões de âmbito nacional, com a participação de entidades nacionais e internacionais, ocorreram em 2022 mais de 370 **Reuniões Nacionais**, sendo de destacar as seguintes entidades ou temáticas:

- Grupo de Trabalho do Mercado das Multilaterais Financeiras e Comissão de Acompanhamento do Mercado das Multilaterais Financeiras
- CCAS - Conselho Coordenador de Avaliação de Serviços e respetivo Grupo de Trabalho
- Conselho Económico e Social
- Conselho Superior de Estatística e demais Secções Permanentes e grupos temáticos
- Comissão de Coordenação das Políticas de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo (Plenário, Comité Executivo e Secretariado Técnico Permanente)
- Grupo de Trabalho para execução da Decisão da Comissão C(2020)8550 final, de 04.12.2020 - Zona Franca da Madeira
- Grupo de trabalho interministerial encarregue de acompanhar a arbitragem internacional Suffolk (Mauritius) Ltd, Mansfield (Mauritius) Ltd e Silver Point Mauritius/Portuguese Republic desencadeada ao abrigo do Acordo entre a República Portuguesa e a República das Maurícias sobre a Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos
- Conselho para a Produtividade
- Grupo de Reflexão para o Financiamento Sustentável
- Ação climática
- *Briefings* com as Embaixadas dos estados-membros da União Europeia presentes em Lisboa
- Comissão Interministerial para os Assuntos Europeus (CIAE)
- Comissão Interministerial de Política Externa (CIPE)
- Reuniões interministeriais preparatórias de Cimeiras Bilaterais, Consultas Políticas e visitas de membros do Governo a países terceiros
- Comissão Interministerial para a Cooperação
- Reuniões de preparação / coordenação sobre processos de negociação no quadro do mercado interno europeu (pacote legislativo em matéria de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo - AML/CFT, CSRD, pacote Fit for 55, etc.)
- Visita *on-site* no âmbito do exercício de avaliação da eficácia da implementação da quarta Diretiva sobre branqueamento de capitais, conduzido pelo Conselho da Europa por solicitação da Comissão Europeia
- Visita da Comissão Europeia no quadro do Relatório Anual sobre o Estado de Direito
- Outras reuniões de coordenação intra e interministerial (auxílios de Estado, transposição e aplicação do direito da União, etc.)

05.	ASSEGURAR OS TRABALHOS RELATIVOS À REVISÃO DO QUADRO DE GOVERNAÇÃO ECONÓMICA DA UNIÃO EUROPEIA	PLANEADO	EXECUTADO
		20%	20% Atingiu

INDICADORES	2021	META 2022	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2022	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 5.1. Número de documentos preparados	-	[20;30]	50%	35	24	100% Atingiu

No âmbito da necessidade de revisão do quadro de governação económica da UE, o GPEARI acompanhou os trabalhos desenvolvidos, durante o ano de 2022, sobre este importante debate, nomeadamente no contexto das reuniões do Comité Económico e Financeiro e seus Comités preparatórios.

INDICADORES	2021	META 2022	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2022	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 5.2. Número de reuniões asseguradas	-	[17;23]	50%	25	22	100% Atingiu

O GPEARI acompanhou e coordenou as discussões relativas à revisão do quadro de governação económica da União. Estas discussões decorreram tanto ao nível do ECOFIN e do Eurogrupo, como dos seus comités preparatórios (Comité Económico e Financeiro, Comité Económico e Financeiro de suplentes e Comité de Política Económica).

OBJETIVOS DE EFICIÊNCIA	PLANEADO	EXECUTADO	Superou
	40%	42,0%	

06.	CONTRIBUIR PARA A PROSECUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA E DA ESTRATÉGIA 2030	PLANEADO	EXECUTADO
		15%	19,9% Superou

INDICADORES	2021	META 2022	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2022	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 6.1. Número de documentos preparados no âmbito da implementação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência ao nível dos países da União Europeia	40	[40;50]	50%	55	71	165% Superou

O GPEARI participou na elaboração de um conjunto de documentos integrados nos trabalhos conducentes à adoção e implementação dos Planos de Recuperação e Resiliência, quer no âmbito do Conselho Ecofin e seus comités preparatórios, quer no âmbito do Grupo Informal de Peritos e Comité da Comissão, tendo excedido a expectativa de documentos produzidos dado o grau de implementação dos referidos Planos e a necessidade de uma multiplicidade de discussões técnicas e temáticas relativas aos desafios e oportunidades resultantes desta implementação.

INDICADORES	2021	META 2022	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2022	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 6.2. Número de antecipação de entrega dos processos de avaliação ex-ante da Estratégia 2030	-	[8;12]	50%	6	10	100% Atingiu

O GPEARI contribuiu para o processo de avaliação *ex-ante* da Estratégia 2030, antecipando em 10 dias o envio à Agência para o Desenvolvimento e Coesão para validação, a avaliação com os sectores disponíveis no prazo combinado. A avaliação não ficou integralmente concluída devido à inexistência de informação, designadamente do sector da educação, cuja conclusão foi adiada para 2023, pela coordenação do PT2030.

07.	APOIAR OS AGENTES NACIONAIS E DOS PAÍSES ALVO DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA, PRIVADOS E PÚBLICOS, NO ACESSO A SOLUÇÕES DE FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO MAIS VANTAJOSAS E INOVADORAS, ATRAVÉS DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS E EUROPEIAS	PLANEADO	EXECUTADO
		22,5%	22,5% Atingiu

INDICADORES		2021	META 2022	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2022	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 7.1.	Número de ações e seminários de divulgação de oportunidades de negócio/investimento	8	[8;12]	35%	15	10	100% Atingiu

No que respeita à promoção da internacionalização das empresas portuguesas no mercado das multilaterais financeiras, foi fixado para o ano de 2022 o objetivo de implementar entre oito e doze iniciativas, incluindo os seminários de divulgação de oportunidades de negócio e missões empresariais, organizadas em conjunto com a aicep Portugal Global, no âmbito do Grupo de Trabalho Multilaterais existente entre as duas entidades desde 2009.

O GPEARI e a aicep Portugal Global constituem-se como as entidades operacionais do Mecanismo de Acompanhamento do Mercado das Multilaterais Financeiras e, nesta qualidade, promovem iniciativas de sensibilização das empresas nacionais para este mercado, disponibilizando informação sobre oportunidades concretas e a forma das empresas abordarem estas instituições nas suas estratégias de internacionalização.

Em 2022 destacam-se as seguintes ações e seminários:

▪ Introdução ao Mercado das Multilaterais	23/02/2022
▪ BERD: Oportunidades para Indústria e Serviços	15/03/2022
▪ Ação de representantes do BERD para empresas de Indústria e Serviços	28/03/2022
▪ Grupo Banco Mundial - Investir em Angola e Moçambique	31/03/2022
▪ Novo IVDCI/FEDS+ e o novo ciclo de programação da UE	07/06/2022
▪ <i>Procurement BERD: Regras e e-Procurement</i>	15/07/2022
▪ Ação de representantes do BAfD para empresas	28/07/2022
▪ <i>Webinar CAF: A multilaterais e as oportunidades da América Latina e das Caraíbas</i>	03/10/2022
▪ Forum PT CAF	04/11/2022
▪ <i>Webinar BEI FEI</i>	Dez. 2022

INDICADORES		2021	META 2022	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2022	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 7.2.	Grau de utilidade e adequação das iniciativas e seminários/missões empresariais às necessidades das empresas, consultores e banca nacionais na sua abordagem aos mercados das IFI (%)	75%	[70%;90%]	35%	100%	70%	100% Atingiu

Neste indicador são avaliadas, essencialmente, as atividades realizadas no âmbito do Grupo de Trabalho do Mecanismo de Acompanhamento do Mercado das Multilaterais Financeiras. Foram realizados um conjunto de iniciativas, em formato presencial e *on-line*, tendo sido auscultado o grau de utilidade das mesmas.

Assim, foram avaliadas 6 iniciativas e seminários/missões empresariais tendo obtido um grau de utilidade de 70%. A taxa de resposta varia entre 22% e 45%.

INDICADORES		2021	META 2022	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2022	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 7.3.	Prazo médio de elaboração do parecer GPEARI sobre projetos e/ou instrumentos submetidos no âmbito do Compacto Lusófono (em dias)	12	[40;50]	30%	12	48	100% Atingiu

O GPEARI procedeu à análise e emissão de parecer relativamente à criação de um Trust Fund junto do BAfD para apoio às atividades de assistência técnica no âmbito de projetos do Compacto Lusófono, tendo igualmente articulado, com os serviços do MNE (CICL), a resposta a dar a propostas do BAfD de assistência técnica para projetos a financiar por aquele Banco.

08.	PROMOVER A INOVAÇÃO, A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E A DESMATERIALIZAÇÃO DE PROCESSOS	PLANEADO	EXECUTADO
		30%	30% Atingiu

INDICADORES		2021	META 2022	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2022	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 8.1.	Grau de implementação do projeto "GPEARI.Docs – Gestão documental 2.0"	-	[65%;75%]	100%	100%	65%	100% Atingiu

O processo de (re)construção da identidade e imagem corporativa do GPEARI tem vindo a ser desenvolvido ao longo dos últimos anos, tendo a sua grande base de desenvolvimento no *SIPA - Sistema Integrado de Processos e Atividades*. Este projeto, além de outras potencialidades trouxe igualmente o aprofundamento da utilização do sistema de gestão documental, relativamente ao qual ocorreu, ainda um processo de migração para *upgrade* da plataforma, proporcionada pela Secretaria-Geral do Ministério das Finanças.

Assim, em 2022 foram realizados os procedimentos técnicos e de migração e validação da informação transferida entre plataformas, bem como formação para administração, cumprindo as atividades previstas para o ano em curso.

09.	PROMOVER A MOTIVAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NA GESTÃO	PLANEADO	EXECUTADO
		32,5%	32,5% Atingiu

INDICADORES	2021	META 2022	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2022	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 9.1. Número de iniciativas de desenvolvimento organizacional	13	[13;17]	100%	20	13	100% Atingiu

A componente das pessoas e da sua valorização é preponderante nos objetivos estratégicos do GPEARI, destacando o capital humano como essencial e gerador de valor dentro das organizações modernas. De facto, exige-se uma gestão dos trabalhadores que integre práticas de gestão eficiente e responsável, melhorando a capacitação, a valorização, a retenção e a formação dos recursos, fomentando a cultura organizacional e a produtividade.

Neste enquadramento, o GPEARI continuou a implementar medidas que contribuíram para a promoção da cultura organizacional, fortalecendo o espírito de equipa e intensificando a participação dos trabalhadores na gestão. Foi feita uma aposta em reuniões gerais e reuniões de dirigentes, nas consultas internas aos trabalhadores enquanto instrumento de gestão e comunicação, na divulgação de iniciativas de solidariedade social. Foi ainda realizado o I Fun.Nic, evento organizado pela equipa GPEARI.Fun, consistindo numa caminhada pela Quinta do Pisão numa manhã de sábado, promovendo o convívio e a partilha entre os/os trabalhadores/as do GPEARI em funções, bem como os que se encontram em outros organismos. A referir ainda o "GPEARI.Eco - Plano de Poupança Energética e Eficiência de Recursos", realizado no âmbito do Programa de Eficiência de Recursos na Administração Pública para o período até 2030 - eco.ap2030, visando promover o lado mais ecológico da cultura organizacional do GPEARI.

No conjunto, estas medidas foram avaliadas através do inquérito de satisfação dos/as trabalhadores/as, tendo a meta sido superada.

OBJETIVOS DE QUALIDADE	PLANEADO	EXECUTADO	Superado
	25%	25,7%	

010.	MELHORAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS	PLANEADO	EXECUTADO
		100%	102,9% Superou

INDICADORES	2021	META 2022	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2022	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 10.1. Grau de satisfação dos gabinetes ministeriais (escala de 1 a 5)	4,90	[4,50;4,70]	50%	5	4,52	100,0% Atingiu

A satisfação dos membros dos gabinetes governamentais relativamente aos serviços prestados pelo GPEARI é um indicador muito relevante para a avaliação global do GPEARI. O resultado deste exercício de aferição mostrou um grau de satisfação destes utilizadores de 4,52, observando-se uma descida face ao registado no ano anterior (4,90), mas mantendo um valor bastante elevado e refletindo o total compromisso do GPEARI com a articulação estreita e profícua com os gabinetes governamentais.

A taxa de resposta dos elementos das equipas dos gabinetes ministeriais foi de 41,7%, subindo face aos 14,0% atingidos no ano anterior.

Informação mais detalhada consta do capítulo 2.6 deste relatório e no anexo 3.

INDICADORES		2021	META 2022	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2022	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 10.2.	Grau de satisfação dos utilizadores (escala de 1 a 5)	4,36	[4,20;4,40]	50%	5	4,46	105,7% Superou

A satisfação média global dos utilizadores alcançou um valor de 4,46, em linha com a tendência de crescimento verificado ao longo dos últimos anos avaliados (2021 – 4,36; 2020 – 4,21; 2019 – 4,18), mantendo-se na classificação Bom e superando a meta estabelecida no QUAR [4,20;4,44].

A taxa de resposta aos questionários foi de 17,7%, ligeiramente acima da registada no último exercício (16,0%), tendo sido enviados um total de 487 questionários (acima do número enviado em 2021).

A melhoria plasmada na taxa de resposta é, também, reflexo de uma cuidada otimização das listagens de clientes e utilizadores.

Informação mais detalhada consta do capítulo 2.6 deste relatório e no anexo 3.



B. Atividades Extra-QUAR

Para além dos objetivos operacionais identificados no QUAR, foram ainda definidos, tal com referido anteriormente, um conjunto de objetivos, denominados extra-QUAR, que completam o portfólio de serviços, atribuições e atividades do GPEARI, e foram medidos através de 16 indicadores, integralmente cumpridos ou superados.

Quadro 1. Objetivos operacionais e indicadores extra-QUAR

	META	RESULTADO	UO
EQ1. Garantir a disponibilização de informação estatística, macrofinanceira e orçamental			
EQ1.1. Número de publicações e relatórios estatísticos disponibilizados no sítio da internet do GPEARI	315-335	417 ●	DAEP; DPFP; DCRI
Destaca-se a trimestralização do boletim sobre a economia portuguesa, realizado em parceria com o GEE-Ministério da Economia e do Mar, granjeando-lhe melhor enfoque e conteúdo analítico.			
O ano de 2022 foi igualmente o ano da regularização da periodicidade de diversas publicações, cuja publicação anterior era intermitente. Realce ainda para o aparecimento de novas publicações: a Síntese de Indicadores de Alta Frequência e a Síntese de Indicadores Internacionais.			
Publicações e relatórios estatísticos			n.º
■ Boletim Trimestral da Economia Portuguesa (parceria)			3
■ Síntese Diária dos Indicadores de Conjuntura			243
■ Dossier de Indicadores de Conjuntura			12
■ Notas - Situação Económica Internacional			16
■ Atualização Indicadores Coincidentes			9
■ Síntese de Indicadores Internacionais			12
■ Nota Económica de Curto Prazo			12
■ Síntese de Indicadores de Alta Frequência			52
■ Nota de Comércio Externo			12
■ Nota de Preços			12
■ <i>Portugal Latest Key Developments</i>			12
■ Dossiers Finanças Públicas (PT e CI, Destaques)			9
■ Nota da dívida			12
■ <i>Pager Anual sobre o retorno para Portugal da participação nas IFI</i>			2

EQ2.
Fomentar a disponibilização de informação de reporte às instituições europeias e internacionais

EQ2.1 Número de reportes às instituições europeias e internacionais	65-95	78 ●	DPGE
---	--------------	-------------	------

Destaca-se o elevado número de reportes relativos ao *week developments* e *data provision*.

EQ3.
Coordenar o acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico de Portugal e das outras missões regulares de instituições europeias e internacionais

EQ3.1 Número de reuniões organizadas no âmbito das missões	45-75	105 ●	DPGE; DAEP; DPFP; DSF; DCMPIE
EQ3.2 Prazo médio para apresentação dos Relatórios Técnicos de reporte das missões (contado a partir do último dia de cada missão semestral - em dias)	6-10	7 ●	DPGE
EQ3.3 Número de reportes decorrentes das missões regulares de instituições europeias e internacionais	50-80	68 ●	DPGE

Foram realizadas cinco missões de acompanhamento e supervisão, nomeadamente duas no âmbito do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro PPS, uma no âmbito do Artigo IV do FMI, uma no âmbito do *Survey* da OCDE, e outra conjunta relativa Semestre Europeu e ao Plano de Recuperação e Resiliência, cujo volume de reuniões exigido é sempre e difícil estimativa, tendo, por isso se verificado uma superação da meta.

EQ4.
Garantir a coordenação da posição do MF nas questões relativas à implementação do Quadro Financeiro Plurianual, do Orçamento da União Europeia e Recursos Próprios

EQ4.1 Nº de resposta a pedidos relativos ao Quadro Financeiro Plurianual, ao Orçamento da União Europeias e Recursos Próprios	14-18	17 ●	DPGE
---	--------------	-------------	------

Destaque para o elevado número de pedidos de posição do Ministério das Finanças relativamente às propostas para instrumentos no contexto do Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia para o período 2021 a 2027, nomeadamente relativas ao instrumento de assistência macrofinanceira a países terceiros, em particular programas de assistência financeira a favor da Ucrânia, garantidos pelo Orçamento da União e pelos seus estados-membros.

EQ5.
Apoiar a ação do MF na definição de prioridades no âmbito de uma política de cooperação estruturante com as Instituições Financeiras Internacionais (IFI) e das Instituições Financeiras Europeias (IFE), designadamente através da criação e a dinamização de instrumentos financeiros e de cooperação técnica

EQ5.1 Número de recomendações e pareceres destinados a promover a criação e a dinamização de instrumentos financeiros e de cooperação técnica	11-15	20 ●	DCRI
---	--------------	-------------	------

O GPEARI assegurou a coordenação da posição nacional no âmbito da emissão de 15 acordos de princípio a financiamentos do BEI e do CEB, em áreas que vão do apoio a Pequenas e Médias Empresas (PME) e empresas de capitalização média (MidCaps), ao apoio aos setores da energia, educação, indústria, água e saneamento e saúde.

EQ6.

Assegurar a execução de acordos bilaterais e de programas de cooperação e assistência técnica, no âmbito de uma política de cooperação estruturante nos países de língua oficial portuguesa e outros países parceiros

EQ6.1

Número de relatórios de conjuntura macroeconómica elaborados no âmbito dos Acordos de Cooperação Económica e Cambial

3-5**4** ●

DCRI

EQ6.2

Número de Atas contendo recomendações e de Relatórios aos Governos e à UE por parte da COMACC e COMACE

7-9**7** ●

DCRI

EQ6.3

Grau médio de execução dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica

70%-90%**78%** ●

DCRI

Mantiveram-se os procedimentos de acompanhamento regular da implementação do Acordo de Cooperação Cambial com Cabo Verde e o Acordo de Cooperação Económica com São Tomé e Príncipe, bem como a execução, dentro do previsto, dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica, ainda que fazendo parte das missões e atividades em modelos remotos.

EQ7.

Assegurar a implementação, monitorização e avaliação de políticas públicas transversais (SIADAP 1, Programa Pagar a Tempo e Horas, Políticas de Igualdade e Não Discriminação)

EQ7.1

% de cumprimento dos prazos fixados no âmbito do SIADAP1

80%-90%**89%** ●

DADO

EQ7.2

Número de reportes no âmbito da monitorização do Programa Pagar a Tempo e Horas

3-5**5** ●

DADO

EQ7.3

Número de reportes no âmbito das Políticas de Igualdade e Não Discriminação e Combate ao tráfico de seres humanos

2-4**2** ●

DADO

Os procedimentos de acompanhamento dos ciclos de gestão dos serviços sujeitos a SIADAP1 foram desenvolvidos em cumprimento dos prazos legais. Neste âmbito, ao longo do ano, foram realizados 8 processos de validação do QUAR e 5 pareceres de análise crítica da autoavaliação dos serviços do MF.

Os reporte do acompanhamento da monitorização do Programa Pagar a Tempo e Horas ocorreram dentro do previsto, tendo adicionalmente sido prestado apoio ao apuramento de informação para comunicação à Comissão Europeia, bem como os contributos para a Conta Geral do Estado, nesta matéria.

Relativamente às questões da política da igualdade, foi elaborada a monitorização da execução das medidas previstas na Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação e foi dada resposta ao pedido de contributos para o relatório de atividades de 2022 e para o plano de atividades para 2023 da Comissão Nacional dos Direitos Humanos.

EQ8.**Garantir o processo de planeamento, a elaboração dos instrumentos de gestão, a gestão de recursos e o controlo interno****EQ8.1**

Nº de processos de gestão de recursos, planeamento, instrumentos de gestão e reporte

430-530**591** ●

DADO

EQ8.2

Grau de implementação do Plano de Medidas Compliance - em pontos - (Requisitos legais e normativos RGPD, papel zero, RNID, RJCAI, Acesso Informação administrativa, Cibersegurança, mitigação dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e Segurança e Saúde no Trabalho)

30-50**34** ●

DADO

A execução acima do previsto no número de processos de gestão, recursos, planeamento e instrumentos de gestão e reporte, embora não se esgote nesta categoria, resultou, essencialmente, do aumento significativo no número de deslocações presenciais que originam um conjunto acrescido de processos de execução e planeamento.

Enquadrado num esforço de melhoria da eficiência dos procedimentos de controlo de gestão, atividades e desempenho foram revistos e elaborados um conjunto de instrumentos para controlo interno, com destaque para o Regulamento do Fundo de Maneio, Procedimentos de implementação do SIADAP23, Instruções e definição de perfis e nomeação de júris diferenciados nos procedimentos de recrutamento, Inquérito de autodiagnóstico sobre condições do posto de trabalho, segurança e saúde e Plano de Emergência. Foi ainda iniciada a implementação da assinatura digital, a definição de uma política de *passwords* e o desenho de um plano formal anual de compras.

EQ9.**Assegurar o apoio técnico e administrativo nas áreas de recursos humanos, financeiros, aprovisionamento e património e TIC****EQ9.1**

Grau de satisfação dos utilizadores internos

4,00-4,40**4,18** ●

DADO

O grau de satisfação organizacional com as áreas de suporte apontam para níveis de serviço de qualidade. Com exceção dos indicadores referentes à Gestão Documental, os restantes atingem resultados inferiores comparativamente a 2021, ainda que com variações pouco expressivas.



No Anexo 4. encontram-se as principais áreas de intervenção de cada Departamento, bem como uma síntese do seu desempenho e principais resultados.

2.3. PRINCIPAIS CONDICIONANTES DA ATIVIDADE

Nos últimos anos, a atividade do GPEARI tem sido marcada por um conjunto diversificado de acontecimentos, cujo impacto se tem feito sentir na sua atuação e adaptação interna.

Em 2020, as condicionantes impostas pela pandemia da COVID-19, levaram a alterações organizacionais e a uma adaptação profunda dos métodos de trabalho e das formas de comunicação. O ano de 2021, ainda com impactos decorrentes da COVID, teve uma exigência acrescida em virtude da participação ativa do GPEARI na Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia. Para o ano de 2022, esperava-se o regresso a alguma normalidade organizacional, perspetivando-se um ano mais equilibrado em termos de exigências internacionais, permitindo a incorporação de um conjunto de novas atribuições e representações.

No entanto, com o surgimento do conflito na Ucrânia, surgiram novos desafios, que implicaram um volume adicional de pedidos, de reuniões e de resposta a vários quadrantes, sendo necessário um esforço adicional para dar resposta tempestiva às crescentes solicitações colocadas pela envolvente económica e financeira nacional e europeia e pela articulação com os diversos gabinetes governamentais, ministérios e serviços públicos.

As dificuldades de contratação de pessoal especializado, situação já referenciada em anos anteriores, associado à elevada rotatividade dos técnicos superiores no GPEARI mantém-se como a principal condicionante da atividade, sendo um fator crítico à prossecução da atividade e dos objetivos anuais, os quais só foram atingidos ou superados devido à resiliência de toda a organização.

Esta dificuldade de recrutamento aumenta o nível de pressão sobre os colaboradores e a elevada rotatividade coloca desafios à retenção de *know-how* no GPEARI.

2.4. DESENVOLVIMENTO DE MEDIDAS DE REFORÇO DO DESEMPENHO ORGANIZACIONAL

O desempenho organizacional do GPEARI, bem como a sua vantagem competitiva reside na competência e resiliência dos seus colaboradores e colaboradoras, que contribuem para gerar conhecimento e inovação, correspondendo às exigências e resultados esperados.

A promoção de um desempenho organizacional de excelência é um compromisso da gestão do GPEARI. A adoção de medidas que contribuam para uma performance mais efetiva e para a satisfação e motivação dos/as trabalhadores/as tem sido uma forte aposta, com impacto positivo observável em várias vertentes.

A destacar, neste particular, a gestão flexível do teletrabalho, potenciando condições para uma mais efetiva conciliação da vida profissional, pessoal e familiar, a valorização do tempo de descanso, muitas vezes comprometido por representações externas, e a promoção de iniciativas que visam fomentar a motivação e a participação dos trabalhadores na gestão, áreas especialmente referenciadas pelos colaboradores nos questionários de satisfação.

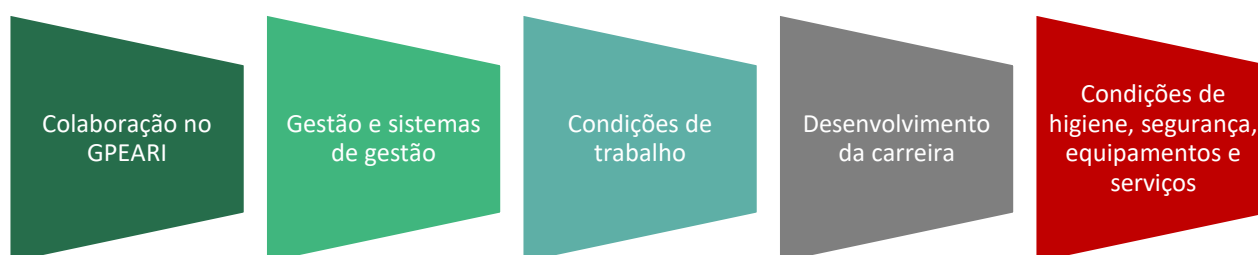
A par destas medidas, tem vindo a ser desenvolvido um conjunto de projetos, com o objetivo de reforçar o desempenho organizacional, sendo de destacar:

- Projeto SIPA – Sistema Integrado de Processos e Atividades -, cuja implementação financeira e material ficou concluída em 2021, mas cujos impactos têm vindo a ter expressão nos últimos dois anos e perdurarão ainda no tempo. Neste âmbito, foi também efetuado um *upgrade* ao sistema de gestão documental – GPEARI.Docs – estando prevista para 2023 a realização de formação transversal aos colaboradores, de forma a promover a utilização integral das funcionalidades disponíveis;
- Participação no *Green Budgeting Framework Training Programme*, apoiado pelo *Technical Support Instrument* da Comissão Europeia, para promover o desenvolvimento da capacidade interna em *Green Budgeting* (iniciado em 2021);
- Projeto "Novo Modelo Macroeconómico para a economia portuguesa ", com início em 2021, apoiado pelo *Technical Support Instrument* da Comissão Europeia, consubstanciado numa consultadoria do Banco Mundial;
- GERProj 2.0., desenvolvido num modelo de participação colaborativa entre o GPEARI, a SGMF e a eSPap, sendo uma ferramenta de gestão e acompanhamento da atividade que permite facilitar e agilizar a elaboração do Plano de Atividades e QUAR. Em 2022 esteve em fase de consolidação, perspetivando-se que entre em total funcionamento em 2023.

2.5. AUDIÇÃO DE DIRIGENTES INTERMÉDIOS E DEMAIS TRABALHADORES

A auscultação do ambiente organizacional é um vetor fundamental para a adoção de estratégias de melhoria e crescimento, mitigando situações que possam consubstanciar riscos de insatisfação e desmotivação. Com esta premissa, o GPEARI aplica anualmente um questionário para avaliar o grau de satisfação dos/as trabalhadores/as, que agrega um conjunto de temáticas relativas ao modo como os colaboradores percecionam a organização.

O instrumento de inquirição conta com 28 questões que abrangem cinco dimensões:



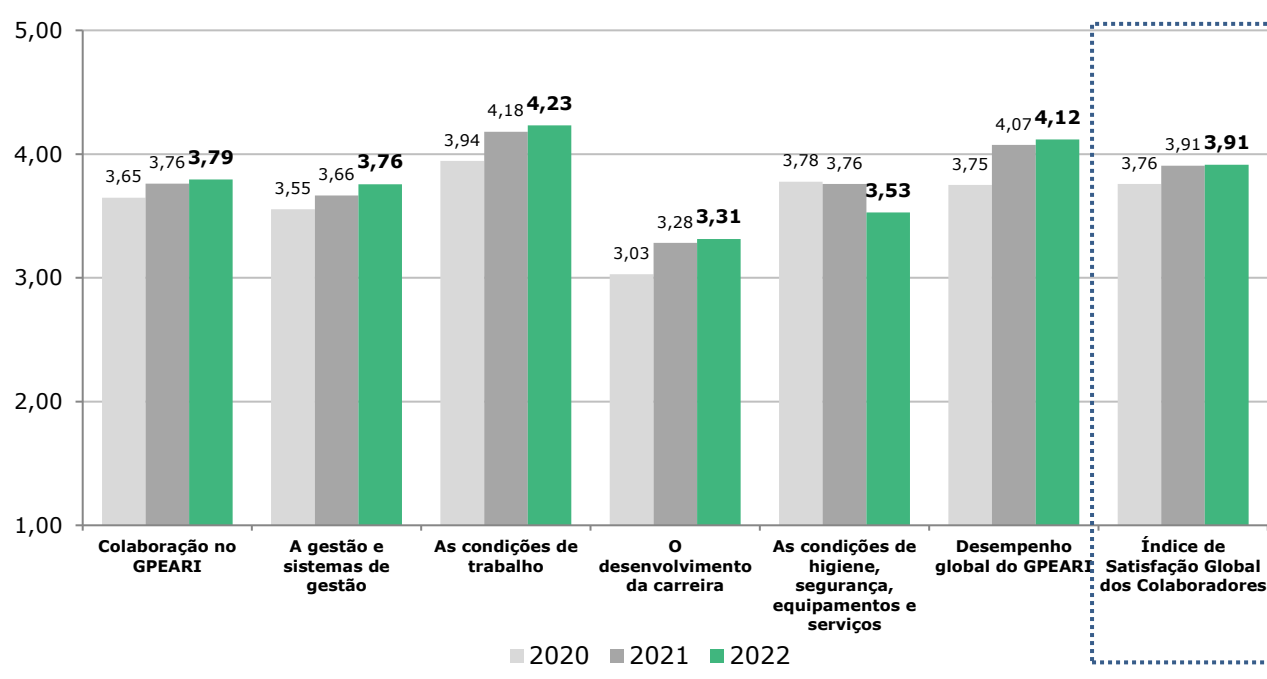
Para além das questões atrás referidas, foi também avaliado um conjunto de áreas específicas de apoio e suporte, nomeadamente as áreas de Secretariado, Recursos Humanos, Financeiros e Económico, Sistemas de Informação (Helpdesk), Sistema de Gestão Documental e ainda Sistema de Assiduidade, avaliados relativamente ao tempo de resposta às solicitações e à qualidade da resposta dada.

O processo de inquirição foi realizado entre os dias 02 e 10 de fevereiro, tendo sido enviados questionários para os 54 colaboradores elegíveis e recebidas 34 respostas válidas, o que corresponde a uma taxa de resposta de 63,0%, face aos 74,5% verificados em 2021.

O importante processo de auscultação dos/as trabalhadores/as permitiu aferir os efeitos da necessidade de adaptação e reformulação dos processos de trabalho, decorrentes da pandemia causada pela COVID-19, com a adoção do trabalho remoto e híbrido, um desafio relevante, relativamente ao qual se procurou dar uma resposta eficaz, com a utilização das novas tecnologias de forma ainda mais intensa.

Em termos gerais, a análise dos resultados do questionário de satisfação dos/as trabalhadores/as do GPEARI, relativo ao ano de 2022, mostra que a satisfação média global dos/as trabalhadores/as do GPEARI foi de 3,91, o mesmo valor verificado em 2021, que já representava uma subida face aos anos anteriores (3,76 em 2020 e 3,48 em 2019).

Gráfico 2. Satisfação média global dos/as trabalhadores/as



Em 2022, todas as dimensões continuaram a ter nota positiva, resultando na manutenção da satisfação, podendo destacadas as seguintes conclusões:

- A dimensão com nível de satisfação mais elevado continuou a ser a que reflete a avaliação sobre as condições de trabalho, que obteve um nível de satisfação de 4,23. Verificou-se um aumento da satisfação comparativamente a 2021 (4,18), alicerçado por uma subida em todos os seus itens, à exceção do item *as funções que tem vindo a desempenhar*.
- Relativamente aos itens específicos, os que registaram maior grau de satisfação foram a *equipa onde está inserido* (4,41), a *flexibilidade e autonomia no exercício das suas funções* (4,41) e *ambiente de trabalho* (4,38). Nestes 3 itens, registou-se uma variação, face a 2021, +0,00, +0,24 e +0,09, respetivamente.
- Já a dimensão com menor grau de satisfação continua a ser o desenvolvimento da carreira (3,31), ainda que apresente um valor de satisfação superior ao registado em 2021 (3,28), mantendo-se, assim, a evolução positiva.
- No que respeita aos itens, obtiveram a pontuação mais baixa o *envolvimento dos/as colaboradores/as na implementação de iniciativas de melhoria* e *a forma como os esforços individuais ou da equipa são recompensados* (3,28), *as ações de formação realizadas até ao presente* (3,13), e *as instalações e condições de segurança* (3,09) e tiveram as seguintes variações face a 2021, +0,01, +0,08 e -0,37, representando esta última questão, a maior queda verificada nos questionários de satisfação.

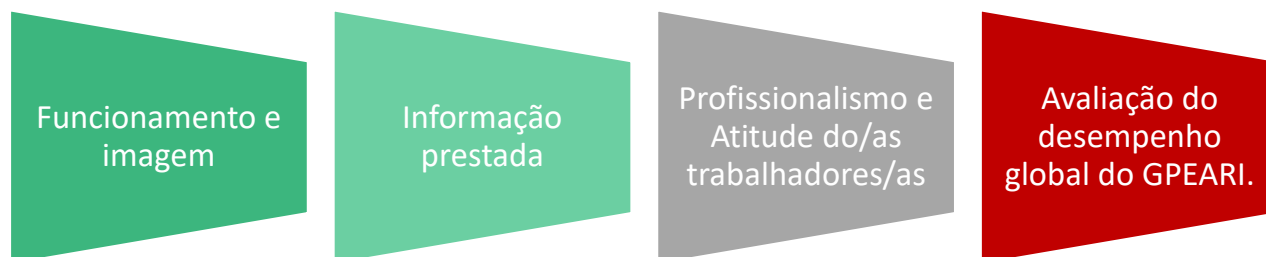
- Foram sugeridos, como fatores a desenvolver, o reforço da melhoria da comunicação, nomeadamente no que respeita à comunicação interna, à construção da estratégia e dos objetivos, e a um maior envolvimento dos trabalhadores na tomada de decisão.
- Foi também feito um apelo à criação de uma política de recursos humanos eficazes, consubstanciando-se no aumento da autonomia dos técnicos e chefias intermédias, uma maior aposta na formação profissional e na necessidade de valorização da carreira de TSEOPF, como forma de retenção e captação de recursos humanos de forma a fazer face à escassez que se verifica.
- Em 2022, repetiram-se os comentários relativos à necessidade da melhoria das condições de trabalho, encontrando-se referências à insalubridade das instalações, concretamente no que diz respeito à iluminação, temperatura e ventilação das salas de trabalho, bem como comentários referentes à necessidade da melhoria dos meios informáticos, como equipamentos de dados móveis.

Foram ainda recolhidas outras observações, comentários e sugestões avulsas, cujo processo de tratamento e análise resultará na revisão de medidas de melhoria a adotar.

No anexo A3. pode consultar-se um documento síntese, com os principais resultados da *Análise à Satisfação dos/as trabalhadores/as*.

2.6. AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS CLIENTES E *STAKEHOLDERS*

A aferição da satisfação dos utilizadores é uma componente fundamental do processo de autoavaliação e, por isso, o GPEARI tem persistentemente lançado um questionário onde se inclui a avaliação das quatro seguintes dimensões, através de 10 questões, avaliadas numa escala de um (Mau) a cinco (Excelente):

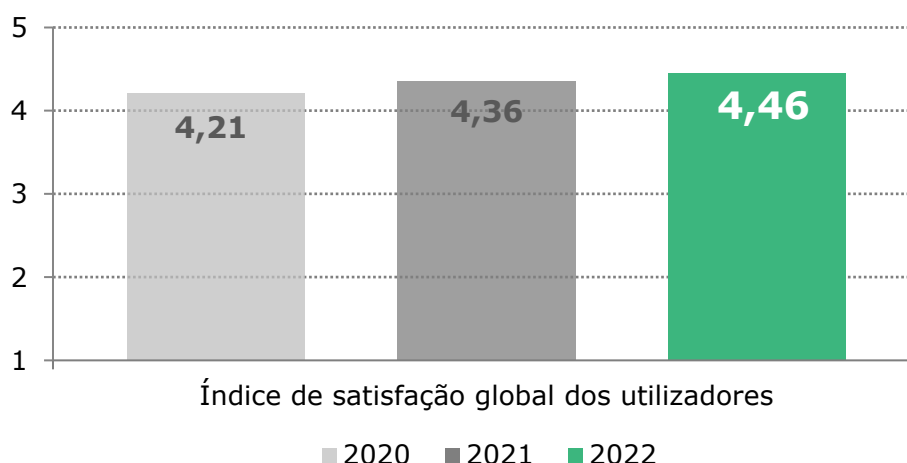


Para além da análise à satisfação dos utilizadores relativamente aos aspetos descritos, tentou apurar-se igualmente a posição relativa do GPEARI face a outros organismos - numa escala de um (Muito Pior) a cinco (Muito Melhor) e o impacto do serviço/informação prestada pelo GPEARI no trabalho da sua organização - numa escala de um (Irrelevante) a cinco (Muito Importante).

A taxa de resposta aos questionários foi de 17,7%, estando alinhado com o volume de respostas obtido em 2021 (16,0%), 2020 (18,8%) e 2019 (18,5%). Foram enviados um total de 487 questionários. Destaca-se que a afinação das listas de contactos, o cumprimento com o regulamento da proteção de dados pessoais em vigor e as melhorias implementadas, quer ao procedimento de envio e alertas, quer à apresentação gráfica do questionário, mitigaram com sucesso a tendência de esgotamento que estas metodologias vinham a demonstrar, verificável pela baixa taxa de resposta obtida em 2018 (8,6%).

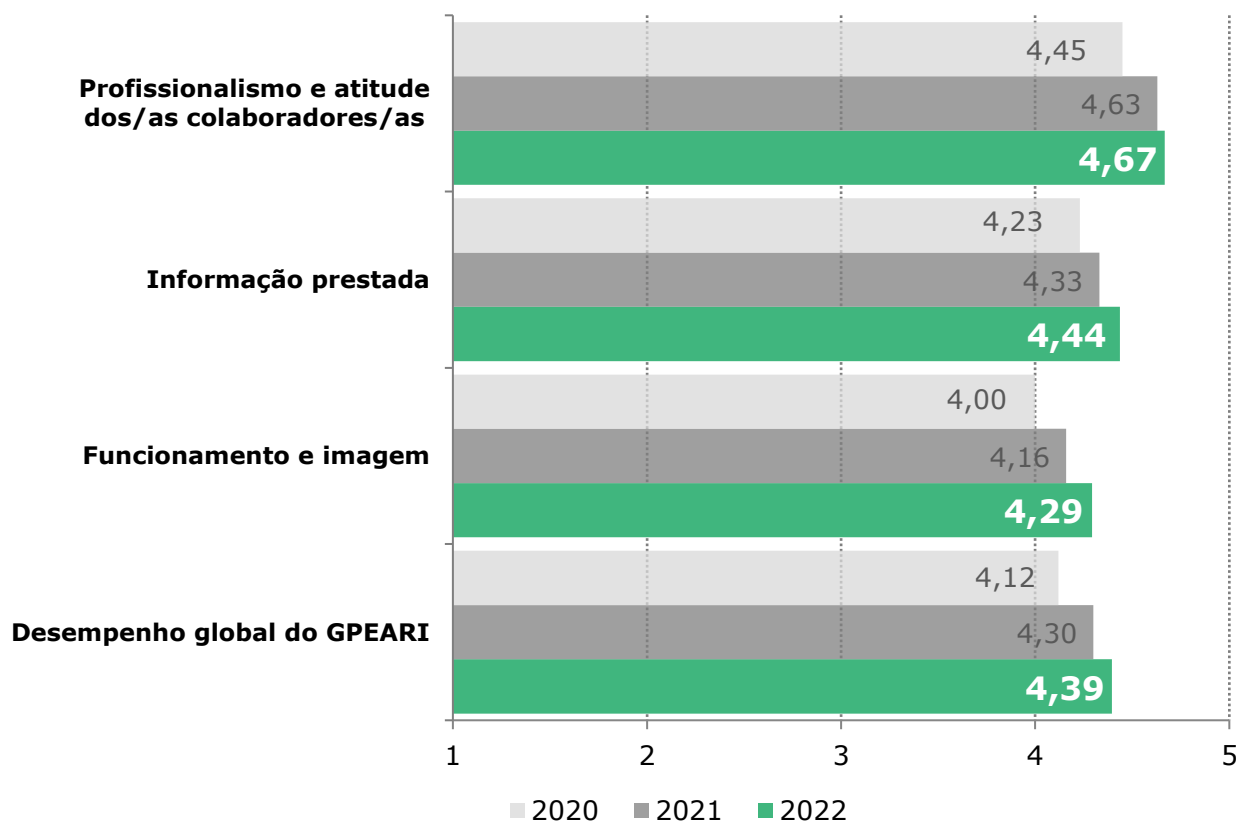
A satisfação média global dos utilizadores alcançou um valor de 4,46, seguindo a tendência de crescimento verificada ao longo dos últimos anos (2021 – 4,36; 2020 - 4,21), mantendo-se na classificação *Bom* e superando a meta estabelecida no QUAR [4,05;4,25].

Gráfico 3. Satisfação média global dos utilizadores



Este valor resulta da média das quatro dimensões do questionário, destacando-se valores muito positivos em todas elas, em particular nas dimensões relativas ao Profissionalismo e atitude dos/as trabalhadores/as e Informação prestada, em que atingiram um índice de satisfação mais elevado com 4,67 e 4,44, respetivamente, bem como uma subida geral face a 2021.

Gráfico 4. Satisfação média global dos Utilizadores, por dimensão

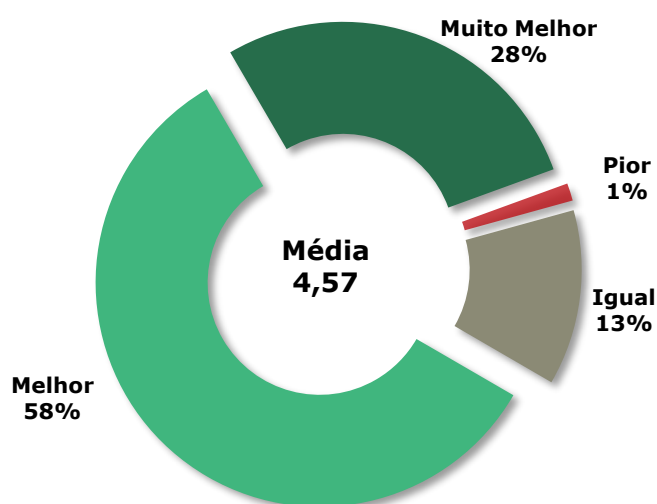


Já o *item Desempenho Global do GPEARI* (item único de avaliação), voltou a registar uma subida, de 4,30 em 2021, para 4,39 em 2022.

Os itens com grau de satisfação mais elevados voltaram a ser, tal como nos últimos cinco anos, a *cortesia dos/as trabalhadores/as* com 4,80 e a *competência técnica dos/as trabalhadores/as* com 4,69. O item com menor grau de satisfação foi, pela primeira vez, a *flexibilidade e autonomia atribuída aos/as colaboradores/as para resolver situações de resposta urgente*, contudo, dentro de um valor considerado de Bom (4,18 pontos).

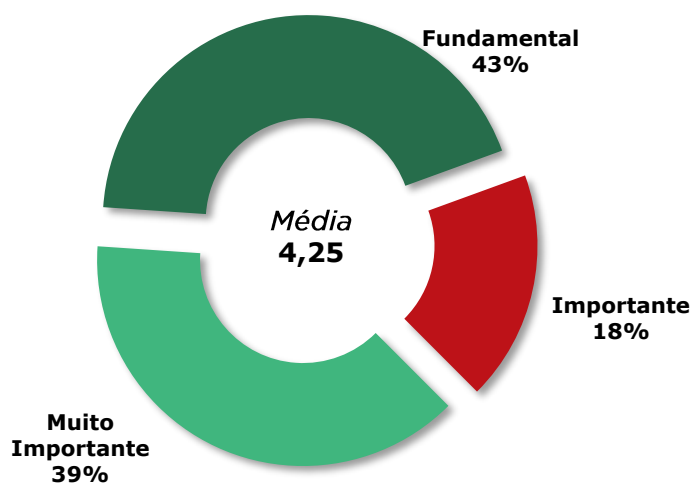
A comparação da prestação do GPEARI com outros organismos públicos mostrou que 86% dos utilizadores considerou *Melhor* ou *Muito Melhor* a atuação do GPEARI face aos demais organismos com que se relacionam (81% em 2021, 73% em 2020 e 75% em 2019) e melhorou uma vez mais o resultado médio, atingindo, em 2022, uma pontuação média de 4,47 (4,10 em 2021, 3,96 em 2020 e 3,84 em 2019).

Gráfico 5. Comparação do GPEARI com outros organismos públicos



Relativamente ao Impacto do serviço/informação prestada pelo GPEARI, 43% dos utilizadores inquiridos consideram *Fundamental* os contributos, serviços e informação prestada pelo GPEARI no desenvolvimento do seu trabalho (35% em 2021, 37% em 2020 e 34% em 2019), constatando-se, deste modo, a apresentação de valores aproximados aos verificados em anos anteriores, bem como na categoria seguinte: 39% consideram *Muito Importante* (40% em 2021, 39% em 2020 e 42% em 2019) os contributos, serviços e informação prestada pelo GPEARI no desenvolvimento do seu trabalho. A média verificada em 2022 subiu para 4,25, face à 4,07 verificada em 2021.

Gráfico 6. Impacto do serviço/informação prestada pelo GPEARI no trabalho dos outros organismos



Encontra-se no anexo A3. um documento síntese, com os principais resultados da *Análise à Satisfação dos Utilizadores*.

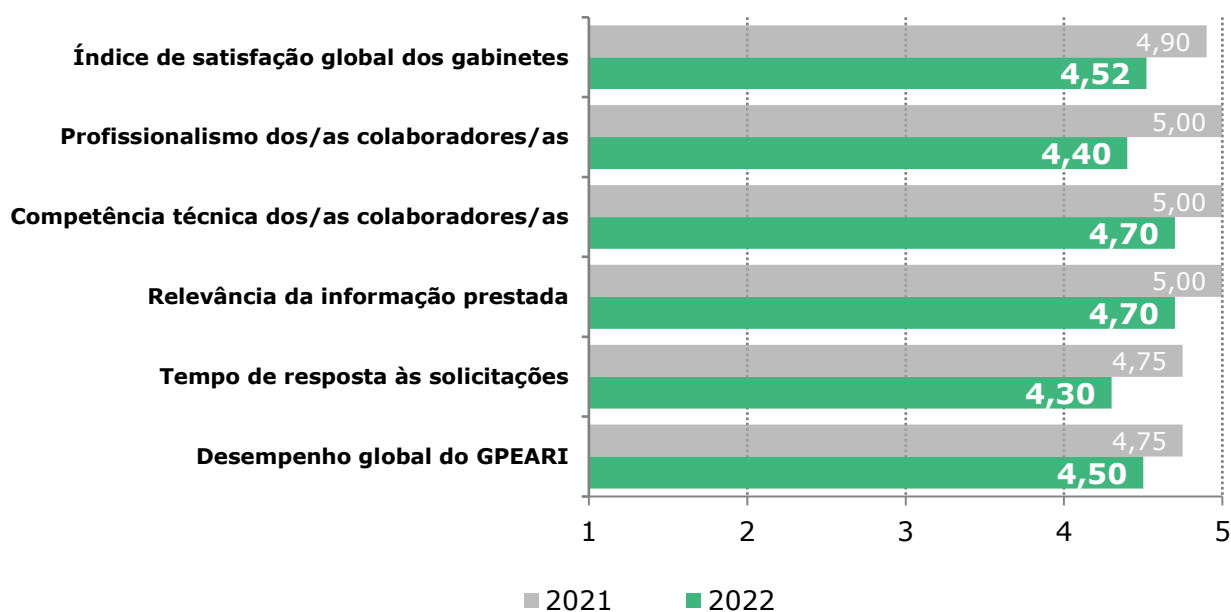
GABINETES

Sendo os gabinetes governamentais clientes importantes dos serviços prestados pelo GPEARI, a aferição do seu nível de satisfação reveste-se da maior importância no sentido de poderem ser identificados os fatores críticos conducentes à melhoria dos seus modos de atuação e produtos.

Este indicador reflete o resultado dos questionários de satisfação, que contaram com uma taxa de resposta de 41,7 %, valor este muito superior ao de anos anteriores, que rondava os 15%.

O questionário é constituído por cinco questões, avaliadas numa escala de um (Muito Fraco) a cinco (Muito Bom), pretende avaliar as seguintes dimensões: i) Desempenho global; ii) Tempo de resposta; iii) Relevância da informação; iv) Competência técnica e v) Profissionalismo.

Gráfico 7. Satisfação média global dos Gabinetes do MF



Em relação ao grau de satisfação destes utilizadores verificou-se que foi de 4,52, observando-se uma descida face ao registado no ano anterior (4,90), mas mantendo-se o nível de Muito Bom.

2.7. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

O Sistema de Controlo Interno encontra-se devidamente caracterizado no anexo A5, encontrando-se cumpridos a generalidade dos itens aplicáveis:

Ambiente de controlo

- Estão garantidos as principais regras de cumprimentos da legalidade, regularidade e boa gestão, estando definidos os valores éticos e de integridade que regem o serviço e privilegiando-se uma política de formação dos/as trabalhadores/as que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas.

Estrutura organizacional

- Obedece às regras definidas legalmente, verificando-se a aplicação da avaliação de desempenho (SIADAP 2 e 3) à totalidade dos colaboradores. Foi ainda garantida formação aos colaboradores, essencialmente gratuita e/ou interna ou decorrente de candidaturas a formação por entidades internacionais (PARE).

Atividades e procedimentos de controlo administrativo

- As atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço estão garantidos, existindo alguns manuais de procedimentos para determinados processos, estando as responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos definidas, embora ainda não totalmente formalizadas. A especificidade e tecnicidade das funções presentes no GPEARI não se compadecem com sistemas rotativos. O GPEARI detém um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas, tendo sido iniciado o seu processo de revisão durante o ano de 2020.

3. RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS

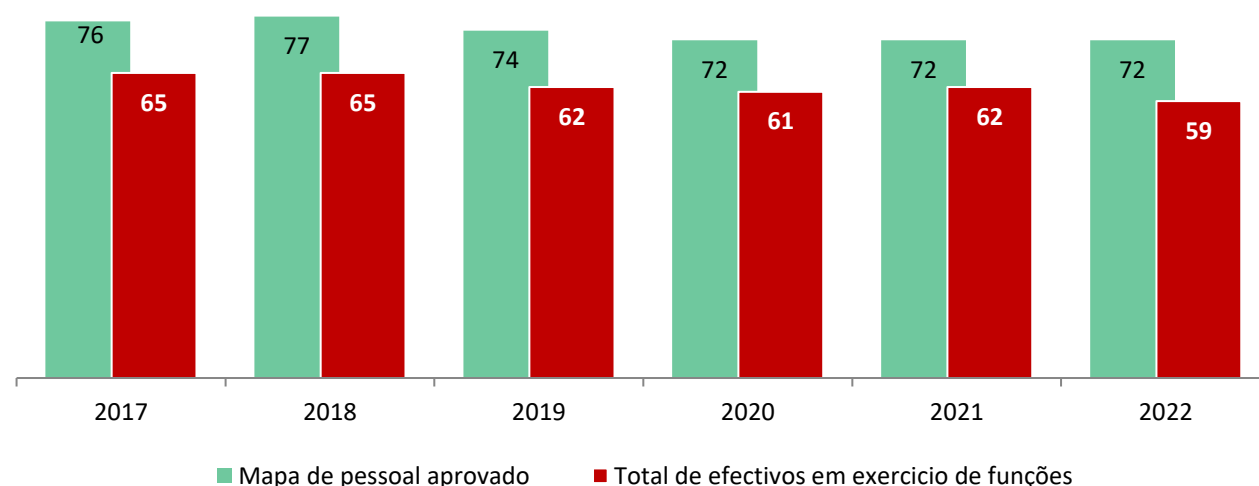
No que respeita a **recursos humanos**, o mapa de pessoal para 2022 previa 72 lugares, tendo o GPEARI, a 31 de dezembro, 59 colaboradores em exercício de funções, onde se inclui o pessoal em regime de mobilidade, com cerca de 4 técnicos superiores, e em cedência de interesse público, também com 7 técnicos superiores.

Os lugares previstos e ocupados no mapa de pessoal estão distribuídos da seguinte forma:

Quadro 2. Mapa de pessoal para 2022 – lugares previstos e ocupados

DESIGNAÇÃO	Lugares Previstos	Colaboradores a 31 de dezembro	Taxa de Execução
Dirigentes - Direção superior	3	3	100%
Dirigentes - Direção intermédia	16	13	81%
Técnico Superior Especialista em Orçamento e Finanças Públicas e Técnico Superior	46	37	80%
Coordenador Técnico de Informática	1	1	100%
Técnico de Informática	3	2	67%
Assistente Técnico	2	2	100%
Assistente Operacional	1	1	100%
Total	72	59	82%

Gráfico 8. Mapa de pessoal e efetivos em exercício de funções – 2017 a 2022



As dificuldades de recrutamento no universo da administração pública persistem, não tendo sido possível preencher a totalidade dos lugares previstos no mapa de pessoal.

Em termos de indicadores gerais, o pessoal em exercício de funções no GPEARI, em 2022, apresentava a seguinte caracterização:

Média etária baixa: 45 anos, verificando-se uma média etária igual entre homens e mulheres (ambos com 45 anos) continuando a ser um valor inferior à média da Administração Pública (47,9 anos - segundo o mais recente Boletim Estatístico do Emprego Público - nº 22/2022);

Género: existe um predomínio do sexo feminino. A taxa de feminização é de 63%, superando a taxa registada em 2021 (61%). No grupo dos dirigentes intermédios continua a verificar-se uma taxa de feminização ainda mais evidente (69%), mantendo-se assim este valor face a 2021;

Elevada taxa de habilitação superior: 92% dos trabalhadores do GPEARI possuíam habilitações académicas de nível superior (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento), aumentando o valor face a 2021 (90%) e, de novo, consideravelmente superior à média da Administração Central (cujo valor mais recente disponível é de 54,9%, segundo o Boletim Estatístico do Emprego Público nº 22/2022). A maior parte dos/as trabalhadores/as do GPEARI são técnicos superiores (Índice de tecnicidade de 63%), apresentando um valor residualmente inferior a 2021 (65%);

Absentismo: continuou-se a verificar uma taxa de absentismo geral de 3% em 2022 (a mesma taxa apresentada em 2021). Em 2022, destaca-se como maior motivo de absentismo os dias de proteção na parentalidade (271,5 dias), seguido dos dias de falta por doença (com 79 dias), bem como a inexistência de dias de ausência por acidente de trabalho;

Encargos com pessoal: as despesas com pessoal ascenderam a 2,46 milhões de euros, significando um aumento, face a 2021, em cerca de 6,2%, explicado, em parte, pelo aumento do valor pago em remunerações base e outros encargos com pessoal. Por outro lado, constatou-se que existiu um aumento do volume de despesa com suplementos remuneratórios, em cerca de 18%, proveniente, em grande parte, do aumento em ajudas de custo, com a retoma parcial das deslocações em serviço;

Formação: em 2022 verificaram-se 108 participações em ações de formação, num total de 1283 horas. Destas, cerca de 85 participações foram realizadas à distância (*online*). Obteve-se assim um ligeiro número de horas de formação (de 1269 horas em 2021, para 1283 horas em 2022) verificando-se, deste modo, cada vez mais uma aposta e disponibilidade da formação online, influenciada pela situação social e pandémica COVID-19 ocorrida nos anos transatos.

Informação adicional, relativa à área de recursos humanos, pode ser consultada na síntese dos principais indicadores do Balanço Social do GPEARI, disponível no anexo 7 do presente relatório.

Em termos de recursos financeiros, o orçamento global aprovado para o ano de 2022 ascendeu a 3,500 milhões de euros.

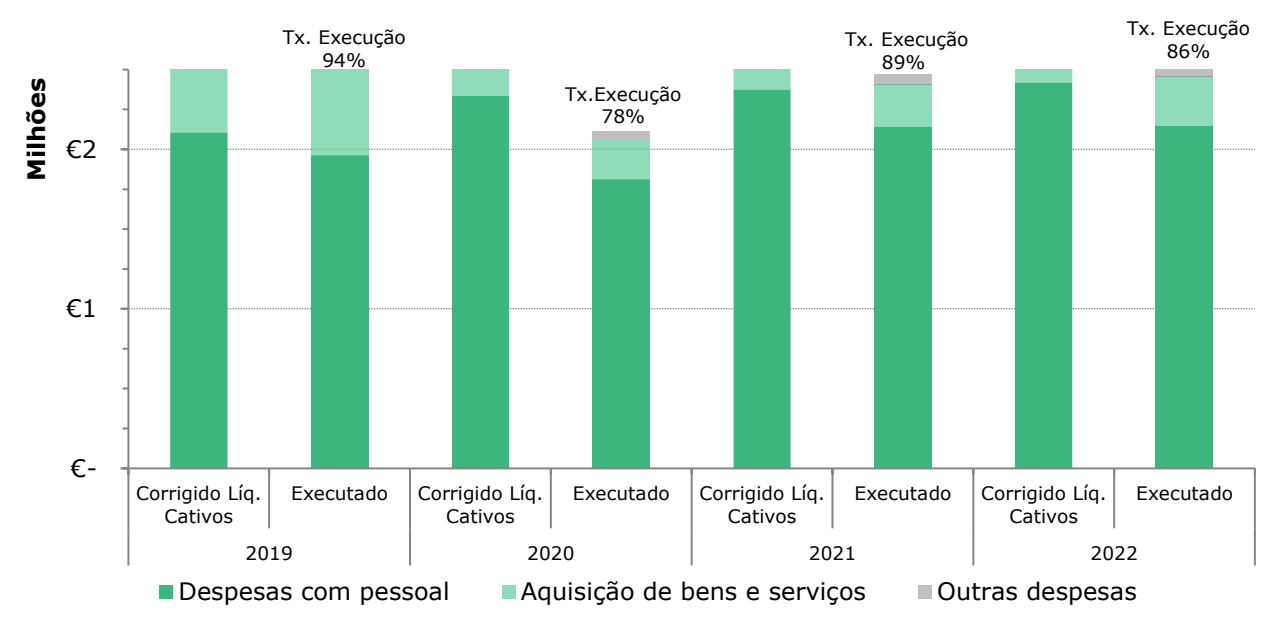
A dotação corrigida líquida de cativos ascendeu a 3,331 milhões de euros, dos quais se executaram 2,891 milhões de euros.

Quadro 3. Recursos Financeiros em 2022

	Dotação Inicial	Dotação Corrigida Líquida de Cativos	Execução	
Orçamento de Atividades				
Funcionamento Geral	€ 2 984 861,00	€ 2 920 953,00	€ 2 520 631,79	86,3%
Funcionamento Cooperação	€ 515 436,00	€ 409 713,00	€ 370 320,31	90,4%
TOTAL	€ 3 500 297,00	€ 3 330 666,00	€ 2 890 952,10	86,8%

Relativamente ao orçamento de Funcionamento - Geral, o valor executado ascendeu a 2,521 milhões de euros (86%), salientando-se o peso das despesas com o pessoal (86%), seguido de aquisição de bens e serviços (11%) e Investimento (3%).

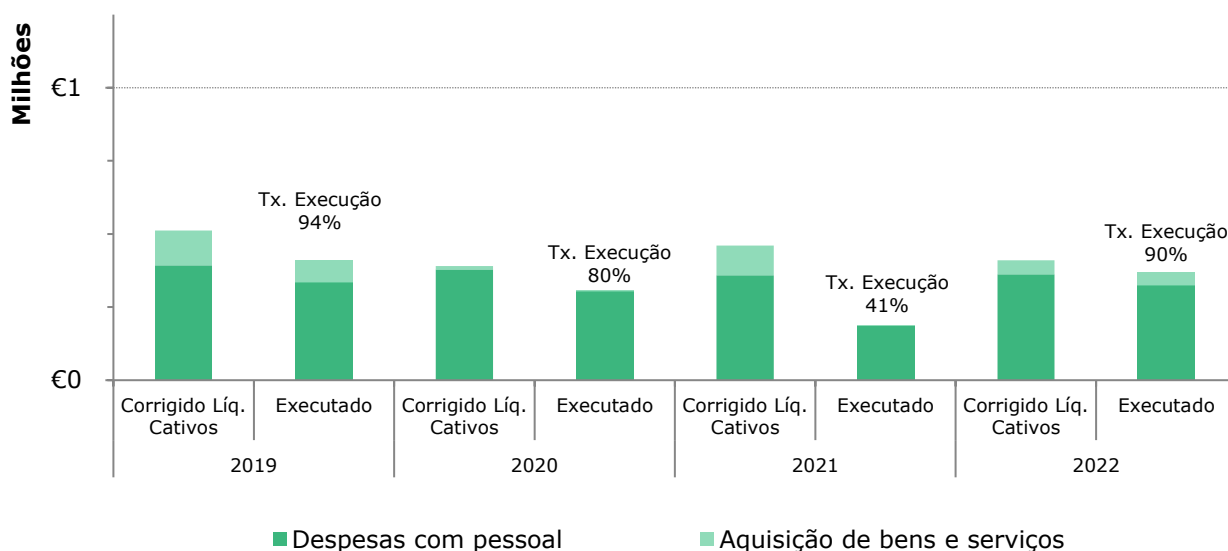
Gráfico 9. Evolução do Orçamento do GPEARI – Funcionamento - Geral por rubricas



Fonte: Mapa de Execução da Despesa Agregada extraído a 01.03.2023

Do orçamento de Funcionamento - Cooperação, foram executados 370 mil euros (90%), dos quais 99% relativos a despesas com o pessoal e 1% referentes à aquisição de bens e serviços, maioritariamente relativos a deslocações e estadas.

Gráfico 10. Evolução do Orçamento do GPEARI – Funcionamento - Cooperação por rubricas



Fonte: Mapa de Execução da Despesa Agregada extraído a 07.03.2022

No Anexo A6 constam os mapas relativos à execução orçamental, onde poderão ser verificados em pormenor os valores executados.

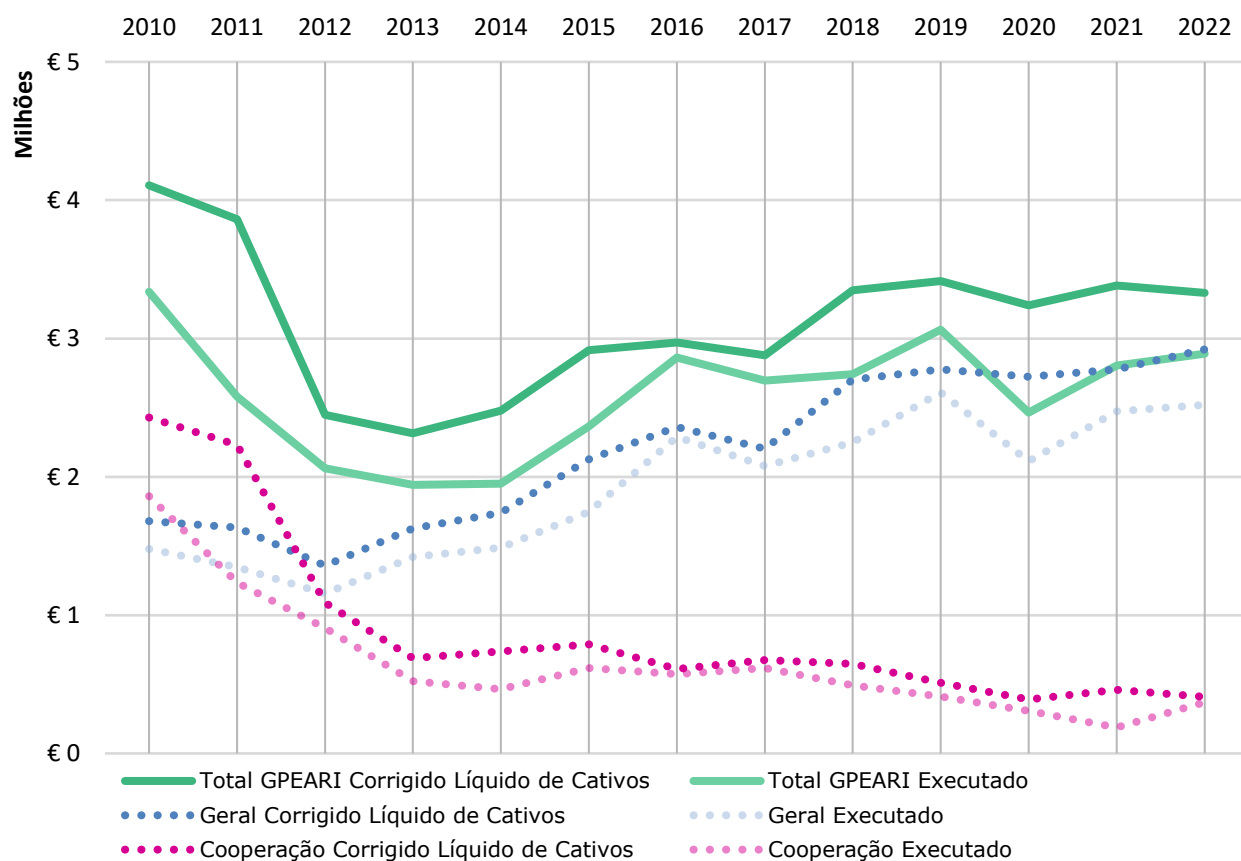
A evolução do orçamento do GPEARI evidencia que um decréscimo superior a 40% no orçamento executado entre 2010 e 2013, assistindo-se a uma recuperação frágil dos valores executados entre os anos de 2014 e 2016. Desde então a tendência foi para a estabilização (2017, -5,8%; 2018, 1,7%; 2019, 11,7%; 2020, -19,6%; 2021, 13,9%), pontilhada com anos de maior variação com causas bem identificadas, tais como, a regularização do Princípio da Onerosidade em 2019, a crise sanitária provocada pela pandemia de COVID-19 e consequente redução da execução em deslocações e estadas em 2020, e o reforço de medidas de higienização e de aquisição de meios de teletrabalho que levaram a uma nova subida da execução em 2021. Em 2022, a variação da execução foi de 3,1%.

Quadro 4. Evolução do Orçamento do GPEARI

	2019		2020		2021		2022	
	Corrigido Líquido de Cativos	Executado	Corrigido Líquido de Cativos	Executado	Corrigido Líquido de Cativos	Executado	Corrigido Líquido de Cativos	Executado
Orçamento de Atividades								
Funcionamento - Geral	€ 2 775 683	€ 2 610 202	€ 2 724 141	€ 2 113 117	€ 2 776 889	€ 2 472 753	€ 2 920 953	€ 2 520 632
Funcionamento - Cooperação	€ 511 610	€ 410 875	€ 390 252	€ 308 159	€ 459 891	€ 187 554	€ 409 713	€ 370 320
Orçamento de Projetos								
	€ 127 650	€ 43 643	€ 125 930	€ 41 983	€ 146 074	€ 144 893		
TOTAL	€ 3 414 943	€ 3 064 720	€ 3 240 323	€ 2 463 259	€ 3 382 854	€ 2 805 201	€ 3 330 666	€ 2 890 952

Fonte: Mapas de Execução da Despesa Agregada extraídos a 01.03.2023

Gráfico 11. Evolução do Orçamento corrigido e executado do GPEARI



Fonte: Mapas de Execução da Despesa Agregada extraídos a 01.03.2023

4. INFORMAÇÃO ADICIONAL À AUTOAVALIAÇÃO

4.1. MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A modernização administrativa tem lugar de destaque na agenda dos serviços públicos, constituindo um impulso e resultando em ganhos operacionais, organizativos e de capacitação para as organizações. Tendo em vista a promoção de um serviço mais ágil, inovador e capaz de se adaptar e responder aos desafios futuros, têm vindo a ser adotadas medidas de modernização administrativa e, em consonância com a obrigatoriedade imposta pelo artigo 40º do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio⁵, têm sido trabalhados processos que visam a desburocratização, qualidade e inovação e a geração de poupanças associadas a tais medidas.

Em 2022, o GPEARI deu continuidade à implementação de medidas que visam a melhoria da qualidade dos serviços prestados, bem como a introdução de novas funcionalidades ao nível do planeamento e da gestão documental, potenciando a sua estrutura organizacional.

Neste domínio, foram realizados novos desenvolvimentos na reengenharia e desmaterialização na Gestão de Processos, no âmbito do projeto “GPEARI.Docs – Gestão Documental 2.0”, oferecendo melhorias significativas na gestão da atividade diária.

Tendo por enquadramento as mais recentes orientações em matéria de racionalização e controlo da despesa, maior simplificação e modernização administrativa e desmaterialização de processos, o GPEARI promoveu a implementação de melhorias nas atividades de controlo, avaliação, monitorização, informação e comunicação, beneficiando assim de ganhos de eficácia e de eficiência no seu desempenho, garantindo a legalidade e qualidade dos processos.

Neste seguimento, com o objetivo de melhor definir e solidificar as políticas internas de gestão do risco e controlo de gestão, procedeu-se à aprovação e divulgação do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, ao desenvolvimento de esforços para a promoção da utilização da Chave Móvel Digital e dos atributos profissionais no Cartão do Cidadão e consequente implementação da assinatura digital, tendo em vista uma maior desmaterialização de processos, o reforço da exclusividade do circuito de informação da equipa de recursos humanos, com a definição e divulgação de boas práticas e a política de definição de *passwords*, por forma a incrementar a proteção de informação.

Na continuação do que já tinha sido implementado nos últimos anos e no âmbito da Resolução de Conselho de Ministros nº 51/2017, de 19 de abril, mantiveram-se os esforços de desmaterialização de processos.

⁵ Obrigando à integração nos planos e relatórios de atividades anuais um capítulo sobre as medidas de modernização administrativa a desenvolver.

No âmbito do Programa de Eficiência de Recursos na Administração Pública para o período até 2030 – ECO.AP2030, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2020, de 24 de novembro, e do Plano de Poupança de energia 2022-2023, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2022, de 27 de setembro, o GPEARI apresentou o GPEARI.Eco – Plano de poupança energética e eficiência de recursos.

Este plano resulta da consolidação das principais medidas preconizadas para implementação nos serviços da Administração Pública central, de carácter obrigatório do Plano de Poupança de Energia 2022-2023, das medidas já em curso relativas ao ECO.AP2030 e enquadra-se no vetor de responsabilidade social, exigindo de toda a organização empenho e comprometimento. Contempla um total de 17 ações, sendo 10 relativas a poupança de energia, 3 relativas a poupança de água e 4 sobre afetação eficiente de recursos.

4.2. PERSPETIVA DE GÉNERO

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio, aprovou a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 «Portugal + Igual». A ENIND marca um novo ciclo programático que se iniciou em 2018, definindo grandes metas de ação global e estrutural até 2030, para a consecução da igualdade e da não discriminação. Em termos operacionais, encontra-se estruturada através de 3 Planos de Ação onde estão definidas medidas concretas a desenvolver até 2021, nomeadamente: o Plano de Ação para a Igualdade entre Mulheres e Homens; o Plano de Ação para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica; o Plano de Ação para o Combate à Discriminação em razão da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género e Características Sexuais.

Neste contexto, o GPEARI colaborou no acompanhamento de indicadores e desagregação de dados por sexo no âmbito do Orçamento do Estado para 2022, e da produção do relatório anual “Monitorização dos orçamentos com perspetiva de género OE2021”.

A propósito da monitorização da ENIND e do IV Plano de Ação para a Prevenção e o Combate ao Tráfico de Seres Humanos (2018-2021), foi reportado à CIG a execução, à data de 31 de dezembro de 2021, das medidas em que o Ministério das Finanças estava identificado como uma das entidades responsáveis.

No âmbito do Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025 - Portugal contra o racismo (PNCRD 2021-2025), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2021, de 28 de julho, o GPEARI, enquanto representante da área governativa finanças, reportou à tutela o ponto de situação da execução das medidas em que o Ministério das Finanças é referido como uma das entidades responsáveis pela execução.

O GPEARI foi ainda nomeado, pelo Sr. Ministro das Finanças, como entidade coordenadora da área governativa finanças, responsável pela elaboração do Plano Setorial Finanças, pela coordenação com as várias entidades do Ministério das Finanças e com o Instituto Nacional para a Reabilitação e pela monitorização e acompanhamento do referido Plano no âmbito da Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025 (ENIPD), aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 119/2021, de 31 de agosto. Neste seguimento, o GPEARI reuniu com a equipa do INR, I.P. responsável pelo apoio à coordenação da Estratégia.

Para além disso, foram entregues os contributos que relevam da área de competências do Ministério das Finanças para efeitos de elaboração do Relatório Anual de Atividades da

Comissão Nacional para os Direitos Humanos em 2022 e de elaboração do Plano de Atividades da referida Comissão para 2023.

4.3. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2010, de 25 de junho, define que deve ser incluída no relatório de atividades uma secção específica dedicada à informação sintética sobre as iniciativas de publicidade institucional.

No que respeita à atividade do GPEARI durante o ano de 2022, não se verificou qualquer iniciativa de publicidade institucional.

4.4. CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DA LOE2022 NO ÂMBITO DO QUAR

O Orçamento do Estado para 2022, publicado através da Lei n.º 12/2022, de 27 de junho, impôs a adoção de algumas medidas por parte dos serviços no âmbito do processo de planeamento a nível de SIADAP1.

O artigo 22.º da referida lei identifica os objetivos obrigatórios a inscrever no QUAR, alinhados com as estratégias de valorização dos recursos humanos da Administração Pública, e cujo peso relativo tem de atingir 50% do QUAR:

- Objetivos de boa gestão dos trabalhadores, designadamente nos domínios da participação dos trabalhadores na gestão dos serviços, da segurança e da saúde no trabalho, da conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar e da motivação;
- Medidas previstas no programa «SIMPLEX» e no Orçamento Participativo Portugal (OPP) cuja responsabilidade de implementação lhes esteja atribuída;
- A avaliação pelos cidadãos, em particular nos serviços que tenham atendimento público ou prestem serviço direto a cidadãos e empresas.

A fim de dar cumprimento a estas disposições, o GPEARI fixou os seguintes objetivos no QUAR 2022:

- O8. PROMOVER A INOVAÇÃO, A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E A DESMATERIALIZAÇÃO DE PROCESSOS, onde é de destacar a concretização de 65% do projeto “GPEARI.Docs – Gestão documental 2.0”;
- O9. PROMOVER A MOTIVAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NA GESTÃO, onde se destaca a implementação de 13 iniciativas de desenvolvimento organizacional, nomeadamente reuniões gerais relativas ao planeamento e acompanhamento da atividade, consultas internas no âmbito dos instrumentos de gestão e de comunicação e iniciativas de solidariedade social.
- O10. MELHORAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS, onde se destaca, como medidas que contribuíram para o cumprimento do objetivo, o grau de satisfação dos gabinetes ministeriais (4,52 numa escala de 1 a 5) e o grau de satisfação dos utilizadores (4,46 numa escala de 1 a 5).

CONCLUSÕES PROSPETIVAS E MENÇÃO PROPOSTA RESULTANTE DA AUTOAVALIAÇÃO

A atividade do GPEARI, em 2022, foi fortemente condicionada pelos efeitos que ainda se fizeram sentir no âmbito do COVID19 e pela participação em dinâmicas com alto grau de responsabilidade (PPUE), que vinham a impor, nos últimos anos, um elevado ritmo de trabalho e de pressão sobre a organização.

No entanto, o despoletar do conflito na Ucrânia veio trazer exigências adicionais, em particular no âmbito do debate e análise de diversas iniciativas que a União Europeia e outras organizações internacionais desenvolvem e implementam nesta matéria, no curto, médio e longo prazo.

O contexto de elevada incerteza quanto aos desenvolvimentos económicos perspectiva a continuação, em 2023, de uma forte participação nas discussões relativas à orientação da política orçamental europeia e aos mecanismos de coordenação das políticas económicas, orçamentais, laborais e sociais, bem como a revisão do quadro de governação económica.

Este cenário torna ainda mais exigente o acompanhamento analítico regular da economia portuguesa e da sua inserção internacional, bem como a respetiva cenarização prospetiva, consubstanciando a fundamentação macroeconómica dos principais documentos de política económica.

Perspetiva-se também a continuação de um forte envolvimento:

- (i) No debate relativo à reforma da Governação Económica Europeia;
- (ii) No acompanhamento do pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal;
- (iii) No desenvolvimento e conclusão de iniciativas legislativas da União Europeia na área dos serviços financeiros;
- (iv) Nos trabalhos relativos à prevenção e combate ao branqueamento de capitais, ao financiamento do terrorismo e ao financiamento da proliferação, bem como medidas restritivas no contexto das sanções impostas pela União Europeia à Rússia e à Bielorrússia;
- (v) Nas discussões em matéria da reforma dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento;

- (vi) Nos trabalhos relativos à preparação de reuniões bilaterais com países terceiros que envolvam dossiês na esfera de competências do Ministério das Finanças e reuniões de âmbito CPLP.

O GPEARI continua a apostar na melhoria das práticas de gestão e de desenvolvimento organizacional, no quadro de um conjunto alargado de fatores de âmbito político, económico, social e ambiental, de forma a melhor responder ao acréscimo significativo da sua atividade, com a qualidade a que já habitou os seus principais clientes.

As medidas passam pela promoção do espírito de equipa, motivação e cooperação, valorizando o capital humano e a sua capacitação, fatores essenciais à retenção de talentos.

Em resumo e relativamente a 2022, o GPEARI tinha definido no seu Plano de Atividades um conjunto exigente de objetivos, que respondem aos três objetivos estratégicos, que materializam a sua estratégia e traduzem as suas prioridades de atuação.

Destes objetivos, mantiveram-se no QUAR os dez que melhor traduziam as prioridades, bem como os objetivos que relevam para melhorias de eficiência, eficácia e qualidade dos serviços prestados e incluindo os objetivos que permitem o cumprimento das disposições previstas na Lei do Orçamento do Estado.

A execução do QUAR de 2022 foi de 105,2%, o que reflete o esforço crescente na prossecução dos objetivos propostos, embora num contexto de grande exigência e restrições de várias ordens, com destaque para a manifesta limitação de recursos humanos.

Os parâmetros Eficácia, Eficiência e Qualidade foram superados, distribuindo-se o seu peso relativo em 35%, 40% e 25%, respetivamente. De referir, ainda, que foram superados três objetivos, todos relevantes, e atingidos os restantes.

Assim, nos termos do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, atendendo aos resultados apresentados, propõe-se que a menção qualitativa a atribuir como resultado da autoavaliação do desempenho seja de “**Desempenho Bom**”.

ANEXOS

A1. LISTA DE ACRÓNIMOS

ACC	Acordo de Cooperação Económica e Cambial
ACE	Acordo de Cooperação Económica
ADB	Banco Asiático de Desenvolvimento
aicep Portugal	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
ALER	Associação Lusófona de Energias Renováveis
AP	Administração Pública
AWG	Ageing population and sustainability working group
BAfD	Banco Africano de Desenvolvimento
BAfD	Banco Asiático de Desenvolvimento
BCE	Banco Central Europeu
BC/FT	Comissão de Coordenação de Políticas de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo
BEI	Banco Europeu de Investimento
BERD	Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BID	Banco Inter-Americano de Desenvolvimento
CCAS	Conselho Coordenador da Avaliação de Serviços
CE	Comissão Europeia
CEB	Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa
CEF	Comité Económico e Financeiro
CIAE	Comissão Interministerial para os Assuntos Europeus
CIC	Comissão Interministerial de Cooperação
CIG	Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
CIPE	Comissão Interministerial de Política Externa
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
CNDH	Comissão Nacional de Direitos Humanos
CPE	Comité de Política Económica
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DGAEP	Direção-Geral da Administração e do Emprego Público
DGTF	Direção-Geral do Tesouro e Finanças
EBC	<i>European Banking Committee</i>
ECOFIN	Conselho de Ministros para as Questões Económicas e Financeiras
EFTA	<i>European Free Trade Association</i>
EGBPI	<i>Commission Expert Group on Banking, Payments and Insurance</i>

EGDMI	<i>Commission Expert Group on Derivatives and Market Infrastructure</i>
EGESC	<i>Commission Expert Group of the European Securities Committee</i>
EGMC	<i>Commission Expert Group on Mortgage Credit</i>
EGRFS	<i>Expert Group on Retail Financial</i>
EIOPC	<i>European Insurance and Occupational Pensions Committee</i>
ENIND	Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 «Portugal + Igual»
ESC	<i>European Securities Committee</i>
eSPap	Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.
EWG	<i>Eurogroup Working Group</i>
FEEF	Facilidade Europeia de Estabilidade Financeira
FEI	Fundo Europeu de Investimento
FGP	Fórum Global para a Produtividade
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FMI	Fundo Monetário Internacional
GAFI	Grupo de Ação Financeira Internacional
GEE	Gabinete de Estratégias e Estudos do Ministério da Economia e do Mar
GT	Grupo de trabalho
GT CS Saúde	Grupo de Trabalho da Conta Satélite da Saúde
IGCP	Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E.
IGF	Inspeção-Geral de Finanças
IFEI	Instituições Financeiras Europeias Internacionais
IFI	Instituições Financeiras Internacionais
IHRU	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
LIME	<i>Lisbon Methodology Working Group</i>
MAMM	Mecanismo de Acompanhamento do Mercado das Multilaterais
MEE	Mecanismo Europeu de Estabilidade
MIGA	<i>Multilateral Investment Guarantee Agency</i>
MF	Ministério das Finanças
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Plano de Atividades
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PARE	Programa de Apoio às Reformas Estruturais
PC	<i>Payments Committee</i>
PICAT	Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica
PPS-PPM	<i>Post-Programme Surveillance - Post-Program Monitoring</i>

PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
REPER	Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia
SAMA	Sistema de Apoio à Modernização Administrativa
SCIMF	<i>Sub-Committee on IMF Issues</i>
SGMF	Secretaria-Geral do Ministério das Finanças
SIADAP	Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública
SNC-AP	Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas
SOLVIT	Rede de Resolução de Problemas do Mercado Interno
UMC	União dos Mercados de Capitais
UTAIL-Jurisapp	Unidade Técnica de Avaliação de Impacto Legislativo
UTAO	Unidade Técnica de Apoio Orçamental
UE	União Europeia

A2. QUAR | QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais											2022
MISSÃO: Garantir o apoio à formulação de políticas e ao planeamento estratégico e operacional, em articulação com a programação financeira, assegurar, diretamente ou sob sua coordenação, as relações internacionais, acompanhar e avaliar a execução de políticas, dos instrumentos de planeamento e os resultados dos sistemas de organização e gestão, em articulação com os demais serviços do Ministério.											
Objetivos Estratégicos											
OE 1. Dinamizar a representação e o apoio técnico à definição, acompanhamento e avaliação de políticas do MF											
OE 2. Promover a representação e defesa dos interesses nacionais no contexto europeu e internacional											
OE 3. Desenvolver uma política de gestão integrada de valorização do capital humano e de racionalização eficiente de recursos											
Objetivos Operacionais											
EFICÁCIA											Ponderação: 35%
O1. Assegurar o apoio técnico à elaboração de documentos de política económica e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF										Peso:	35%
INDICADORES		2019	2020	2021	META 2022	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL
IND1.1.	Número de documentos de política económica elaborados	8	9	9	8	1	10	25%	10	125%	Superou
IND1.2.	Número de documentos técnicos elaborados de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas pela Tutela	299	334	287	272	40	340	25%	322	118%	Superou
IND1.3.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a organismos da Administração Pública e outras Entidades Nacionais	429	629	624	540	50	675	25%	600	111%	Superou
IND1.4.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a instituições comunitárias e internacionais	533	711	588	605	60	756	25%	703	116%	Superou
O2. Contribuir para o debate da economia nacional, do crescimento, da produtividade e das finanças públicas										Peso:	7,5%
INDICADORES		2019	2020	2021	META 2022	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL
IND2.1.	Prazo de elaboração do contributo para o Relatório sobre a Produtividade em Portugal	84	287	346	350	15	300	30%	365	100,0%	Atingiu
IND2.2.	Número de seminários organizados pelo GPEARI ou em conjunto com outras entidades	19	12	12	11	2	19	20%	13	100%	Atingiu
IND2.3.	Número de estudos económicos e policy papers	8	9	8	8	1	10	50%	7	100%	Atingiu
O3. Reforçar a capacidade técnica e desenvolvimento de novas ferramentas preditivas para a economia portuguesa										Peso:	7,5%
INDICADORES		2019	2020	2021	META 2022	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL
IND3.1.	Grau de execução do projeto "Novo Modelo Macroeconómico"	-	-	50%	75%	10%	100%	50%	85%	100%	Atingiu
IND3.2.	Grau de execução do projeto "Formação em Green Budgeting"	-	-	60%	95%	5%	100%	50%	90%	100%	Atingiu
O4. Garantir a preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais										Peso:	30%
INDICADORES		2019	2020	2021	META 2022	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL
IND4.1.	Número de reuniões asseguradas em fóruns europeus e internacionais	492	586	561	745	75	931	60%	804	100%	Atingiu
IND4.2.	Número de reuniões asseguradas em fóruns nacionais	312	225	266	339	30	424	40%	370	109%	Superou
O5. Assegurar os trabalhos relativos à Revisão do Quadro de Governação Económica da União Europeia										Peso:	20,0%
INDICADORES		2019	2020	2021	META 2022	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL
IND5.1.	Número de documentos preparados	-	-	-	25	5	35	50%	24	100%	Atingiu
IND5.2.	Número de reuniões asseguradas	-	-	-	20	3	25	50%	22	100%	Atingiu
EFICIÊNCIA											Ponderação: 40%
O6. Contribuir para a prossecução e implementação dos Planos de Recuperação e Resiliência e da Estratégia 2030										Peso:	15%
INDICADORES		2019	2020	2021	META 2022	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL
IND6.1.	Número de documentos preparados no âmbito da implementação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência ao nível dos países da União Europeia	-	-	40	45	5	55	50%	71	165%	Superou
IND6.2.	Número de dias de antecipação de entrega dos processos de avaliação ex-ante da Estratégia 2030	-	-	-	10	2	6	50%	10	100%	Atingiu
O7. Apoiar os agentes nacionais e dos países alvo da cooperação portuguesa, privados e públicos, no acesso a soluções de financiamento e investimento mais vantajosas e inovadoras, através das Instituições Financeiras Internacionais e Europeias										Peso:	22,5%
INDICADORES		2019	2020	2021	META 2022	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL
IND7.1.	Número de ações e seminários de divulgação de oportunidades de negócio/investimento	15	12	8	10	2	15	35%	10	100,0%	Atingiu
IND7.2.	Grau de utilidade e adequação das iniciativas e seminários/missões empresariais às necessidades das empresas, consultores e banca nacionais na sua abordagem aos mercados das IFI (%)	87%	83%	75%	80%	10%	100%	35%	70%	100,0%	Atingiu
IND7.3.	Prazo médio de elaboração do parecer GPEARI sobre projetos e/ou instrumentos submetidos no âmbito do Compacto Lusófono (em dias)	-	-	12	45	5	12	30%	48	100,0%	Atingiu
O8. Promover a inovação, a modernização administrativa e a desmaterialização de processos										Peso:	30%
INDICADORES		2019	2020	2021	META 2022	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL
IND8.1.	Grau de implementação do projeto "GPEARL.Docs - Gestão documental 2.0"	-	-	-	70%	5%	100%	100%	65%	100,0%	Atingiu
O9. Promover a motivação e a participação dos trabalhadores na gestão										Peso:	32,5%
INDICADORES		2019	2020	2021	META 2022	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL
IND9.1.	N.º de iniciativas de desenvolvimento organizacional	-	-	13	15	2	20	100%	13	100,0%	Atingiu
QUALIDADE											Ponderação: 25%
O10. Melhorar a qualidade dos serviços prestados										Peso:	100%
INDICADORES		2019	2020	2021	META 2022	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL
IND10.1.	Grau de satisfação dos gabinetes ministeriais (escala de 1 a 5)	4,33	4,83	4,90	4,60	0,10	5	50%	4,52	100,0%	Atingiu
IND10.2.	Grau de satisfação dos utilizadores (escala de 1 a 5)	4,18	4,21	4,36	4,30	0,10	5	50%	4,46	105,7%	Superou

Taxa de Realização Parâmetros e Objetivos						Objetivos mais relevantes (vide Instruções)	
EFICÁCIA	Planeado	Realizado	Taxa de Realização Parâmetros/Objetivos	Classificação		Ponderação	Identificação
	35%	37,5%	107,3%				
01. Assegurar o apoio técnico à elaboração de documentos de política económica e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	35%	41,2%	118%		Superou	12,3%	R
02. Contribuir para o debate da economia nacional, do crescimento, da produtividade e das finanças públicas	7,5%	7,5%	100%		Atingiu	2,6%	
03. Reforçar a capacidade técnica e desenvolvimento de novas ferramentas preditivas para a economia portuguesa	7,5%	7,5%	100%		Atingiu	2,6%	
04. Garantir a preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais	30%	31,1%	104%		Superou	10,5%	R
05. Assegurar os trabalhos relativos à Revisão do Quadro de Governação Económica da União Europeia	20%	20,0%	100%		Atingiu	7,0%	
EFICIÊNCIA	40%	42,0%	104,9%				
06. Contribuir para a prossecução e implementação dos Planos de Recuperação e Resiliência e da Estratégia 2030	15%	19,9%	133%		Superou	6,0%	
07. Apoiar os agentes nacionais e dos países alvo da cooperação portuguesa, privados e públicos, no acesso a soluções de financiamento e investimento mais vantajosas e inovadoras, através das Instituições Financeiras Internacionais e Europeias	22,5%	22,5%	100%		Atingiu	9,0%	
08. Promover a inovação, a modernização administrativa e a desmaterialização de processos	30%	30,0%	100%		Atingiu	12,0%	R*
09. Promover a motivação e a participação dos trabalhadores na gestão	32,5%	32,5%	100%		Atingiu	13,0%	R*
QUALIDADE	25%	25,7%	102,9%				
010. Melhorar a qualidade dos serviços prestados	100%	102,9%	103%		Superou	25,0%	R*
TAXA DE REALIZAÇÃO FINAL	100%	105,2%	105,2%			72,6%	5/10

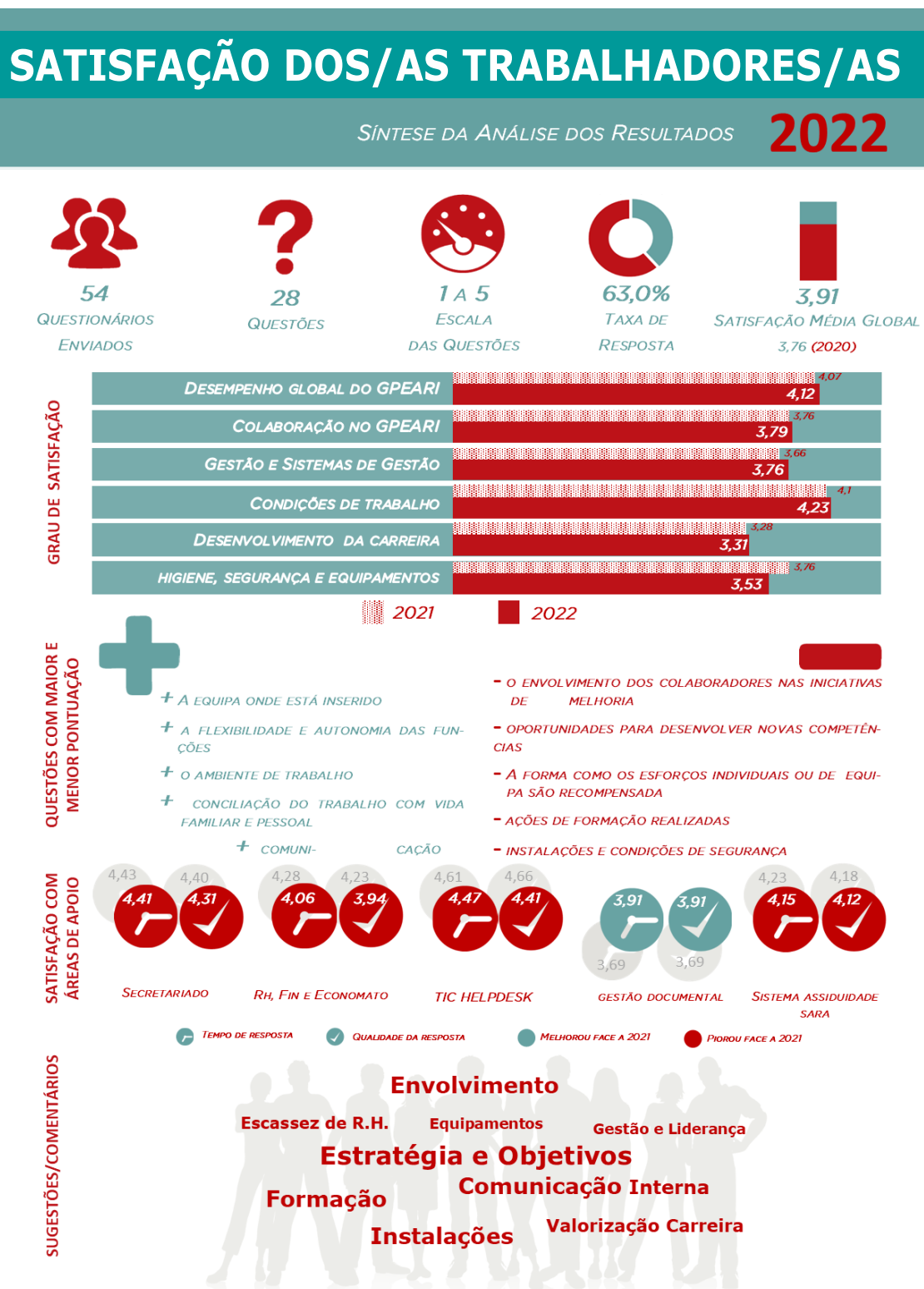
Indicadores		Fonte de Verificação	UO Responsável	Justificação do Valor Crítico
IND1.1.	Número de documentos de política económica elaborados	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Inclui trabalhos de coordenação e participação na elaboração do Programa de Estabilidade; Conta Geral do Estado; Programa Nacional de Reformas; Balanço da participação de Portugal na UE;	DAEP; DPFP; DPGE;DCMIPE;DSF	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND1.2.	Número de documentos técnicos elaborados de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas pela Tutela	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Inclui documentos de análise técnica e de apoio à decisão política.	TODAS	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND1.3.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a organismos da Administração Pública e outras Entidades Nacionais	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Inclui documentos técnicos de resposta a organismos da AP e outras entidades nacionais	DPGE; DAEP; DPFP; DCMPIE, DCRI	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND1.4.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a instituições comunitárias e internacionais	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Inclui documentos técnicos de resposta a instituições comunitárias e internacionais	DPGE; DAEP; DPFP; DSF; DCMPIE, DCRI	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND2.1.	Prazo de elaboração do contributo para o Relatório sobre a Produtividade em Portugal	Data de apresentação pública do Relatório, em parceria com o GEE	DAEP; DPFP	Prazo de antecipação considerado excelente
IND2.2.	Número de seminários organizados pelo GPEARI ou em conjunto com outras entidades	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Seminários e workshops organizados pelo GPEARI ou em parceria	DAEP; DPFP	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND2.3.	Número de estudos económicos e policy papers	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão]	DAEP; DPFP	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND3.1.	Grau de execução do projeto "Novo Modelo Macroeconómico"	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: registos de acompanhamento do Program PARE	DAEP; DPFP	Realizar mais um módulo do que o previsto
IND4.1.	Número de reuniões asseguradas em fóruns europeus e internacionais	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Inscrevem-se neste indicador a representação do GPEARI e do Ministério das Finanças, em fóruns europeus e internacionais, através da preparação e/ou participação em reuniões.	DAEP; DPFP; DPGE; DSF; DCMPIE; DCRI;	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND4.2.	Número de reuniões asseguradas em fóruns nacionais	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Inscrevem-se neste indicador a representação do GPEARI e do Ministério das Finanças, em fóruns nacionais,através da preparação e/ou participação em reuniões.	Todas	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND5.1.	Número de documentos preparados	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Inscrevem-se neste indicador a representação do GPEARI e do Ministério das Finanças no âmbito da PPUE	DPGE;	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND5.2.	Número de reuniões asseguradas	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Inscrevem-se neste indicador as reuniões de coordenação que antecedem as reuniões nos grupos de trabalho presididos pelo GPEARI no âmbito da PPUE	DPGE;	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND6.1.	Número de documentos preparados no âmbito da implementação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência ao nível dos países da União Europeia	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão]	DPGE	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND6.2.	Número de dias de antecipação de entrega dos processos de avaliação ex-ante da Estratégia 2030	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão]	DAEP	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND7.1.	Número de ações e seminários de divulgação de oportunidades de negócio/investimento	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Engloba as iniciativas propostas pelo GPEARI que contribuam para a internacionalização das empresas, consultores e banca nacionais e para o acesso ao financiamento da economia nacional.	DCRI	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND7.2.	Grau de utilidade e adequação das iniciativas e seminários/missões empresariais às necessidades das empresas, consultores e banca nacionais na sua abordagem aos mercados das IPI (%)	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Apurado através do resultado da aplicação de entrevistas estruturadas a uma amostra representativa das entidades que tenham participado nos eventos organizados conjuntamente pelo GPEARI e pela aicep Portugal Global.	DCRI	Grau máximo de utilidade
IND7.3.	Prazo médio de elaboração do parecer GPEARI sobre projetos e/ou instrumentos submetidos no âmbito do Compacto Lusófono.	Conduzir as negociações que permitem a assinatura da Garantia de Portugal no Compacto Lusófono	DCRI	Antecipação da data
IND8.1.	Grau de implementação do projeto "GPEARI.Docs - Gestão documental 2.0"	Execução semestral SAMA 2020	Todas	De acordo com o calendário de execução previsto para o projeto
IND9.1.	N.º de iniciativas de desenvolvimento organizacional	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: registo das iniciativas promovidas	TODAS	Grau máximo de satisfação
IND10.1.	Grau de satisfação dos gabinetes ministeriais (escala de 1 a 5)	Relatório de análise dos resultados dos questionários de satisfação a aplicar aos gabinetes da equipa política do Ministério das Finanças.	Todas	Grau máximo de satisfação
IND10.2.	Grau de satisfação dos utilizadores (escala de 1 a 5)	Relatório de análise dos resultados dos questionários de satisfação a aplicar aos principais interlocutores e utilizadores dos serviços do GPEARI.	Todas	Grau máximo de satisfação

Recursos Humanos													
Designação	Pontuação	Planeados				Realizados		30/set		31/dez		Desvio	Taxa de Execução
		Efetivos	Pontos	Efetivos	Pontos	Efetivos	Pontos	Efetivos	Pontos				
Dirigentes - Direcção superior	20	3	60	3	60	3	60	3	180	0	100%		
Dirigentes - Direcção intermédia	16	16	256	13	208	13	208	13	3328	-3	81%		
Técnico Sup. Especialista de Org. e Finanças*	12	46	552	38	456	37	444	37	20424	-9	80%		
Coordenador Técnico	9	1	9	1	9	1	9	1	9	0	100%		
Técnico de Informática	9	3	27	2	18	2	18	2	54	-1	67%		
Assistente Técnico	8	2	16	2	16	2	16	2	32	0	100%		
Assistente Operacional	5	1	5	1	5	1	5	1	5	0	100%		
Total		72	925	60	767	59	755	59	24027	-13	82%		
* inclui técnicos superiores													
Número de trabalhadores a exercer funções no serviço:	Realizado 31-12-2017	Realizado 31-12-2018	Realizado 31-12-2019	Realizado 31-12-2020	Previsto 31-12-2021	Realizado 31-12-2021	Previsto 31-12-2022	Realizado 30-06-2022	Realizado 30-09-2022	Realizado 31-12-2022			
	65	65	62	62	72	61	72	60	59	59			

Recursos Financeiros									
DESIGNAÇÃO	INICIAL	CORRIGIDO	30-06-2022		EXECUÇÃO 30-09-2022		31-12-2022		SALDO
Orçamento de funcionamento	€ 3 500 297,00	€ 3 500 297,00	€ 1 347 490,72	€ 1 945 859,51	€ 2 890 952,10	€ 609 344,90			
Despesas com Pessoal	€ 2 848 407,00	€ 2 781 804,00	€ 1 236 230,65	€ 1 721 843,60	€ 2 468 268,94	€ 313 535,06			89%
Aquisição de Bens e Serviços	€ 511 140,00	€ 577 721,00	€ 83 041,11	€ 181 297,32	€ 358 095,85	€ 219 625,15			62%
Juros e Outros Encargos	€ -	€ 22,00	€ -	€ -	€ 22,00	€ -			100%
Outras despesas correntes	€ 49 250,00	€ 49 250,00	€ 28 218,96	€ 42 718,59	€ 45 856,49	€ 3 393,51			93%
Aquisição de bens de capital	€ 91 500,00	€ 91 500,00	€ -	€ -	€ 18 708,82	€ 72 797,18			20%
Orçamento de investimento - OE	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -			
Orçamento de investimento - FEDER	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -			
TOTAL	€ 3 500 297,00	€ 3 500 297,00	€ 1 347 490,72	€ 1 945 859,51	€ 2 890 952,10	€ 609 344,90			83%

A3. RESULTADOS SINTÉTICOS DOS QUESTIONÁRIOS DE SATISFAÇÃO

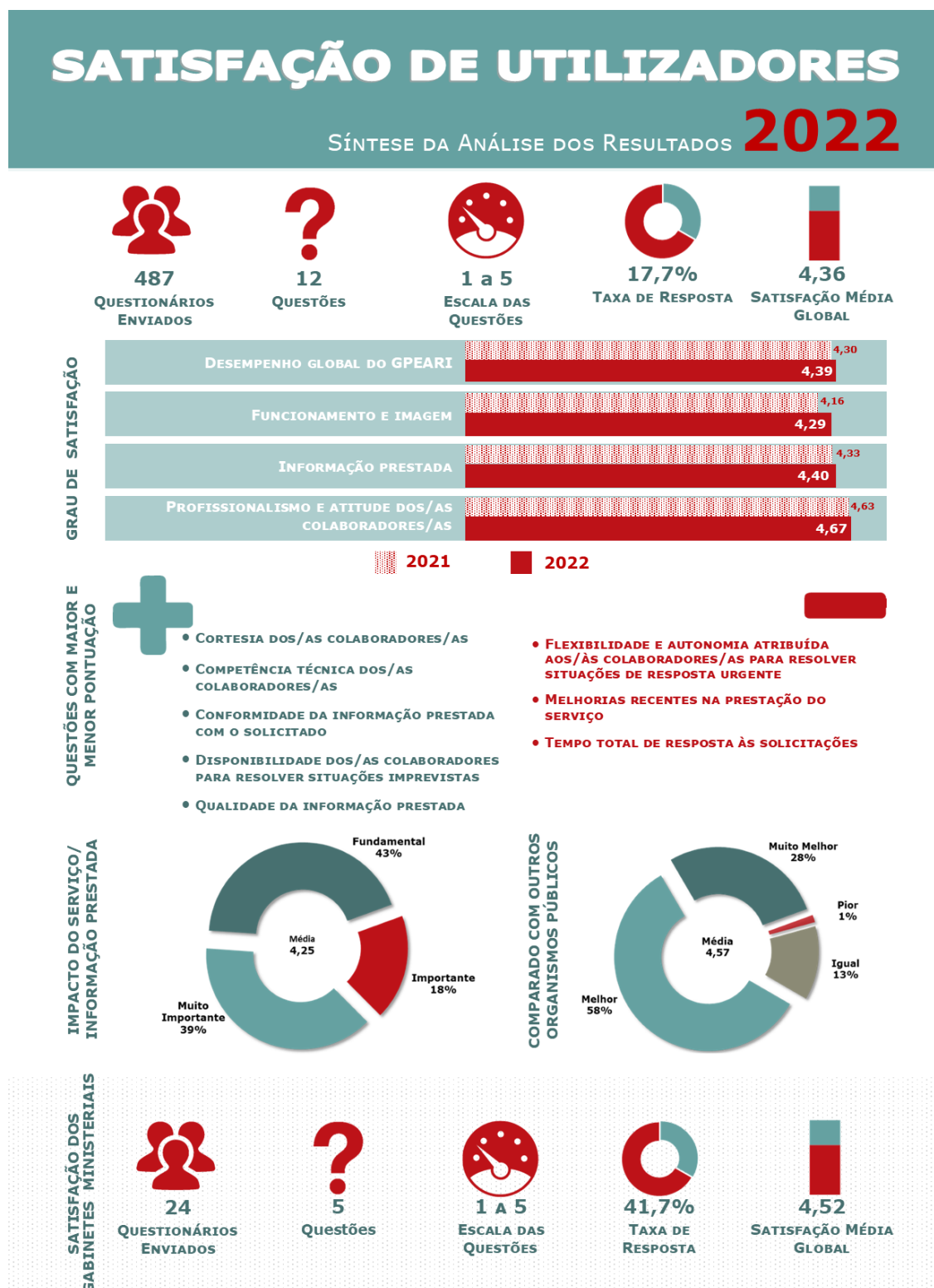
1. TRABALHADORES/AS



FONTE: QUESTIONÁRIO 2022 | FEVEREIRO 2023

08 | MARÇO | 2023

2. UTILIZADORES E GABINETES MINISTERIAIS



FONTE: QUESTIONÁRIO 09.02.2023 | 17.02.2023

13|MARÇO|2023

A4. EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES POR UNIDADE ORGÂNICA

A. DPFP | Departamento de Políticas e Finanças Públicas



ÁREAS DE INTERVENÇÃO

Relatório do Orçamento do Estado, Orçamento do Cidadão, Programa de Estabilidade, contributos para as Grandes Opções do Plano, para o Programa Nacional de Reformas e para a Conta Geral do Estado	Conjuntura económica nacional, Finanças Públicas, Dívida Pública	Cenarização macro-orçamental	Missões do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (CE BCE e FMI), OCDE, Comissão Europeia, FMI, Agências de Rating, Banco de Portugal	Grupos de Trabalho da Comissão Europeia: Economic Forecasts, Ageing Population and Sustainability
Conselho Superior de Estatística e GT C.S. Saúde, Conselho de Acompanhamento das Políticas Financeiras das Regiões Autónomas, entre outros	Avaliação de Políticas Públicas	Acompanhamento da implementação da Lei de Enquadramento Orçamental e da reforma da Gestão Financeira Pública	Acompanhamento das Políticas de Ação Climática	

RESULTADOS

TAXA DE EXECUÇÃO	ATIVIDADES EXTRA-PLANO	OBJETIVOS	INDICADORES			
			N.º	SUPERADOS	ATINGIDOS	NÃO ATINGIDOS
100,0%	21,2%	6	13	6 (46%)	7 (54%)	0 (0%)

Para a concretização e avaliação do desempenho do DPFP foram definidos seis objetivos e treze indicadores, cujos resultados levaram à superação ou cumprimento de todos os objetivos propostos para o ano de 2022.

DESTAQUES

Políticas e Finanças Públicas No domínio das políticas e finanças públicas, o ano de 2022 foi marcado pela elaboração da segunda Proposta de Orçamento do Estado para 2022 e do Programa de Estabilidade 2022-2026. Paralelamente, registou-se um reforço do papel do GPEARI, e qualificação da respetiva intervenção, no acompanhamento e prestação de informação de política orçamental aos gabinetes do Ministério das Finanças e na análise técnica de apoio a órgãos consultivos da União Europeia, nomeadamente ao Comité de Política Económica e ao Comité Económico e Financeiro. No decurso do ano, destaque para o constante acompanhamento e contributo para o Plano de Resiliência e Recuperação, mormente na questão da avaliação de impactos.

Grupo de Trabalho dos Indicadores das Desigualdades Sociais e Coordenação do Subgrupo Fiscalidade e Rendimento Em 2022, o GPEARI manteve a sua presença ativa neste grupo de trabalho, tendo sido desenvolvido trabalho que se prolongaria por 2023.

Avaliação de Políticas Públicas No domínio das políticas públicas, finalizada a implementação do projeto financiado pelo Programa de Apoio às Reformas Estruturais da Comissão Europeia, com o intuito de adquirir e aprofundar conhecimentos técnicos especializados para o desenvolvimento desta área de trabalho, o ano de 2022 foi um ano de implementação, nomeadamente no que se refere à avaliação das reformas estruturais e outras avaliações *ex-post* de políticas públicas.

Qualidade das Finanças Públicas O GPEARI reforçou a sua participação ativa em processos de melhoria da qualidade das finanças públicas, nomeadamente com a continuidade da formação em *Green Budgeting* e no arranque de um novo processo referente ao exercício de revisão da despesa, projetos que virão a desenvolver e implementar plenamente em 2023.

Informação e Publicações O GPEARI manteve a sua atividade editorial no campo das Finanças Públicas, com a publicação regular do *Dossier* de Finanças Públicas e do *Dossier* de Comparações Internacionais. Introduzindo também

o Finanças Públicas | Destaques; do novo Boletim Trimestral da Economia Portuguesa (em parceria com o Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e do Mar), após descontinuação do anterior congénere mensal,

e da Nota da Dívida; dos Indicadores Mensais de Conjuntura e da Síntese Diária dos Indicadores de Conjuntura, bem como do *Portugal: Latest Key Developments*.

QUAR / EXTRA-QUAR	Objetivos	Peso do Objetivo		Indicadores	Peso do Indicador	2020	2021	Meta UO	Tol. UO	Meta UO + Tolerância	Meta GPEARI + Tolerância	RESULTADO	Taxa Execução	Tx. Execução PA	Tx. Execução Extra-PA
OBJETIVOS QUAR															
1	Assegurar o apoio técnico à elaboração de documentos de política económica e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	30%	1.1.	Número de documentos de política económica elaborados	25%	10	18	7	1	6-8	7-9	7	100%	7,5%	0%
			1.2.	Número de documentos técnicos elaborados de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas pela Tutela	25%	58	37	35	5	30-40	232-312	48	120%	7,5%	1,5%
			1.3.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a organismos da Administração Pública e outras Entidades Nacionais	25%	20	31	20	2	18-22	490-590	19	100%	7,5%	0%
			1.4.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a instituições comunitárias e internacionais	25%	36	24	25	4	21-29	545-665	31	107%	7,5%	0,5%
2	Contribuir para o debate da economia nacional, do crescimento, da produtividade e das finanças públicas	30%	2.1.	Prazo de elaboração do contributo para o Relatório sobre a Produtividade em Portugal	30%	287	346	365	15	350-380	335-365	365	100%	9,0%	0%
			2.2.	Número de seminários organizados pelo GPEARI ou em conjunto com outras entidades	20%	2	1	1	0	1	9-13	1	100%	6,0%	0%
			2.3.	Número de estudos económicos e policy papers	50%	5	3	4	0	4	7-9	5	125%	15,0%	3,8%
3	Reforçar a capacidade técnica e desenvolvimento de novas ferramentas preditivas para a economia portuguesa	15%	3.1.	Grau de execução do projeto "Novo Modelo Macroeconómico"	50%	60	100%	75%	5%	70%-80%	65%-85%	75%	100%	7,5%	0%
			3.2.	Grau de execução do projeto "Formação em Green Budgeting"	50%			95%	5%	90%-100%	90%-100%	90%	100%	7,5%	0%
4	Garantir a preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais	2%	4.1.	Número de reuniões asseguradas em fóruns europeus e internacionais	60%	15	20	20	1	19-21	670-820	20	100%	1,2%	0%
			4.2.	Número de reuniões asseguradas em fóruns nacionais	40%	28	27	30	4	26-34	309-369	41	121%	0,8%	0,2%
OBJETIVOS EXTRA-QUAR															
EQ1	Garantir a disponibilização de informação estatística, macro-financeira e orçamental	8%	EQ1.1.	Número de publicações e relatórios estatísticos disponibilizados no sítio da internet do GPEARI	100%	56	55	38	5	33-43	315-335	48	112%	8,0%	0,9%
EQ3	Coordenar o acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico de Portugal e de outras missões regulares de instituições europeias e internacionais	15%	EQ3.1.	Número de reuniões organizadas no âmbito de missões	100%	5	4	2	0	2	45-75	4	200%	15,0%	15,0%
Taxa de Execução Global													100%	22%	

B. DAEP | Departamento de Análise, Estudos e Previsão



ÁREAS DE INTERVENÇÃO

Relatório do Orçamento do Estado, Programa de Estabilidade, contributos para as Grandes Opções do Plano, para o Programa Nacional de Reformas e para a Conta Geral do Estado

Conjuntura económica nacional e internacional

Cenarização macroeconómica

Missões do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (CE, BCE e FMI), OCDE, Comissão Europeia, FMI, Agências de Rating, Banco de Portugal

Grupos de Trabalho da Comissão Europeia: Economic Forecasts, Output Gaps, LIME

Conselho Superior de Estatística

Conselho para a Produtividade

Avaliação do Impacto Legislativo – “Custa Quanto?”

Avaliação de reformas estruturais

Organização de Seminários

RESULTADOS

TAXA DE EXECUÇÃO	ATIVIDADES EXTRA-PLANO	OBJETIVOS	INDICADORES			
			N.º	SUPERADOS	ATINGIDOS	NÃO ATINGIDOS
100%	5,8%	7	13	4 (31%)	9 (69%)	0 (0%)

O DAEP definiu para 2022 um conjunto de sete objetivos e treze indicadores, cujos resultados levaram à superação ou cumprimento de todos os objetivos propostos para o ano de 2022.

Destaques

Informação e Publicações O GPEARI manteve a sua atividade editorial no campo da Análise Económica e das Finanças Públicas, com a publicação regular do Boletim Trimestral da Economia Portuguesa (em parceria com o Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e do Mar), após a descontinuação do anterior congénere mensal, da Nota Económica de Curto Prazo, da Nota de Comércio Externo e da Nota de Preços; dos Indicadores Mensais de Conjuntura e da Síntese Diária dos Indicadores de Conjuntura, bem como do *Portugal: Latest Key Developments*; iniciou-se ainda a publicação da Síntese de Indicadores Internacionais e da Síntese de Indicadores de Alta Frequência.

Avaliação Macroeconómica de Reformas Estruturais Em 2022, o GPEARI prosseguiu o projeto de quantificação macroeconómica do impacto das reformas estruturais, solidificando as metodologias que têm vindo a ser desenvolvidas internamente, em colaboração com outros ministérios, com a academia e com organizações internacionais. Este trabalho reveste-se de particular relevância não só na definição de políticas (nomeadamente no âmbito do Programa Nacional de Reformas), mas também no

aperfeiçoamento das medidas já implementadas. Neste âmbito, o GPEARI beneficiou de formações sobre QUEST III e de avaliação de reformas estruturais no âmbito do projeto financiado pelo Programa de Apoio às Reformas Estruturais da Comissão Europeia. Foram especialmente relevantes as avaliações do impacto dos investimentos e reformas do Plano de Recuperação e Resiliência.

Promoção da Discussão de Temas Relevantes para a Economia Portuguesa O GPEARI deu continuidade à dinamização do ciclo de seminários mensais sobre a economia portuguesa, em colaboração com o Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e do Mar. Estes eventos, abertos a todos os interessados, pretendem promover a discussão e a colaboração entre os quadros do GPEARI e outras entidades, nomeadamente a academia, outros ministérios, instituições internacionais, Banco de Portugal, entre outros. No ano de 2022, foram realizados um total de doze seminários, que se debruçaram sobre um largo conjunto de temáticas, designadamente sobre o impacto económico da pandemia de COVID-19. Destaque ainda para a realização do II *workshop* sobre avaliação de políticas públicas.

Conselho para a Produtividade O GPEARI manteve a sua participação ativa no Conselho para a Produtividade, um órgão constituído pelo GPEARI e pelo Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e do Mar, criado com o intuito de acompanhar o desempenho das políticas públicas na área da produtividade e reforçar a discussão pública e alargada sobre o tema a nível nacional e internacional. Neste âmbito, destaque para a participação num seminário organizado pelo Conselho Económico e Social com o Conselho para a Produtividade.

Avaliação de Impacto Legislativo – “Custa Quanto?” Tendo sido designado como a entidade responsável no Ministério das Finanças por prestar apoio técnico no âmbito da implementação do procedimento de Avaliação de Impacto Legislativo, o GPEARI continuou a sua atividade neste âmbito, assegurando a continuidade do desenvolvimento de conhecimento na temática, tendo realizado estes exercícios em estreita colaboração com

os Gabinetes Ministeriais e com a Unidade Técnica de Avaliação de Impacto Legislativo (UTAIL-JurisAPP).

Novo Modelo Macroeconómico O GPEARI beneficiou em 2022 de um projeto financiado pelo *Technical Support Instrument* da DG Reform da Comissão Europeia, que possibilitou o desenvolvimento de um novo modelo macroeconómico para a economia portuguesa pelo Banco Mundial. Para além do desenvolvimento do modelo, realizaram-se três ciclos, um virtual e dois presenciais, de formação e capacitação dos técnicos do GPEARI sobre este novo instrumental analítico.

Publicações O GPEARI publicou em 2022 quatro artigos, focados em questões referentes aos temas da produtividade, da fiscalidade e da avaliação de políticas públicas.

QUAR / EXTRA- QUAR	Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores		Peso do Indicador	2020	2021	Meta UO	Tol. UO	Meta UO + Tolerância	Meta GPEARI + Tolerância	RESULTADO	Taxa Execução	Tx. Execução PA	Tx. Execução Extra-PA
OBJETIVOS QUAR															
1	Assegurar o apoio técnico à elaboração de documentos de política económica e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	22%	1.1.	Número de documentos de politica económica elaborados	25%	11	9	7	1	6-8	7-9	6	100%	5,5%	0%
			1.2.	Número de documentos técnicos elaborados de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas pela Tutela	25%	47	30	30	7	23-37	232-312	56	151%	5,5%	2,8%
			1.3.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a organismos da Administração Pública e outras Entidades Nacionais	25%	35	51	20	2	18-22	490-590	19	100%	5,5%	0%
			1.4.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a instituições comunitárias e internacionais	25%	23	16	15	1	14-16	545-665	15	100%	5,5%	0%
2	Contribuir para o debate da economia nacional, do crescimento, da produtividade e das finanças públicas	17%	2.1.	Prazo de elaboração do contributo para o Relatório sobre a Produtividade em Portugal	30%	287	346	365	15	350-380	335-365	365	100%	5,1%	0%
			2.2.	Número de seminários organizados pelo GPEARI ou em conjunto com outras entidades	20%	10	11	10	2	8-12	9-13	12	100%	3,4%	0%
			2.3.	Número de estudos económicos e policy papers	50%	4	5	4	1	3-5	7-9	3	100%	8,5%	0%
3	Reforçar a capacidade técnica e desenvolvimento de novas ferramentas preditivas para a economia portuguesa	17%	3.1.	Grau de execução do projeto "Novo Modelo Macroeconométrico"	100%	-	-	75%	5%	70%-80%	65%-85%	85%	106%	17,0%	1,1%
4	Garantir a preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais	17%	4.1.	Número de reuniões asseguradas em fóruns europeus e internacionais	60%	86	101	100	2	98-102	670-820	110	108%	10,2%	0,8%
			4.2.	Número de reuniões asseguradas em fóruns nacionais	40%	49	71	75	4	71-79	309-369	73	100%	6,8%	0%
6	Contribuir para a prossecução e implementação dos Planos de Recuperação e Resiliência e da Estratégia 2030	7%	6.2.	Número de dias de antecipação de entrega dos processos de avaliação ex-ante da Estratégia 2030	100%	-		10	2	8-12	8-12	10	100%	7,0%	0%
OBJETIVOS EXTRA-QUAR															
EQ1	Garantir a disponibilização de informação estatística, macro-financeira e orçamental	15%	EQ1.1.	Número de publicações e relatórios estatísticos disponibilizados no sítio da internet do GPEARI	100%	301	311	314	9	305-323	315-335	395	122%	15,0%	1,1%
EQ3	Coordenar o acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico de Portugal e de outras missões regulares de instituições europeias e internacionais	5%	EQ3.1.	Número de reuniões organizadas no âmbito de missões	100%	5	4	2	0	2	45-75	2	100%	5,0%	0%
Taxa de Execução Global													100,0%	5,8%	

C. DPGE | Departamento de Política e Governação Europeia



ÁREAS DE INTERVENÇÃO

Coordenação e acompanhamento do Pós Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal

Coordenação e participação nos trabalhos preparatórios do Conselho ECOFIN, Eurogrupo, Comité Económico e Financeiro (CEF), Eurogroup Working Group (EWG), CEF Alternates, SCIMF, Comité de Política Económica, Conselho Europeu; OCDE, CIAE

Questões Económico-Financeiras, a nível da política europeia: operacionalização dos requisitos estabelecidos pela legislação Europeia - Six-Pack, Two-Pack e Tratado Orçamental; Semestre Europeu, Procedimento por Desequilíbrios Excessivos e Programas de Parceria Económica; Implementação do Pacto de Estabilidade e Crescimento: Procedimentos de Défices Excessivos; União Económica e Monetária

Atividade do Mecanismo Europeu de Estabilidade e do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira

Quadro Financeiro Plurianual e do Orçamento da União Europeia

Atividade de Instituições Internacionais: Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico e Fundo Monetário Internacional e processos conjuntos com o Banco de Portugal

Negociação, preparação e contingência da saída do Reino Unido da União Europeia e relação futura

Nova Geração EU e Mecanismo de Recuperação e Resiliência

Resultados

TAXA DE EXECUÇÃO	ATIVIDADES EXTRA-PLANO	OBJETIVOS	INDICADORES			
			N.º	SUPERADOS	ATINGIDOS	NÃO ATINGIDOS
100%	5,3%	7	14	6 (43%)	8 (57%)	0 (0%)

O DPGE identificou sete objetivos que se traduziram em quatorze indicadores, que permitiram a superação ou a concretização dos objetivos propostos para o ano de 2022.

Destaques

Revisão do quadro de governação económica da UE No âmbito da necessidade de revisão do quadro de governação económica da UE, o GPEARI acompanhou os trabalhos desenvolvidos, durante o ano de 2022, sobre este importante debate, nomeadamente no contexto das reuniões do Comité Económico e Financeiro de suplentes.

Os debates decorridos foram pautados por uma abordagem geral durante o primeiro semestre do ano, e por uma dinâmica mais específica, no seguimento da publicação, por parte da Comissão, da Comunicação que define orientações para um quadro de governação económica da União Europeia revisto, em novembro, e focaram-se em particular, nas trajetórias de ajustamento orçamental e na análise da sustentabilidade das dívidas, nas questões específicas da área do euro e nos planos orçamentais de médio prazo.

Assistência Macrofinanceira à Ucrânia No contexto da guerra na Ucrânia, em curso desde 24 de fevereiro de 2022, os impactos económicos e financeiros sobre a Ucrânia foram profundos e diferenciados. Na esfera financeira, o GPEARI participou no debate de

como mitigar o impacto da perda de acesso ao mercado e uma queda drástica das receitas públicas da Ucrânia, enquanto a despesa pública necessária para lidar com a questão humanitária e manter a continuidade dos serviços públicos aumentou consideravelmente. Neste âmbito, foi acordado, pelo Conselho Europeu, prover à Ucrânia uma nova assistência macrofinanceira excecional de até nove mil milhões de euros no ano de 2022. Já no final do ano de 2022, o GPEARI participou igualmente nas discussões relativas programa de assistência macrofinanceira excecional, que permitirá conceder à Ucrânia um apoio financeiro de 18 mil milhões de euros. Esta assistência financeira foi debatida diversas vezes no Conselho da União Europeia, nomeadamente as suas modalidades, em particular no contexto do Comité Económico e Financeiro, tendo o GPEARI participado ativamente nos trabalhos de coordenação da posição do Ministério das Finanças, nomeadamente no que diz respeito aos procedimentos nacionais necessários à concessão destes programas de assistência.

Instrumento Próxima Geração EU O Instrumento Próxima Geração UE foi fixado em 750 mil milhões de euros, divididos em subvenções e empréstimos de 390 e 360 mil milhões de euros, respetivamente. Estes montantes incluem as verbas do seu principal instrumento, adotado pelo Conselho em fevereiro de 2021, o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), o qual disponibilizará 672,5 mil milhões de euros (312,5 mil milhões de euros em subvenções e 360 mil milhões de euros em empréstimos) com o objetivo de os apoiar na resposta ao impacto da pandemia de COVID-19, promover a transição ecológica e digital e construir sociedades mais resilientes e inclusivas. Os 27 estados-membros recebem apoio do MRR com base nos seus Planos de Recuperação e Resiliência (PRRs) que, por sua vez, devem conter um pacote coerente de reformas e investimentos em torno de seis domínios de intervenção: transição ecológica; transformação digital; crescimento e emprego inteligentes, sustentáveis e inclusivos; coesão social e territorial; saúde e resiliência; políticas para a próxima geração, incluindo em matéria de educação e competências. O GPEARI deu apoio aos trabalhos do Conselho ECOFIN e Comitês preparatórios com vista às aprovações dos Planos de Recuperação e Resiliência e à análise e discussão das avaliações da Comissão Europeia relativas ao cumprimento de metas e marcos relativos à implementação dos Planos. O GPEARI participou ativamente nos trabalhos de coordenação da posição do Ministério das Finanças relativa a esta

temática, em particular na análise de todos os PRRs propostos pelos diferentes estados-Membros e na preparação dos Conselhos ECOFIN e Comitês preparatórios com vista à aprovação dos PRRs e dos pedidos de pagamento relacionados e nas iniciativas relacionadas com o respetivo sistema de financiamento do Mecanismo, incluindo a emissão de obrigações verdes.

Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal e outras missões regulares O GPEARI, enquanto entidade à qual está legalmente atribuída a coordenação deste processo, garantiu a permanente articulação com os diversos ministérios e entidades nacionais e a interlocução com as instituições internacionais, assegurando, assim, no decurso do ano, a realização de duas missões de acompanhamento e supervisão Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro e o cumprimento do *Agreement on Data Provision*. O GPEARI assegurou igualmente a organização e coordenação nacional da missão técnica relativa ao *Survey* da OCDE a Portugal, bem como a conclusão da missão Artigo IV do FMI. No decurso de 2022, o GPEARI organizou a habitual missão da Comissão Europeia, no âmbito do Semestre Europeu e do PRR.

Brexit O GPEARI coordenou a posição do Ministério das Finanças nas discussões relativas à implementação do Acordo de Comércio e Cooperação e do Protocolo relativo à Irlanda e Irlanda do Norte e do Acordo de saída.

QUAR / EXTRA- QUAR	Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores		Peso do Indicador	2020	2021	Meta UO	Tol. UO	Meta UO + Tolerância	Meta GPEARI + Tolerância	RESULTADO	Taxa Execução	Tx. Execução PA	Tx. Execução Extra-PA
OBJETIVOS QUAR															
1	Assegurar o apoio técnico à elaboração de documentos de política económica e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	20%	1.1.	Número de documentos de política económica elaborados	25%	1	1	1	0	1	7-9	1	100%	5%	3%
			1.2.	Número de documentos técnicos elaborados de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas pela Tutela	25%	41	31	30	5	25-35	232-312	57	163%	5%	1%
			1.3.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a organismos da Administração Pública e outras Entidades Nacionais	25%	34	27	30	5	25-35	490-590	41	117%	5%	0%
			1.4.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a instituições comunitárias e internacionais	25%	116	106	90	10	80-100	545-665	105	105%	5%	0%
4	Garantir a preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais	30%	4.1.	Número de reuniões asseguradas em fóruns europeus e internacionais	60%	169	175	175	15	160-190	670-820	196	103%	18%	1%
			4.2.	Número de reuniões asseguradas em fóruns nacionais	40%	22	14	14	4	10-18	309-369	12	100%	12%	0%
5	Assegurar os trabalhos relativos à Revisão do Quadro de Governação Económica da União Europeia	10%	5.1.	Número de documentos preparados	50%	-	-	25	5	20-30	20-30	24	100%	5,0%	0%
			5.2.	Número de reuniões asseguradas	50%	-	-	20	3	17-23	17-23	22	100%	5,0%	0%
6	Contribuir para a prossecução e implementação dos Planos de Recuperação e Resiliência e da Estratégia 2030	10%	6.1	Número de documentos preparados no âmbito da implementação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência ao nível dos países da União Europeia	100%	-	-	45	5	40-50	40-50	71	142%	10%	13%
OBJETIVOS EXTRA-QUAR															
EQ2	Fomentar a disponibilização de informação de reporte às instituições europeias e internacionais	7,5%	EQ2.1.	Número de reportes às instituições europeias e internacionais	100%	110	99	80	15	65-95	65-95	78	100%	8%	0%
EQ3	Coordenar o acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico de Portugal e de outras missões regulares de instituições europeias e internacionais	15%	EQ3.1.	Número de reuniões organizadas	34%	71	110	65	10	55-75	45-75	89	119%	5%	0%
			EQ3.2.	Prazo médio para apresentação dos Relatórios Técnicos de reporte das missões, contado a partir do último dia de cada missão semestral (dias)	33%	9,0	8,0	8	2	6-10	6-10	7	100%	5%	0%
			EQ3.3.	Número de reportes decorrentes das missões regulares de instituições europeias e internacionais	33%	37	94	65	15	50-80	50-80	68	100%	5%	0%
EQ4	Garantir a coordenação da posição do MF nas questões relativas à implementação do Quadro Financeiro Plurianual, do Orçamento da União Europeia e Recursos Próprios	7,5%	EQ4.1.	Nº de respostas a pedidos relativos ao Quadro Financeiro Plurianual, ao Orçamento da União Europeia e Recursos Próprios	100%	-	-	16	2	14-18	14-18	17	100%	8%	0%
Taxa de Execução Global												100,0%	5,3%		



ÁREAS DE INTERVENÇÃO

Acompanhamento do processo legislativo europeu na área dos serviços financeiros (supervisão e regulação de instituições financeiras, infraestruturas de mercado, mercados e instrumentos financeiros, gestão de ativos, serviços financeiros a retalho e pagamentos)

Coordenação e representação do Ministério das Finanças no Comité Serviços Financeiros do Conselho da UE, Grupo Serviços Financeiros do Conselho da UE, Grupos de Peritos da Comissão Europeia (EGBPI, EGESC, EGMC, EGRFS, EGDMI, etc.), Comités de nível 2 (ESC, EBC, EIOPC, PC), Task Force on Coordinated Action, Comité Serviços Financeiros da OCDE

Contribuição para a preparação da representação Portuguesa no ECOFIN, Eurogrupo, CEF, Eurogroup Working Group, CEF Alternates, CPE, Conselho Europeu e CIAE

Apoio à política legislativa do Ministérios das finanças: iniciativas nacionais e transposição ou aplicação de legislação da União Europeia na ordem interna

Acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal

RESULTADOS

TAXA DE EXECUÇÃO	ATIVIDADES EXTRA-PLANO	OBJETIVOS	INDICADORES			
			N.º	SUPERADOS	ATINGIDOS	NÃO ATINGIDOS
100%	55,9%	3	6	4 (67%)	2 (33%)	0 (0%)

Para a concretização da atividade do DSF foram definidos três objetivos e seis indicadores, tendo sido superados ou atingidos todos os objetivos propostos para o ano de 2022.

DESTAQUES

União Bancária No âmbito da revisão do quadro de gestão de crises bancárias e sistemas de garantia de depósitos (CMDI), foi assumida uma postura construtiva durante todo o processo negocial, procurando, em particular, assegurar o rápido estabelecimento do Sistema de Garantia de Depósitos Europeu como elemento central para completar a União Bancária. Não se mostrando possível avançar já com este pilar, foi apoiada e subscrita a necessidade de avançar com a proposta de revisão da CMDI, considerando a necessidade de melhorar o quadro de gestão de crises para os bancos de pequena e média dimensão, muito presentes em Portugal, enquanto se assegura igualmente um elevado nível de proteção dos depósitos e depositantes, os quais constituem o principal elemento de aforro das famílias portuguesas e empresas nacionais, em especial as PMEs.

Mecanismo Europeu de Estabilidade Foi concluída, atempadamente, a ratificação do Acordo que altera o Tratado que cria o Mecanismo Europeu de Estabilidade e do Acordo relativo à transferência e mutualização das contribuições para o Fundo Único de Resolução.

Regulação Bancária No âmbito dos Mecanismos Únicos de Supervisão e de Resolução e na sequência da última atualização do quadro regulatório da resolução bancária, foram identificados elementos que mereciam ajustamento legislativo adicional. Assim, ao longo de 2022, decorreram as negociações com o Parlamento Europeu e os trólogos entre os legisladores, tendo a adoção formal do regulamento ocorrido no último trimestre. Assegurou-se a participação nas negociações para a introdução do “Output Floor” a nível internacional, que pretende reduzir a excessiva variabilidade dos requisitos de capital e melhorar a comparação dos rácios de capital entre instituições de crédito, tendo acautelado as principais preocupações nacionais.

União dos Mercados de Capitais No âmbito da União dos Mercados de Capitais, prosseguiu-se com os trabalhos relativos a iniciativas constantes do Plano de Ação definido, tendo sido alcançado o acordo para uma abordagem geral do Conselho relativamente ao pacote relativo à criação de um ponto de acesso único europeu, à revisão do Regulamento (UE) n.º 600/2014 relativo aos mercados de instrumentos financeiros – em que se destaca a adição de opções nacionais relativas à divulgação de informação

sobre transações - e à revisão da Diretiva (UE) n.º 2011/61 relativa aos Gestores de Fundos de Investimento Alternativos. Foi também alcançado acordo em fase de trólogos relativo à revisão do Regulamento (EU) n.º 2015/760 relativo aos Fundos Europeus de Investimento a Longo Prazo.

Ainda no âmbito do referido Plano de Ação da Comissão para a União dos Mercados de Capitais, foi apoiada a concretização das iniciativas previstas, destacando-se (i) a facilitação do acesso a informação relevante sobre empresas europeias como forma de fomento do investimento nestas entidades; (ii) a melhoria do enquadramento para o investimento, designadamente para os investidores não profissionais, mediante o incremento da transparência relativa a transações no mercado de capitais; (iii) a transição para uma economia sustentável e digital por via da promoção do investimento em organismos de investimento coletivo constituídos para o efeito; e (iv) a harmonização a nível europeu de formas de financiamento alternativas ao financiamento bancário, em particular para as pequenas e médias empresas.

Tecnologia Financeira (Fintech) Foram alcançados acordos, com o Parlamento Europeu, relativos ao pacote “Financiamento Digital”, no que

respeita aos Regulamentos relativos aos mercados de criptoativos (MICA), à resiliência operacional digital (DORA) e ao estabelecimento de um regime piloto para infraestruturas de mercado que pretendam experimentar, negociar e liquidar transações de instrumentos financeiros sob a forma de criptoativos.

Financiamento Sustentável Foi assegurada a participação na negociação de várias iniciativas no domínio do financiamento sustentável, nomeadamente a nova Estratégia de Financiamento Sustentável apresentada pela Comissão Europeia em 2021, que foi acompanhada pela apresentação de uma proposta de regulamento que estabelece o regime para as obrigações verdes europeias.

Outras iniciativas do Conselho e da Comissão Europeia Foram atingidos desenvolvimentos em outras iniciativas, nomeadamente, a proposta de diretiva que visa alterar a Diretiva Solvência II e a proposta de uma nova diretiva que visa criar um quadro para a recuperação e resolução das empresas de seguros e de resseguros (IRRD).

QUAR / EXTRA- QUAR	Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores		Peso do Indicador	2020	2021	Meta UO	Tol. UO	Meta UO + Tolerância	Meta GPEARI + Tolerância	RESULTADO	Taxa Execução	Tx. Execução PA	Tx. Execução Extra-PA
OBJETIVOS QUAR															
1	Assegurar o apoio técnico à elaboração de documentos de política económica e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	40%	1.1.	Número de documentos de política económica elaborados	20%	1	1	1	0	1	7-9	1	100% 	8,0%	0%
			1.2.	Número de documentos técnicos elaborados de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas pela Tutela	40%	36	18	10	2	8-12	232-312	38	317% 	16,0%	34,67%
			1.4.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a instituições comunitárias e internacionais	40%	22	16	80	5	75-85	545-665	134	158% 	16,0%	9,22%
4	Garantir a preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais	40%	4.1.	Número de reuniões asseguradas em fóruns europeus e internacionais	60%	139	59	270	10	260-280	670-820	311	111% 	24,0%	2,66%
			4.2.	Número de reuniões asseguradas em fóruns nacionais	40%	22	7	10	2	8-12	309-369	19	158% 	16,0%	9,33%
OBJETIVOS EXTRA-QUAR															
EQ3	Coordenar o acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico de Portugal e de outras missões regulares de instituições europeias e internacionais	20%	EQ3.1.	Número de reuniões organizadas no âmbito de missões	100%	21	n.d.	4	2	2-6	45-75	4	100% 	20,0%	0%
Taxa de Execução Global												100,0%	55,9%		

E. DCMIPE | Departamento de Contencioso, Mercado Interno e Política Externa



ÁREAS DE INTERVENÇÃO

Acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal

ECOFIN, CEF, CEF Alternates, Financial Services Committee, CPE, Conselho Europeu

Advisory Task Force on the OECD Codes of Liberalisation (ATFC)

CIAE, CIPE, CNDH

Estratégia para o mercado único de bens e serviços, direito das sociedades, fiscalidade e questões aduaneiras, auxílios do Estado

Contencioso e pré-contencioso da UE, EU-Pilot, Solvit, transposição ou aplicação de legislação na ordem jurídica interna, Late Payment Directive Expert Group

Convenções, acordos e protocolos

Combate ao branqueamento de capitais, ao financiamento do terrorismo e ao financiamento da proliferação, Comissão de Coordenação das Políticas de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo, *Expert Group on Money Laundering and Terrorist Financing (EGMLTF)*, *Financial Action Task Force (FATF)*

Exercício das atribuições de autoridade nacional competente (ANC) em matéria de medidas restritivas onjuntamente com o organismo desigando do MNE, *Expert Group on Union restrictive measures and extra-territoriality, Subgroup on asset freezes and reporting, Senior Sanctions Expert Group, Task Force "Freeze and Seize", RELEX - Sanctions Committee*

Comité de Política Comercial, questões multilaterais (OMC), questões regionais e bilaterais (Grupo EFTA, Grupo Alargamento, Grupo Balcãs Ocidentais, África Caraíbas e Pacífico, América do Norte, América Latina, Ásia, Mediterrâneo e Médio Oriente)

RESULTADOS

TAXA DE EXECUÇÃO	ATIVIDADES EXTRA-PLANO	OBJETIVOS	INDICADORES			
			N.º	SUPERADOS	ATINGIDOS	NÃO ATINGIDOS
100%	14,9%	3	7	2 (29%)	5 (71%)	0 (0%)

Para a concretização da atividade do DCMIPE foram definidos três objetivos e sete indicadores, superando ou atingindo todos objetivos propostos para o ano de 2022.

DESTAQUES

Execução do Direito Europeu Foi dada continuidade aos trabalhos decorrentes de processos de pré-contencioso e de contencioso europeu, sendo assegurada, no âmbito do pré-contencioso, a resposta a cartas da Comissão Europeia, a elaboração de relatórios de monitorização e a realização de reuniões, num contexto de interação regular com os serviços daquela instituição, e, no âmbito do contencioso, a elaboração de peças processuais a apresentar junto do Tribunal de Justiça da UE, em interação com outros serviços e organismos da área das Finanças.

Foi igualmente assegurada resposta aos pedidos de informação e denúncias apresentados ao abrigo do procedimento *EU Pilot*.

Transposição de Diretivas Foi dada continuidade aos trabalhos de acompanhamento da transposição para o ordenamento jurídico nacional dos diplomas legislativos aprovados ao nível da UE. De

realçar a continuação do apoio prestado pelo GPEARI aos gabinetes governamentais do Ministério na análise de diplomas de transposição, bem como os esclarecimentos prestados à Comissão Europeia sobre os diplomas notificados, no âmbito do exercício regular de avaliação da transposição conduzido por aquela instituição. De realçar também, neste contexto, o envolvimento do GPEARI nos restantes trabalhos de aplicação da legislação da UE (nomeadamente, no que diz respeito ao exercício das opções previstas nos regulamentos e à identificação da necessidade de medidas legislativas de execução) e nos trabalhos legislativos de iniciativa nacional.

Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e Financiamento da Proliferação

A nível nacional, foi dada continuidade à participação do GPEARI nos órgãos permanentes da Comissão de Coordenação das Políticas de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo (Plenário, Comité Executivo e Secretariado Técnico Permanente). À semelhança de anos anteriores, o GPEARI foi responsável pela organização da reunião plenária da Comissão, que se realizou em julho de 2022, presidida pelo Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

Também neste âmbito, mas a nível da UE, foi dada continuidade ao acompanhamento dos trabalhos do *Expert Group on Money Laundering and Terrorist Financing*, um grupo de peritos da Comissão Europeia.

Adicionalmente, o GPEARI continuou a assegurar a coordenação dos trabalhos associados à negociação no Conselho do novo pacote legislativo em matéria de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, apresentado pela Comissão Europeia em julho de 2021. O pacote, constituído por quatro diplomas legislativos – uma diretiva e três regulamentos (AMLD 6, AMLR, AMLA e TFR, nas siglas em inglês) – visa essencialmente a definição de um “single rulebook” e a criação de uma autoridade a nível europeu para as questões de supervisão AML/CFT – a AMLA –, procedendo adicionalmente à reformulação do regulamento relativo às informações que acompanham as transferências de fundos (Regulamento 2015/847/UE), passando a incluir também transferências de certos criptoativos. Em junho, no final da Presidência francesa, foi obtido acordo político provisório sobre o regulamento TFR e acordo sobre um mandato parcial para iniciar negociações com o Parlamento Europeu sobre o regulamento AMLA

(fora deste mandato ficou o artigo relativo à sede da AMLA) e, em dezembro, no final da Presidência checa, foi obtido acordo sobre um mandato para iniciar negociações com o Parlamento Europeu sobre os restantes dois diplomas (AMLR e AMLD 6).

De destacar, ainda, os trabalhos desenvolvidos no âmbito do exercício de avaliação da eficácia da implementação da quarta Diretiva sobre branqueamento de capitais, conduzido pelo Conselho da Europa por solicitação da Comissão Europeia, incluindo a organização e participação na visita *onsite* que se realizou entre 30 de maio e 2 de junho.

A nível internacional, foi dada continuidade à participação nos trabalhos do Grupo de Ação Financeira (GAFI), tendo o GPEARI integrado a delegação portuguesa presente nos plenários de fevereiro, junho e outubro de 2022. De destacar também, neste domínio, os trabalhos de preparação da participação de Portugal na reunião Ministerial do GAFI, que se realizou em abril, em formato híbrido, e na *3rd Ministerial Conference on Counter-Terrorism Financing “No Money for Terror”*, que se realizou em novembro, em Nova Deli.

Medidas Restritivas Conforme previsto no artigo 34.º da Lei n.º 97/2017, de 23 de agosto, que regula a aplicação e a execução de medidas restritivas aprovadas pela ONU ou pela UE, foi elaborado pelas autoridades nacionais competentes (GPEARI e Direção-Geral de Política Externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros), em 2022, o quinto Relatório Anual sobre Medidas Restritivas, o qual foi apresentado ao Ministro Finanças e ao Ministro

dos Negócios Estrangeiros. O relatório descreve a implementação das medidas restritivas a nível nacional durante o ano de 2021, pelas diferentes entidades envolvidas, em função das atribuições e competências que lhes são legalmente atribuídas nesta matéria.

Durante o ano de 2022 foram produzidos pelas autoridades nacionais competentes, no âmbito das suas atividades, vários pareceres jurídicos e prestados esclarecimentos a cidadãos, entidades ou operadores económicos sobre a conformidade de determinadas relações comerciais ou financeiras com diferentes regimes restritivos em vigor, tendo também sido emitidas diversas autorizações para a concretização de negócios. Merece particular destaque o trabalho desenvolvido no âmbito dos regimes restritivos aplicáveis à Rússia e à Bielorrússia a partir de fevereiro de 2022, na sequência da invasão do território ucraniano pela Rússia, situação que conduziu à aprovação de sucessivos pacotes de medidas por parte do Conselho da UE, sob proposta da Comissão Europeia, que vieram ampliar e densificar os regimes já existentes, introduzindo novos tipos de medidas sem paralelo noutros regimes.

Verificou-se igualmente um aumento da periodicidade das reuniões de grupos de trabalho já existentes neste domínio ao nível da UE (designadamente, o *Expert Group on Union restrictive measures and extra-territoriality*, criado em abril de 2021, que conta desde o seu início com a participação do GPEARI) e a criação de subgrupos, grupos de alto nível e novos grupos (designadamente, *High-Level Group on Union Restrictive Measures*, o *Subgroup on asset freezes and reportin* e o *Senior Sanctions Expert Group*, ambos na esfera do

grupo de peritos acima mencionado e em que o GPEARI passou a participar, bem como a *Task Force "Freeze and Seize"* e seus subgrupos, para cujos trabalhos foi solicitada a colaboração do GPEARI) para apoiar os estados-membros na interpretação e execução das novas medidas aprovadas, assegurando uma melhor coordenação e reporte.

Ao longo de 2022, continuaram a ser garantidos pelas autoridades nacionais competentes, por um lado, a comunicação e difusão por via eletrónica das decisões e resoluções da ONU e de atos jurídicos da UE e, por outro, o cumprimento das obrigações de reporte à Comissão Europeia e à ONU.

Tratou-se de um ano de acentuada exigência neste domínio, dada a complexidade da situação decorrente da invasão da Ucrânia pela Rússia e o consequente incremento exponencial dos processos gerados face a anos anteriores.

Auxílios de Estado Além da coordenação e centralização da notificação e reporte de auxílios de Estado e da resposta a cartas da Comissão Europeia neste domínio, é de salientar o apoio prestado aos gabinetes governamentais na análise de processos na área das Finanças, alguns dos quais associados a processos de alteração de natureza legislativa, tendo em conta sobretudo as mudanças introduzidas pelo processo de modernização dos auxílios, o qual veio permitir uma maior liberdade e flexibilidade na concessão dos mesmos, mas que passou a exigir, em contrapartida, uma responsabilidade acrescida em matéria de controlo e de introdução de mecanismos capazes de assegurar a conformidade com as regras.

De salientar também a participação nos trabalhos a nível da UE, sobretudo no âmbito do Quadro temporário relativo a medidas de auxílio estatal em apoio da economia no contexto do surto de COVID-19, bem como do Quadro temporário de crise e transição relativo a medidas de auxílio estatal em apoio da economia na sequência da agressão da Ucrânia pela Rússia.

Direito das Sociedades O GPEARI continuou a assegurar a coordenação dos trabalhos associados à negociação da proposta de Diretiva relativa à comunicação de informações sobre a sustentabilidade das empresas (*Corporate Sustainability Reporting Directive - CSRD*), apresentada pela

Comissão Europeia em 21 de abril de 2021, negociação esta que ficou concluída, tendo o texto final sido publicado em JOUE em 16 de dezembro de 2022. O GPEARI assegurou também a coordenação da posição das finanças sobre a negociação da proposta de Diretiva relativa à governação sustentável das empresas e ao dever de diligência (*Corporate Sustainability Due Diligence - CSDD*), que teve início em 2022.

Foi, ainda, dada continuidade ao acompanhamento dos trabalhos de outros grupos na área do direito das sociedades, designadamente o *Company Law Expert Group (CLEG)*.

QUAR / EXTRA- QUAR	Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores		Peso do Indicador	2020	2021	Meta UO	Tol. UO	Meta UO + Tolerância	Meta GPEARI + Tolerância	RESULTADO	Taxa Execução	Tx. Execução PA	Tx. Execução Extra-PA
OBJETIVOS QUAR															
1	Assegurar o apoio técnico à elaboração de documentos de política económica e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	43%	1.1.	Número de documentos de política económica elaborados	25%	1	1	1	0	1	7-9	1	100%	11%	0%
			1.2.	Número de documentos técnicos elaborados de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas pela Tutela	25%	71	82	80	12	68-92	232-312	80	100%	10,6%	0%
			1.3.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a organismos da Administração Pública e outras Entidades Nacionais	25%	443	431	375	50	325-425	490-590	417	100%	10,6%	0%
			1.4.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a instituições comunitárias e internacionais	25%	304	287	300	50	250-350	545-665	271	100%	10,6%	0%
4	Garantir a preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais	38%	4.1.	Número de reuniões asseguradas em fóruns europeus e internacionais	60%	75	115	105	13	92-118	670-820	137	116%	22,5%	3,62%
			4.2.	Número de reuniões asseguradas em fóruns nacionais	40%	68	85	75	10	65-85	309-369	149	175%	15,0%	11,29%
OBJETIVOS EXTRA-QUAR															
EQ3	Coordenar o Acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico de Portugal e de outras missões regulares de instituições europeias e internacionais	20%	EQ3.1	Número de reuniões organizadas no âmbito de missões	100%	1	10	8	2	6-10	45-75	6	100%	20,0%	0%
Taxa de Execução Global													100,0%	14,9%	



ÁREAS DE INTERVENÇÃO

Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica de âmbito CPLP (PICAT Aduaneiro e PICAT IGF)

Cimeiras e Grupos de Trabalho Bilaterais/ Encontros de alto nível

Grupo Banco Mundial

Instituições Financeiras Internacionais

Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura

Banco de Desenvolvimento da América Latina

Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento

Banco Europeu de Investimento - Mandato Externo (Mediterrâneo, Europa Oriental, Ásia e América Latina, África do Sul); Facilidade Euro-Mediterrânica de Investimento e Parceira; Facilidade de Investimento para os países da África, Caraíbas e Pacífico)

Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa

Grupo Banco Asiático de Desenvolvimento

Fundo Comum de Produtos de Base

Banco Europeu de Investimento

Acordo de Cooperação Económica com São Tomé e Príncipe

Comissão de Acompanhamento do MAMM

Banco Interamericano de Desenvolvimento

Grupo Banco Africano de Desenvolvimento

Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

RESULTADOS

TAXA DE EXECUÇÃO	ATIVIDADES EXTRA-PLANO	OBJETIVOS	INDICADORES			
			N.º	SUPERADOS	ATINGIDOS	NÃO ATINGIDOS
100%	16,5%	6	13	3 (23%)	10 (77%)	0 (0%)

O DCRI concretizou cinco objetivos propostos para o ano de 2022, superando ou atingindo os treze indicadores que os consubstanciavam.

DESTAQUES

Relações Internacionais e Cooperação No decurso do ano de 2022, a atuação do GPEARI visou a continuidade da defesa dos interesses nacionais ao nível da governação das Instituições Financeiras Internacionais e do relacionamento com países terceiros, em linha não apenas com os objetivos das políticas externa e de cooperação, mas também com o desígnio de promoção da internacionalização das empresas e consultores nacionais e do financiamento da economia portuguesa.

Instituições Financeiras Europeias e Internacionais (IFEI) O ano de 2022 ficou marcado pela concretização de relevantes processos negociais de âmbito multilateral com participação do GPEARI, destacando-se a 16.ª reconstituição de recursos do Fundo Africano de Desenvolvimento.

No seguimento das decisões do Conselho Europeu relativas à nova arquitetura europeia para o financiamento do desenvolvimento (EFAD), o GPEARI assegurou também a preparação ou a participação em numerosas reuniões a nível técnico e governamental.

Contribuiu igualmente para os debates sobre temas globais, como o apoio aos países em desenvolvimento no combate aos efeitos da pandemia e da

guerra (com destaque para a assistência à Ucrânia), a agenda climática e as iniciativas de alívio da dívida.

Destaca-se ainda o apoio a diversas reuniões no âmbito da implementação do Compacto Lusófono e a realização do I Fórum Portugal – Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), o qual contribuiu para o avanço de acordos e colaborações bilaterais em áreas específicas, algumas já concretizadas, outras em preparação.

No quadro europeu, para além de assegurar a posição de Administrador Suplente no Banco Europeu de Investimento (BEI), o GPEARI participou nos trabalhos relativos às últimas operações do Fundo de Garantia Pan-Europeia (o qual tinha por objetivo o combate aos efeitos da pandemia) e ao plano *REPowerEU*, cujo objetivo passa por acelerar a transição energética e diminuir a dependência dos combustíveis russos.

Foi também acompanhado o lançamento do Programa InvestEU em Portugal, o qual tem o BEI como principal ator e visa financiar investimentos estratégicos para a recuperação sustentável das economias (*Green Deal* e

transição digital). O GPEARI passou a assegurar a representação nacional no Conselho Consultivo do Fundo InvestEU.

No contexto do lançamento do BEI Global, que visa a concessão de apoios fora do espaço europeu, o GPEARI passou a garantir a representação nacional no *Advisory Group on EIB Global Operations*. Destaque ainda para o acompanhamento da negociação com o BEI do terceiro contrato de financiamento para o projeto IFRRU 2014-2020, assim como da nova tranche da operação relativa ao financiamento da contrapartida nacional dos Programas Operacionais do Portugal 2020.

A nível interno, foi dada continuidade às atividades do Grupo de Trabalho das Multilaterais e foi preparado o próximo Plano Estratégico do Mecanismo de Acompanhamento do Mercado das Multilaterais, com o objetivo de potenciar as mais-valias que o setor empresarial e banca nacionais poderão obter na interação com aquelas instituições.

Relacionamento institucional com países estratégicos para Portugal

Neste capítulo, manteve-se um apoio de caráter contínuo à preparação de encontros de alto nível, Cimeiras, Comissões Mistas, Grupos de Trabalho Bilaterais e reuniões de Membros do Governo, tendo em vista a dinamização de assuntos de relevo na área das Finanças.

Em 2022, foi prestado apoio técnico à preparação de eventos com cerca de 20 países de diversas zonas geográficas, com destaque para os PALOP, Brasil, EUA, Espanha, Argentina, Egito, Arábia Saudita, Bangladesh, China, Coreia do Sul, Costa Rica, Cuba, Japão, Jordânia e Marrocos, entre outros.

Merece igualmente nota a participação do GPEARI nas reuniões de peritos preparatórias da I Reunião de Ministros da Economia, Comércio e Finanças da CPLP, das quais resultou a posterior aprovação da Agenda Estratégica para a Consolidação da Cooperação Económica na Comunidade.

Cooperação Técnica ao nível da gestão das finanças públicas

À semelhança do que tem sucedido em anos anteriores, o GPEARI manteve o acompanhamento regular da implementação do Acordo de Cooperação Cambial com Cabo Verde e do Acordo de Cooperação Económica com São Tomé e Príncipe, atendendo ao caráter estruturante que ambos os instrumentos têm no quadro do relacionamento bilateral com os referidos países.

Foi também possível concretizar as atividades e reuniões previstas no PICAT Aduaneiro de âmbito CPLP, as quais permitiram a manutenção do contacto entre serviços homólogos dos países da Comunidade e a produção dos documentos técnicos previstos.

No que se refere à cooperação bilateral, salienta-se a realização de diversas visitas de estudo a Portugal de delegações de dirigentes e técnicos de Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor Leste, no decurso das quais foram abordados temas como o combate à fraude fiscal, a gestão do IVA, as reformas do processo orçamental e a supervisão das finanças públicas.

QUAR / EXTRA-QUAR	Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Peso do Indicador	2020	2021	Meta UO	Tol. UO	Meta UO + Tolerância	Meta GPEARI + Tolerância	RESULTADO	Taxa Execução	Tx. Execução PA	Tx. Execução Extra-PA		
OBJETIVOS QUAR																
1	Assegurar o apoio técnico à elaboração de documentos de política económica e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	30%	1.2.	Número de documentos técnicos elaborados de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas pela Tutela	33%	61	87	85	10	75-95	7-9	75	100%		9,9%	0%
			1.3.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a organismos da Administração Pública e outras Entidades Nacionais	33%	98	114	95	10	85-105	232-312	104	100%		9,9%	0%
			1.4.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a instituições comunitárias e internacionais	34%	245	151	95	10	85-105	490-590	165	157%		10,2%	5,83%
4	Garantir a preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais	30%	4.1.	Número de reuniões asseguradas em fóruns europeus e internacionais	60%	148	79	75	10	65-85	90%-100%	123	145%		18,0%	8,05%
			4.2.	Número de reuniões asseguradas em fóruns nacionais	40%	50	115	115	10	105-125	670-820	110	100%		12,0%	0%
7	Apoiar os agentes nacionais e dos países alvo da cooperação portuguesa, privados e públicos, no acesso a soluções de financiamento e investimento mais vantajosas e inovadoras, através das Instituições Financeiras Internacionais e Europeias	15%	7.1.	Número de ações e seminários de divulgação de oportunidades de negócio/investimento	35%	12	8	10	2	8-12	8-12	10	100%		5,3%	0%
			7.2.	Grau de utilidade e adequação das iniciativas e seminários/missões empresariais às necessidades das empresas, consultores e banca nacionais na sua abordagem aos mercados das IFI (%)	35%	83%	75%	80%	10%	70%-90%	8-12	70%	100%		5,3%	0%
			7.3.	Prazo médio de elaboração do parecer GPEARI sobre projetos e/ou instrumentos submetidos no âmbito do Compacto Lusófono (em dias)	30%	-	12	45	5	40-50	70%-90%	48	100%		4,5%	0%
OBJETIVOS EXTRA-QUAR																
EQ1	Garantir a disponibilização de informação estatística, macro-financeira e orçamental	2%	EQ1.1	Número de publicações e relatórios estatísticos disponibilizados no sítio da internet do GPEARI	100%	2	1	1	0	1	0	1	100%		2,0%	0%
EQ5	Apoiar a ação do MF na definição de prioridades no âmbito de uma política de cooperação estruturante com as Instituições Financeiras Internacionais (IFI) e das Instituições Financeiras Europeias (IFE), designadamente através da criação e a dinamização de instrumentos financeiros e de cooperação técnica	8%	EQ5.1	Número de recomendações e pareceres destinados a promover a criação e a dinamização de instrumentos financeiros e de cooperação técnica	100%	20	13	13	2	11-15	14-18	20	133%		8,0%	2,67%
EQ6	Assegurar a execução de acordos bilaterais e de programas de cooperação e assistência técnica, no âmbito de uma política de cooperação estruturante nos países de língua oficial portuguesa e outros países parceiros	15%	EQ6.1	Número de relatórios de conjuntura macroeconómica elaborados no âmbito dos Acordos de Cooperação Económica e Cambial	50%	4	4	4	1	11-15	11-15	4	100%		7,5%	0%
			EQ6.2	Número de Atas contendo recomendações e de Relatórios aos Governos e à UE por parte da COMACC e COMACE	25%	8	8	8	1	7-9	7-9	7	100%		3,8%	0%
			EQ6.3	Grau médio de execução dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica	25%	78%	89%	80%	10%	70%-90%	70%-90%	78%	100%		3,8%	0%
Taxa de Execução Global												100,0%	16,5%			



ÁREAS DE INTERVENÇÃO

Criação e difusão de instrumentos de planeamento, programação financeira e de avaliação de políticas e programas do Ministério das Finanças

Monitorização e avaliação de políticas públicas e programas do MF

Avaliação do Desempenho dos Organismos do Ministério das Finanças e participação no Conselho Coordenador de Avaliação de Serviços e Grupo de Trabalho do CCAS

Coordenação no MF da Política para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação

Monitorização e acompanhamento do Programa "Pagar a Tempo e Horas"

Coordenação do processo de planeamento do GPEARI e controlo de gestão

Gestão de recursos humanos, financeiros e patrimoniais, em articulação com a Secretaria-Geral, no âmbito dos serviços partilhados

Gestão das Tecnologias de Informação e Comunicação, parque informático e Sistemas de Informação - gestão documental e assiduidade.

RESULTADOS

TAXA DE EXECUÇÃO	ATIVIDADES EXTRA-PLANO	OBJETIVOS	INDICADORES			
			N.º	SUPERADOS	ATINGIDOS	NÃO ATINGIDOS
100%	4,7%	6	9	2 (22%)	7 (78%)	0 (0%)

Para 2022 o DADO sintetizou a sua atividade num conjunto de seis objetivos, traduzidos em nove indicadores, todos atingidos ou superados. Com efeito, concretizou todos os objetivos propostos para o ano de 2022.

DESTAQUES

Projeto SIPA – Sistema Integrado de Processos e Atividades

2022 foi o ano de conclusão financeira e material do projeto SIPA, tendo sido apresentados ao SAMA (financiador da candidatura) os resultados finais, bem como os pedidos de reembolso que encerram a candidatura. Este projeto, integrado no processo de (Re)construção da identidade corporativa do GPEARI, contribuiu para a melhoria em diversos prismas da atividade, sendo de destacar a melhoria dos documentos de *compliance* com a legislação em vigor e a disponibilização de processos estruturados e desmaterializados no GEPARI.Docs.

Portal GPEARI – www.gpear.gov.pt O Portal GPEARI, cujo desenvolvimento estava integrado no projeto SIPA, revela-se uma ferramenta fundamental na projeção exterior da atividade do GPEARI, com especial destaque para a Newsletter do GPEARI, lançada em 2022 e cuja receção pelos públicos abrangidos tem sido muito positiva.

Ainda neste enquadramento, têm sido renovadas esteticamente todas as publicações estatísticas desenvolvidas com colaboração com outras áreas do GPEARI, procedendo à sua divulgação através da plataforma *mailchimp*.

Conselho Coordenador de Avaliação de Serviços No âmbito do Plano de Ação para o GT CCAS, foram ainda concluídas algumas atividades relativas às Linhas em que o GPEARI estava envolvido, em particular: L1 | Operacionalizar o funcionamento da rede e L2 | Casa Comum, Orientação Comum.

No âmbito do SIADAP foram mantidos os processos de acompanhamento e validação dos instrumentos de gestão dos serviços tutelados pelo Ministério das Finanças ou com tutela partilhada.

Monitorização e acompanhamento do Programa “Pagar a Tempo e Horas” No âmbito do acompanhamento dos Prazos Médios

de Pagamento foram cumpridos os momentos de divulgação dos dados do 4º trimestre de 2021 e do 2º trimestre de 2022, tendo sido apurados os dados possíveis atenta a não disponibilização de informação relativa à administração local. Adicionalmente foram efetuadas as prestações da informação de base, relativa às dívidas a fornecedores e aquisições, circunstanciado pela necessidade de reportes à Comissão Europeia.

Desenvolvimento Organizacional Na sequência da pandemia, foi sentida a necessidade de reforçar a comunicação interna, dinamizar a participação dos trabalhadores na gestão e fortalecer a cultura organizacional. Foram incrementadas as reuniões gerais e de dirigentes e foi reforçada a aposta na consulta interna de diferentes iniciativas e documentos. No âmbito do projeto GPEARI.Care foram divulgadas diversas iniciativas de solidariedade social e no âmbito do GPEARI.Fun foi realizado o I Fun.Nic, a 25 de junho de 2022, um encontro entre os trabalhadores do GPEARI para promover o convívio e o espírito de equipa.

GPEARI.Eco No âmbito Plano de Poupança de energia 2022 2023 que contribui para a implementação do Programa de Eficiência de

Recursos na Administração Pública para o período até 2030, foi elaborado o GPEARI.Eco, o plano de poupança de energia e eficiência de recursos, a implementar no GPEARI que resulta da consolidação das principais medidas preconizadas para implementação nos serviços da administração pública central, de carácter obrigatório do Plano de Poupança de Energia 2022 2023, das medidas já em curso relativas ao eco.ap2030 e que se enquadra no vetor de responsabilidade social, exigindo de toda a organização empenho e comprometimento.

Recursos, organização interna e controlo de gestão

Manteve-se o processo de melhoria dos procedimentos de controlo de gestão, com o foco na eficiência da despesa. No domínio do controlo de gestão foram desenvolvidos um conjunto de medidas consolidadas no Plano de *Compliance*, e mantiveram-se os esforços de consolidação com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), apostando na capacitação da equipa, e na elaboração de procedimentos necessários à adoção do novo sistema, designadamente através da melhoria dos processos internos de controlo do inventário e afetação.

QUAR / EXTRA-QUAR	Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Peso do Indicador	2020	2021	Meta UO	Tol. UO	Meta UO + Tolerância	Meta GPEARI + Tolerância	RESULTADO	Taxa Execução	Tx. Execução PA	Tx. Execução Extra-PA	
OBJETIVOS QUAR															
1	Assegurar o apoio técnico à elaboração de documentos de política económica e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	5%	1.2.	Número de documentos técnicos elaborados de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas pela Tutela	100%	2	2	2	0	2	232-312	3	150%	5%	3%
4	Garantir a preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais	10%	4.2.	Número de reuniões asseguradas em fóruns nacionais	100%	16	43	20	5	15-25	309-369	15	100%	10%	0%
9	Promover a motivação e a participação dos trabalhadores na gestão	5%	9.1	N.º de iniciativas de desenvolvimento organizacional	100%	-	13	15	2	13-17	13-17	13	100%	5%	0%
OBJETIVOS EXTRA-QUAR															
EQ7	Assegurar a implementação, monitorização e avaliação de políticas públicas transversais (SIADAP 1, Programa Pagar a Tempo e Horas; Políticas de Igualdade e Não Discriminação)	32%	EQ7.1.	% de cumprimento dos prazos fixados no âmbito do SIADAP1	50%	81%	100%	85%	5%	80%-90%	80%-90%	89%	100%	16%	0%
			EQ7.2.	Número de reportes no âmbito da monitorização do Programa Pagar a Tempo e Horas	25%	4	5	5	1	4-6	4-6	5	100%	8%	0%
			EQ7.3.	Número de reportes no âmbito das Políticas de Igualdade e Não Discriminação e Combate ao tráfico de seres humanos	25%	3	2	3	1	2-4	2-4	2	100%	8%	0%
EQ8	Garantir o processo de planeamento, a elaboração dos instrumentos de gestão, a gestão de recursos e o controlo interno	32%	EQ8.1.	Nº de processos de gestão de recursos, planeamento, instrumentos de gestão e reporte	60%	-	459	480	50	430-530	430-530	591	112%	19%	2%
			EQ8.2.	Grau de implementação do Plano de Medidas Compliance - em pontos - (Requisitos legais e normativos RGPD, papel zero, RNID, RJCAI, Acesso Informação administrativa, Cibersegurança, mitigação dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e Segurança e Saúde no Trabalho)	40%	-	40	40	10	30-50	30-50	34	100%	13%	0%
EQ9	Assegurar o apoio técnico e administrativo nas áreas de recursos humanos, financeiros, aprovisionamento e património e TIC	16%	EQ9.1.	Grau de satisfação dos utilizadores internos	100%	4,12	4,28	4,2	0,2	4-4,4	4-4,4	4,17	100%	16%	0%
Taxa de Execução Global												100,0%	4,7%		

A5. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

Questões	Aplic.			Fundamentação
	S	N	NA	
1 – Ambiente de controlo				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?	X			
1.2 É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X			
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?			X	Não existe departamento de auditoria interna. Foi atribuída esta função a uma divisão na nova lei orgânica. O processo de capacitação encontra-se a decorrer.
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?	X			Código de conduta do GPEARI revisto em 2020: https://www.gpeari.gov.pt/documentos/35086/52772/C%C3%B3digo-de-Conduta+GPEARI.pdf/af3ffbbe-5b03-0f1d-aaa7-516f95f1c2c5?t=1603977023729
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	X			
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X			
1.7 O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?		X		
2 – Estrutura organizacional				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?	X			100%.
2.3 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma ação de formação?	X			Em 2022: 37% Em 2021: 52% Em 2020: 47% Em 2019: 40% Em 2018: 55% Em 2017: 37% Em 2016: 84% Em 2015: 89%
3 – Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	X			Sim.
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?	X			
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?			X	A especificidade e tecnicidade das funções presentes no GPEARI não se compadece com sistemas rotativos.
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?	X			Estão definidas, mas apenas algumas estão formalizadas.
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X			Manual de Controlo Interno
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			Manual de Controlo Interno
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas?	X			Plano revisto em 2022: https://www.gpeari.gov.pt/documentos/35086/52772/plano-de-gestao-de-riscos-corrupcao-2022.pdf/2f591a32-216e-9c43-efa7-055ca42582a5?t=1646415425149
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?			X	

4 – Fiabilidade dos sistemas de informação			
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X		As aplicações são em regime de serviços partilhados, não sendo geridas diretamente pelo GPEARI.
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?	X		
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	X		
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X		
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	X		Existência de <i>passwords</i> e de e certificados de segurança.
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de <i>backups</i>)?	X		
4.7 A segurança na troca de informações e software está garantida?	X		

A6. MAPA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 2022

		2022								(em euros)			
		Orçamento Funcionamento Geral				Orçamento Cooperação				Orçamento Total			
		Inicial	Corrigido Líquido de Cativos	Execução	Taxa Execução	Inicial	Corrigido Líquido de Cativos	Execução	Taxa Execução	Inicial	Corrigido Líquido de Cativos	Execução	Taxa Execução
D.01	Despesas com o pessoal	2 427 471	2 419 530	2 144 091	88,6%	420 936	362 274	324 178	89,5%	2 848 407	2 781 804	2 468 269	88,7%
D.01.01	Remunerações certas e permanentes	1 933 959	1 900 815	1 714 499	90,2%	325 016	266 354	252 844	94,9%	2 258 975	2 167 169	1 967 342	90,8%
D.01.01.03	Pessoal dos quadros - Regime de função pública	1 354 698	1 297 678	1 275 421	98,3%	261 459	202 094	195 227	96,6%	1 616 157	1 499 772	1 470 648	98,1%
D.01.01.07	Pessoal em regime de tarefa ou avença	0	23 986		0,0%				n.a.	0	23 986	0	0,0%
D.01.01.09	Pessoal em qualquer outra situação	187 043	183 563	100 090	54,5%				n.a.	187 043	183 563	100 090	54,5%
D.01.01.11	Representação	62 303	62 303	55 509	89,1%	8 435	8 435	6 145	72,9%	70 738	70 738	61 654	87,2%
D.01.01.12	Suplementos e prémios	3 048	3 048	2 348	77,0%	0	702	700	99,7%	3 048	3 750	3 047	81,3%
D.01.01.13	Subsídio de refeição	70 415	70 415	54 111	76,8%	11 544	11 544	8 137	70,5%	81 959	81 959	62 248	76,0%
D.01.01.14.SF.00	Subsídios de férias	128 226	128 754	119 305	92,7%	21 789	17 019	16 078	94,5%	150 015	145 773	135 383	92,9%
D.01.01.14.SN.00	Subsídios de Natal.	128 226	128 226	104 874	81,8%	21 789	26 559	26 556	100,0%	150 015	154 785	131 430	84,9%
D.01.01.15	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	0	2 842	2 841	99,9%	0	1	0	0,0%	0	2 843	2 841	99,9%
D.01.02	Abonos variáveis ou eventuais	24 200	25 469	17 558	68,9%	17 350	17 350	11 169	64,4%	41 550	42 819	28 727	67,1%
D.01.02.02	Horas extraordinárias	0	192	0	n.a.				n.a.	0	192	0	0,0%
D.01.02.04	Ajudas de custo	19 250	16 699	9 170	54,9%	15 750	8 212	3 002	36,6%	35 000	24 911	12 172	48,9%
D.01.02.05	Abono para falhas	950	1 037	1 035	99,9%				n.a.	950	1 037	1 035	99,9%
D.01.02.12.A0.00	Abonos devidos pela cessação da relação jurídica	4 000	4 000	3 813	95,3%	0	7 538	7 537	n.a.	4 000	11 538	11 350	98,4%
D.01.02.13.A0.00	Outros suplementos e prémios				n.a.	1 600	1 600	630	39,4%	1 600	1 600	630	39,4%
D.01.02.13.PD.00	Prémios de desempenho	0	1 269	1 268	99,9%				n.a.	0	1 269	1 268	99,9%
D.01.02.14	Outros abonos em numerário ou espécie	0	2 272	2 271	99,9%				n.a.	0	2 272	2 271	99,9%
D.01.03	Segurança Social	469 312	493 246	412 034	83,5%	78 570	78 570	60 166	76,6%	547 882	571 816	472 200	82,6%
D.01.03.02	Outros encargos com a saúde	3 767	3 767	1 740	46,2%				n.a.	3 767	3 767	1 740	46,2%
D.01.03.03	Subsídio familiar a crianças e jovens	1 919	2 667	1 199	44,9%				n.a.	1 919	2 667	1 199	44,9%
D.01.03.05.A0.A0	Caixa Geral de Aposentações	203 406	215 102	215 096	100,0%	17 016	17 016	16 256	95,5%	220 422	232 118	231 353	99,7%
D.01.03.05.A0.B0	Segurança Social	244 933	222 672	154 543	69,4%	61 554	61 554	43 909	71,3%	306 487	284 226	198 453	69,8%
D.01.03.05.A0.C0	Fundo de Compensação do Trabalho	15 287	49 038	39 456	80,5%				n.a.	15 287	49 038	39 456	80,5%

		2022 (em euros)											
		Orçamento Funcionamento Geral				Orçamento Cooperação				Orçamento Total			
		Inicial	Corrigido Líquido de Cativos	Execução	Taxa Execução	Inicial	Corrigido Líquido de Cativos	Execução	Taxa Execução	Inicial	Corrigido Líquido de Cativos	Execução	Taxa Execução
D.02	Aquisição de bens e serviços	416 640	360 651	311 954	86,5%	94 500	47 439	46 142	97,3%	511 140	408 090	358 096	87,7%
D.02.01	Aquisição de bens:	5 500	9 102	6 150	67,6%	1 000	244	0	n.a.	6 500	9 346	6 150	65,8%
D.02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	1 000	2 915	1 655	56,8%				n.a.	1 000	2 915	1 655	56,8%
D.02.01.04	Limpeza e higiene	1 000	1 195	1 037	86,8%				n.a.	1 000	1 195	1 037	86,8%
D.02.01.05	Alimentação - Refeições confeccionadas	1 000	30	17	57,2%	1 000	244	0	0,0%	2 000	274	17	6,3%
D.02.01.08.A0.00	Material de escritório - Papel	0	592	492	83,1%				n.a.	0	592	492	83,1%
D.02.01.08.C0.00	Material de escritório - Outros	500	1 474	210	14,3%				n.a.	500	1 474	210	14,3%
D.02.01.14	Outro material - Peças	500	100	0	0,0%				n.a.	500	100	0	0,0%
D.02.01.21	Outros bens	1 500	2 796	2 738	97,9%				n.a.	1 500	2 796	2 738	97,9%
D.02.02	Aquisição de serviços:	411 140	351 549	305 804	87,0%	93 500	47 195	46 142	97,8%	504 640	398 744	351 946	88,3%
D.02.02.02	Limpeza e higiene	45 000	38 250	24 445	63,9%				n.a.	45 000	38 250	24 445	63,9%
D.02.02.02.A0.09	Limpeza e higiene - anos anteriores	0	51	50	98,8%				n.a.	0	51	50	98,8%
D.02.02.03	Conservação de bens	3 500	3 332	2 877	86,3%				n.a.	3 500	3 332	2 877	86,3%
D.02.02.04.A0.00	Princípio da Onerosidade	168 336	168 336	168 336	100,0%				n.a.	168 336	168 336	168 336	100,0%
D.02.02.05.C0.00	Loc. Mat. de informática - Outros	0	7 694	7 052	91,7%				n.a.	0	7 694	7 052	91,7%
D.02.02.06	Locação de material de transporte	13 700	11 872	10 880	91,6%				n.a.	13 700	11 872	10 880	91,6%
D.02.02.08	Locação de outros bens	10 500	0		0,0%				n.a.	10 500	0	0	0,0%
D.02.02.09.C0.00	Comunicações Fixas de Voz	500	1 041	81	7,8%				n.a.	500	1 041	81	7,8%
D.02.02.09.D0.00	Comunicações Móveis	4 000	4 545	2 554	56,2%				n.a.	4 000	4 545	2 554	56,2%
D.02.02.09.F0.00	Outros Serviços de Comunicações	500	600	113	18,8%				n.a.	500	600	113	18,8%
D.02.02.10	Transportes	500	556	435	78,2%				n.a.	500	556	435	78,2%
D.02.02.11	Representação dos serviços	3 104	3 191	1 928	60,4%				n.a.	3 104	3 191	1 928	60,4%
D.02.02.12.A0.00	Seguros - Estágios Profissionais na AP	800	680		0,0%				n.a.	800	680	0	0,0%
D.02.02.12.B0.00	Seguros - Outras	500	425	356	83,8%				n.a.	500	425	356	83,8%
D.02.02.13	Deslocações e estadas	110 000	63 762	51 013	80,0%	90 000	46 367	45 893	99,0%	200 000	110 129	96 906	88,0%
D.02.02.15.A0.00	Formação - tecnologias da informação e comunicação	2 500	2 074	420	0,0%				n.a.	2 500	2 074	420	0,0%
D.02.02.15.B0.00	Formação - Outras	10 000	3 851	360	9,3%	3 000	506	0	0,0%	13 000	4 357	360	8,3%
D.02.02.16	Seminários, exposições e similares	1 000	584	0	0,0%				n.a.	1 000	584	0	0,0%

		2022 (em euros)											
		Orçamento Funcionamento Geral				Orçamento Cooperação				Orçamento Total			
		Inicial	Corrigido Líquido de Cativos	Execução	Taxa Execução	Inicial	Corrigido Líquido de Cativos	Execução	Taxa Execução	Inicial	Corrigido Líquido de Cativos	Execução	Taxa Execução
D.02.02.17.A0.00	Publicidade Obrigatória	1 000	1 461	486	33,3%				n.a.	1 000	1 461	486	33,3%
D.02.02.19.A0.B0	Asist. Tec. - Equip. Inf. - Outros	0	615	0	0,0%				n.a.	0	615	0	0,0%
D.02.02.19.B0.00	Assist. Técnica - Software Informático	20 700	17 595	14 689	83,5%				n.a.	20 700	17 595	14 689	83,5%
D.02.02.20.A0.B0	Out.Trab.Esp.-Serv.Nat.Inf.-Contratos de impressão	14 000	18 428	18 427	100,0%				n.a.	14 000	18 428	18 427	0,0%
D.02.02.20.E0.00	Outros Trab.Especializ. - Outros	500	425	0	0,0%				n.a.	500	425	0	0,0%
D.02.02.25.00.00	Outros Serviços	500	1 518	787	51,9%	500	122	49	40,2%	1 000	1 640	836	51,0%
D.02.02.25.E0.00	Outros serviços	0	663	515	77,6%	0	200	200	100,0%	0	863	715	82,8%
D.03	Juros e Outros Encargos	0	22	22	100,0%	0	0	0	n.a.	0	22	22	100,0%
D.03.06.01.00.00	Outros encargos financeiros	0	22	22	100,0%				n.a.	0	22	22	0,0%
D.04	Transferências Correntes	49 250	49 250	45 856	93,1%	0	0	0	n.a.	49 250	49 250	45 856	93,1%
D.04.06.00.A0.00	Estágios profissionais na AP- Contribuições para a Segurança Social	9 500	9 500	8 136	0,0%				n.a.	9 500	9 500	8 136	0,0%
D.04.08.02.A0.00	Estágios profissionais na AP	39 750	39 750	37 721	94,9%				n.a.	39 750	39 750	37 721	94,9%
D.07	Aquisição de bens de capital	91 500	91 500	18 709	20,4%	0	0	0	n.a.	91 500	91 500	18 709	20,4%
D.07.01	Investimentos	91 500	91 500	18 709	20,4%	0	0	0	n.a.	91 500	91 500	18 709	20,4%
D.07.01.03.A0.B0	Edifícios - Conservação ou reparação	4 000	4 585	4 584	0,0%				n.a.	4 000	4 585	4 584	0,0%
D.07.01.07.A0.C0	Equip. Informática - Outros	20 000	39 464		0,0%				n.a.	20 000	39 464	0	0,0%
D.07.01.08.A0.B0	Software informático - Outros	65 000	38 658	11 298	29,2%				n.a.	65 000	38 658	11 298	29,2%
D.07.01.09.A0.B0	Equipamento administrativo - Outros	0	6 293	2 827	44,9%				n.a.	0	6 293	2 827	44,9%
D.07.01.10.A0.B0	Equipamento básico - Outros	2 500	2 500		0,0%				n.a.	2 500	2 500	0	0,0%
	Total	2 984 861	2 920 953	2 520 632	86,3%	515 436	409 713	370 320	90%	3 500 297	3 330 666	2 890 952	86,8%

A7. BALANÇO SOCIAL

QUADRO SÍNTESE DE INDICADORES

Indicador	Unid.	Descrição	2018			2019			2020			2021			2022		
			M	F	TOTAL	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL
Nível etário	anos	Soma das idades /Total de recursos humanos	40	41	41	41	43	43	43	44	44	44	45	45	45	45	45
Índice de envelhecimento	%	Número de recursos humanos com idade > ou = a 55 anos / Total de recursos humanos	11%	8%	9%	8%	11%	10%	8%	5%	7%	13%	13%	13%	14%	14%	14%
Taxa de feminização	%	Total de mulheres / Total de recursos humanos	-	-	58%	-	-	61%	-	-	61%	-	-	61%	-	-	63%
Índice de tecnicidade	%	Número de técnicos superiores / Total de recursos humanos	67%	63%	65%	67%	63%	65%	67%	65%	66%	63%	66%	65%	59%	65%	63%
Índice de enquadramento	%	Número de dirigentes / Total de recursos humanos	19%	26%	23%	17%	29%	24%	17%	30%	25%	21%	29%	26%	23%	30%	27%
Taxa de formação superior	%	(licenciados + mestres + doutoramentos) / Total dos recursos humanos	85%	89%	88%	83%	92%	89%	83%	95%	90%	83%	95%	90%	82%	97%	92%
Antiguidade média na função pública	anos	Soma das antiguidades na função pública /Total de recursos humanos	13	13	13	15	16	15	17	15	16	18	16	17	20	16	17
Índice de admissão	%	Número de admissões / Total de recursos humanos	7%	21%	15%	8%	24%	18%	8%	14%	11%	13%	24%	19%	18%	11%	14%
Índice de saída	%	Número de saídas /Total de recursos humanos	19%	13%	15%	21%	24%	23%	8%	16%	13%	13%	21%	18%	27%	14%	19%
Taxa de absentismo	%	Número de dias de faltas / (Número anual de dias trabalháveis * x Número total de recursos humanos)	6%	4%	5%	2%	3%	3%	1%	7%	4%	2%	4%	3%	2%	4%	3%
Leque salarial	Rácio	Maior remuneração base / Menor remuneração base	6	6	6	5	4	5	6	4	6	6	4	6	6	4	6

Fonte: Quadros do Balanço Social 2018 a 2022